

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

FERNANDA SURUBI FERNANDES

**CASTIDADE E LUXÚRIA:
A CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM FEMININA NOS CADASTROS POLICIAIS**

**Cáceres-MT
2012**

FERNANDA SURUBI FERNANDES

**CASTIDADE E LUXÚRIA:
A CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM FEMININA NOS CADASTROS POLICIAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da professora Dra. Olimpia Maluf-Souza.

**Cáceres-MT
2012**

© by Fernanda Surubi Fernandes, 2012.

Fernandes, Fernanda Surubi.

Castidade e luxúria: a constituição da imagem feminina nos cadastros policiais./Fernanda Surubi Fernandes. Cáceres/MT: UNEMAT, 2012.
108f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2012.
Orientadora: Olimpia Maluf-Souza

1. Análise de discurso. 2. Registros policiais – imagem feminina. 4. Meretriz.
5. Castidade e luxúria – cadastros policiais. I. Título.

CDU: 81'42(817.2)

Ficha catalográfica pela Biblioteca Regional de Cáceres

FERNANDA SURUBI FERNANDES

**CASTIDADE E LUXÚRIA:
A CONSTITUIÇÃO DA IMAGEM FEMININA NOS CADASTROS POLICIAIS**

BANCA EXAMINADORA

Dra. Olimpia Maluf-Souza (Orientadora – PPGL/UNEMAT)

Dra. Eliana Almeida (Membro – PPGL/UNEMAT)

Dra. Suzy Maria Lagazzi (Membro – IEL/UNICAMP)

Dra. Leila Salomão Jacob Bisinoto (Suplente – PPGL/UNEMAT)

APROVADA EM: ___/___/___

Dedico este trabalho ao meu pai, Genivaldo da Silva Fernandes, que sempre me incentivou a seguir o caminho do conhecimento.

À minha mãe e irmã, Luiza e Rosilainy que sempre me deram apoio e sempre estiveram prontas a me ajudar.

Ao meu cunhado Renato Fonseca, através do qual tive acesso ao material de minha pesquisa.

Ao meu amor, Carlos Alexandre Ornelas Santos, quem sempre esteve do meu lado, me incentivado e colaborando com suas observações críticas e complementares, essenciais ao meu trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Olimpia Maluf-Souza, pela participação ativa e direta nesse trabalho, meu eterno agradecimento.

À Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi, pelas orientações tanto relacionadas com a teoria trabalhada como também com um outro olhar para o material analisado, meu imenso agradecimento.

À Profa. Eliana Almeida pelas sugestões de leituras e pelas contribuições para a minha dissertação.

Ao Prof. Ms. Clementino Nogueira Souza, que contribuiu com preciosas informações para a realização deste trabalho, tanto na área de história quanto ao tema debatido.

À Profa. Dra. Leila Salomão Jacob Bisinoto pelas contribuições para o meu trabalho.

A todos os professores que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho de pesquisa: Profa. Neuza B. Zattar, Profa. Vera Regina Martins e Silva, Profa. Ana Maria Di Renzo, Profa. Ana Luiza Artiaga R. Motta, entre outros.

A todos os meus colegas e amigos que de certa forma me auxiliaram nesse trabalho de dissertação, meu muito obrigada.

Um ninho de contradições: a mulher tem de ser casta esposa e eficiente messalina.

Eni Orlandi (2009)

Enquanto eu puder continuar exercendo minha liberdade, não tenho com o que me preocupar.

É a maior lição que aprendi. Eu: filha, mãe, avó e puta.

Gabriela Leite (2009)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as imagens femininas do discurso sobre a prostituta em documentos policiais. Nessa perspectiva, este estudo será constituído de documentos oficiais como registros policiais do Departamento de Polícia Federal (SRD/MT) da cidade de Cáceres-MT, nas décadas de 60 a 70, que atualmente encontram-se no arquivo histórico do curso de História (NUDHEO) no Campus Universitário de “Jane Vanini”. O *corpus* se constituirá nos registros policiais, recortando as discursividades presentes no item “observações”. Nesse item, a descrição da imagem da prostituta faz-se de forma dual, pois ao descrevê-la – a função do item no registro – ora a ênfase se faz sobre a imagem da mãe, ora sobre a imagem da mulher devassa. Ou seja, o que pretendemos mostrar são os modos como a prostituta é localizada nos documentos policiais, nos quais é comum descrições sobre a quantidade de filhos e, ao mesmo tempo, o desapareço à própria prole. Esses modos de localização colocam em funcionamentos sentidos que remetem sua prática ora ao crime ora à prostituição, marcando, pela dualidade, um desencontro de discursividades ao dizer sobre a prostituta. Essa dualidade produz um funcionamento que se marca no discurso jurídico, trazendo, como efeito, uma concorrência entre o discurso da sexualidade e do prazer e o discurso da moral social. Além dessa dualidade marcada no processo de descrição, o item ocupa-se em fornecer uma descrição física, que parece querer assegurar, pela aparência, aos modos lombrosianos, a prática da prostituição. Esta pesquisa filia-se à Análise de Discurso de linha materialista (Pêcheux, Orlandi), cujo campo de saber congrega o discurso, a linguagem e a história como sustentação teórica e, ao mesmo tempo, busca verificar os efeitos de sentido presentes na relação *língua-discurso-ideologia*. Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender o funcionamento discursivo do imaginário sobre o feminino e como ele faz parte de uma dada ordem discursiva sobre a imagem da mulher, ou seja, que sentidos são produzidos sobre a mulher prostituta quando, nos registros policiais, recorrem-se aos seus modos de constituição familiar e, a um só ato, prescrevem-se suas características físicas, relacionando a aparência (“boa aparência, aparência regular”) com sua ocupação. Nesses modos de dizer a prostituta e a prostituição, a análise possibilitará verificar as relações histórico-ideológicas que constituíram a imagem das prostitutas nos documentos policiais e os efeitos de sentido postos em circulação por essas discursividades.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Meretriz. Registros policiais.

ABSTRACT

This research had as its goal to analyze the images on female of the discourse about prostitutes in police documents. Thus, this study will be comprised of official documents and police records of the Federal Police Department (SRD/MT) from the city of Cáceres-MT, in the 60 to 70, who currently are in the file of the course of history (NUDHEO) at the University Campus “Jane Vanini”. The corpus will consist in police records, recutting the discourses present in “comments”. In this item, the description of the image of the prostitutes is done in dual form, as to describe it – the item’s function in the registry – sometimes the emphasis is on the image of the mother and sometimes on the image of the wanton woman. In other words, what we intend to show are the ways in which the prostitute is located in the police documents, which is common in descriptions of the number of children and at the same time, dispassion to their own offspring. These modes of localizations put in functioning senses put in practice sometimes referring to the crime of prostitution now, marking, by duality, a mismatch of discourses to say about the prostitute. This duality produces a function that marking legal discourse, bringing, in effect, a competition between the discourse of sexuality and pleasure and the discourse of social morality. Beyond in this duality marked the process of description, the item is concerned with providing a physical description, which seems to want to ensure, by appearance, the modes lombrosianos, the practice of prostitution. This research joins the Analyses of Discourse materialist (Pêcheux, Orlandi), whose field of knowledge brings the discourse, language and history as a theoretical basic and at the same time, it works with the methodology of interpretation, seeking to verify the effects of meaning the relationship language, discourse and ideology. From this perspective, it is necessary to understand the workings of discourse ‘about women and how it is part of a discourse order given on the image of women, namely, that meanings are produced on the prostitute when in the police records, turn up their forms of family constitution, and a single act, to prescribe physical characteristics, relating to appearance (“appearance good”, “regular appearance”) with his occupation. In these ways to tell the prostitute and prostitution, the analyses will allow to verify the historical and ideological that formed the image of prostitutes in police documents and the effects of meaning put into circulation by these discourses.

Key-words: Discourse Analyses. Whore. Police records.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- NUDHEO - Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral
CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Imagem de um corpo feminino na matéria de capa da Revista Veja com o título: <i>Sexo: as mentiras que todo mundo conta</i> -----	14
Figura 2	Imagem adaptada de uma ficha policial. -----	71
Figura 3	Imagem adaptada de uma ficha policial. -----	71
Figura 4	Imagem adaptada de uma ficha policial com o item observações -----	72
Figura 5	Imagem adaptada de uma ficha policial com o item observações -----	76
Figura 6	Imagem adaptada de uma ficha policial com o item observações -----	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	13
CAPÍTULO I	
ANÁLISE DE DISCURSO: A COMPREENSÃO DOS SENTIDOS -----	19
1.1. A construção dos sentidos: o corpo na relação trabalho x prazer -----	30
CAPÍTULO II	
CASTIDADE E LUXÚRIA: UMA DUALIDADE CONSTITUTIVA DA IMAGEM FEMNINA -----	37
2.1. Da puta, da prostituta às profissionais do sexo -----	37
2.2. Mulher e prostituição: efeito de oposição entre esposa x prostituta, mulher boa x mulher má -----	44
2.3. Especificidades da prostituição no Brasil -----	57
CAPÍTULO III	
OS SENTIDOS MATERIALIZADOS NA APARÊNCIA FEMININA: ANÁLISE DOS RECORTES DOS CADASTROS POLICIAIS DE 60 E 70 -----	70
3.1. As condições de produção dos registros policiais: Os registros de 60 e 70 -----	70
3.2. A prostituição: status de profissão -----	75
3.3. A materialização dos sentidos: a identificação da mulher como prostituta -----	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	98
REFERÊNCIAS -----	105

INTRODUÇÃO

A constituição da imagem feminina tem chamado a atenção nos dias atuais, pois cada vez mais a aparência da mulher está na mídia, nos meios sociais, sendo constituída de várias formas, produzindo diferentes sentidos sobre a noção do papel social da mulher na sociedade.

Antes mesmo de nos aprofundar nos estudos sobre a língua/linguagem já nos questionávamos sobre como os sentidos do social são postos em circulação e determinam os nossos modos de vida. Desse modo, a questão que nos mobilizou para esse estudo diz respeito ao como os sentidos, que não são únicos e são marcados ideologicamente, constituem efeitos de sentido que variam de uma condição social para outra, de um sujeito para outro, de um acontecimento para outro.

Com base nessa constatação, o que nos intrigava eram os múltiplos dizeres e seus efeitos de sentido sobre a imagem da mulher, uma vez que eram dizeres constitutivamente contraditórios, fortemente enraizados em uma constituição histórica, que marcavam, de modo indelével, a condição feminina, mesmo que se passasse de um momento histórico ao outro, de uma época a outra.

Nessa direção, o assunto sobre a mulher ocupava não apenas programas televisivos e revistas especializadas sobre a condição feminina, mas, toda uma mídia parecia interessada em visibilizar o assunto. Revistas, antes dedicadas a temas políticos e científicos passaram a tratar o assunto em matérias de capa, a exemplo da *Veja*, *Isto é*, entre outras, produzindo efeitos sobre a condição feminina, mas principalmente sobre a sua aparência.

Desse modo, o que era marcadamente colocado em funcionamento pela mídia sobre a imagem da mulher era o corpo feminino e a sexualidade que esse corpo expressava, ou seja, o corpo feminino e a sexualidade a ele associada passou a ser valorizado, descrito e visto.

Para dar visibilidade a esse funcionamento, trazemos como exemplo o recorte de uma imagem feminina presente na capa da Revista *Veja*, produzindo sentidos sobre a sexualidade/prazer:



Figura 1. Imagem de um corpo feminino na matéria de capa da Revista **Veja** com o título: *Sexo: as mentiras que todo mundo conta*.

Fonte: Revista **Veja**. Edição 2052 de 19 de março de 2008.

Como podemos observar, o corpo feminino serve, nesta capa e em toda a história, para expressar as discursividades sobre o sexo, a sexualidade. Na Revista *Veja*, a matéria de capa – “Sexo: as mentiras que todo mundo conta” – que aborda as mentiras que são contadas sobre o sexo, traz como ilustração um corpo feminino desnudo. Esse apelo ao corpo feminino nos faz questionar tal opção, pois o ilustrador da revista poderia ter recorrido a qualquer outra imagem: a de um casal, a de um corpo masculino ou qualquer outra que pudesse dar visibilidade às relações sexuais. Esse funcionamento trata-se, portanto, de um deslizamento metafórico, que nos permite compreender que a escolha do ilustrador se pauta num *já-dito*, num *pré-construído* sobre a mulher e a sexualidade, que o faz optar pela imagem de um corpo feminino, jovem, magro, esbelto, enfim, um corpo que atende aos padrões estéticos atuais. Um corpo anônimo, sem rosto, sem identidade, porque essas marcas não são importantes, uma vez que não interessa de quem é o corpo, mas a sua capacidade de servir, anonimamente, de ilustração para assuntos relativos à sexualidade.

Foram, portanto, textualizações como essas que produziram em nós a indagação: que sentidos foram sendo construídos ao longo da história, de modo a tornar o corpo feminino a representação do sexo no mundo ocidental? Ou seja, o corpo feminino foi sempre marcado por uma sensualidade/sexualidade, produzindo reflexos sobre a imagem da mulher que é sempre voltada para o sensual, para o belo, conforme alega Souza (2004).

Assim, tivemos acesso a vários materiais que possibilitavam compreender como se dá a produção dos sentidos sobre a condição feminina, através da aparência, um desses materiais foram os cadastros policiais, os quais nos capturaram para o presente estudo, uma vez que, entre outros aspectos, registravam a aparência de mulheres que realizavam o meretrício e pareciam reproduzir uma contradição constitutiva para a prostituta/prostituição: um funcionamento que, se marcando pelo discurso jurídico, coloca em confronto o discurso da sexualidade x o discurso da moral social.

O contato com tal material levou-nos aos questionamentos: O que vem a ser essa contradição insolúvel que se aloca no discurso jurídico? Qual o lugar do discurso jurídico em nossa sociedade, ao barrar a sexualidade/prazer em detrimento de uma moral social? Em que aspecto a aparência feminina faz reverberar o discurso da sexualidade/prazer ou o discurso da moral social?

Foram essas, então, as condições de produção do nosso projeto de mestrado, que, somado à compreensão dos modos de leitura preconizados pela Análise de Discurso, possibilitou-nos compreender que o sentido não é algo único, já dado e previamente determinado, mas é efeito produzido em relação a, levando sempre em conta os sujeitos e as condições de produção, ou seja, os sentidos sempre são produzidos em relação ao já-dado, ao já produzido, assim, são colocados em funcionamento pelas posições-sujeito, em determinadas condições de produção.

No mundo Ocidental, desde sempre, a imagem da mulher e, particularmente, da prostituta é marcada, entre várias representações, por uma aparência (que é da ordem do feminino) e por um modo de agir (que separa, em última instância, quem pode ou não pertencer à ordem social). Desse modo, a aparência física funciona como primeira instância de julgamento, conforme mostra o trabalho de Maluf-Souza (2000), quando trata da aparência funcionando como espaço de avaliação do crime e da loucura.

Da mesma forma, marcas na aparência da prostituta foram tornando-a uma párea para a sociedade, assim, interessa-nos compreender como as marcas no rosto/corpo da prostituta, tal como é descrito nos registros policiais eleitos para essa análise, produzem sentidos que a tomam como algo que deve ser combatido/apartado e, ao mesmo tempo, como um mal necessário para a sociedade.

O corpo marca o sujeito, diz quem ele é, sua condição social, o meio em que vive. Rosto e corpo instituem, então, pelo que é aparente no sujeito, os modos de sua inclusão/exclusão social. Daí a importância da aparência, do rosto, do corpo, no caso das

prostitutas, pois nelas, mais do que nunca, o corpo/rosto ocupa lugar de visibilidade da sua condição.

Desse modo, a nossa inquietação com relação à função social dada ao corpo feminino e as leituras que fomos fazendo foram conformando o nosso projeto de pesquisa e o firme propósito de tentar compreender como são produzidos os sentidos em relação à mulher. Nessa direção, os registros policiais de mulheres prostitutas mostram, na materialidade da linguagem, marcas interessantes e produtivas, pois neles as mulheres fichadas eram descritas pela sua condição física e pessoal. No contato com as fichas, despertaram-nos especialmente a atenção formulações como: “é de boa aparência”, “é de aparência regular”. De imediato nossa inquietação foi sendo alimentada: que sentidos foram sendo constituídos, histórico-ideologicamente, de modo a acirrar, em registros policiais de prostitutas, a preocupação tão marcada com a aparência feminina? Que sentidos são mobilizados ao qualificar a prostituta por sua aparência? Em que medida a aparência concorre para acirrar o embate entre os discursos da sexualidade/prazer x da moral social?

Essas indagações nos fizeram compreender que em Análise de Discurso a constituição do *corpus* de pesquisa não é previamente determinada ou planejada, pois é no processo mesmo de se questionar que o analista vai construindo o seu dispositivo teórico e de análise. Como já dissemos, foi nosso interesse sobre materiais que apresentavam formulações sobre a condição da mulher, através da aparência, da sexualidade, que nos propiciaram a escolha de registros de prostitutas, realizados por policiais. Registros que colocavam em questão a imagem das prostitutas como mulheres devassas, que fugiam ao que lhes prescreve a moral social, tanto no aspecto do corpo/rosto quanto nas atitudes, fazendo reverberar sentidos ligados à sexualidade feminina, agora das “meretrizes”, das “mulheres da vida”, como são conhecidas.

Os sentidos instados nessas fichas sobre a prostituição/prostituta revelam e colocam em funcionamento uma linguagem ideologicamente marcada na construção da imagem feminina, contrapondo de um lado a mulher pura e de outro a puta. Esse duplo funcionamento sobre a imagem feminina produz efeitos que colocam em circulação sentidos que fazem relacionar a prostituição e o crime. Assim, o nosso interesse é, então, o de compreender que sentidos são mobilizados nessas fichas; como a aparência concorre para determinar uma e outra mulher; quando uma posição é subsumida pela outra; e, por fim, os deslocamentos e rupturas que houve desde os primórdios até a atualidade sobre a imagem feminina.

Com esse intuito, buscamos analisar como os materiais selecionados concebem de

forma dual a imagem da mulher, principalmente da prostituta, constituída através de dizeres já ditos e esquecidos, mas que continuam a produzir vários efeitos, dependendo de cada acontecimento discursivo, das posições-sujeito ideologicamente marcadas e dos jogos de sentido colocados em funcionamento por essas posições.

Para essa investigação, buscamos analisar particularmente os discursos produzidos sobre a prostituta/prostituição, desde a antiguidade até os dias atuais, trazendo para a discussão os sentidos que estabeleceram as relações de gênero e que envolveram a imagem feminina numa relação paradoxal que vai desde a imagem sagrada até a de mulher fatal e de vítima.

A fim de entendermos as imagens constituídas em cada época, faz-se necessário compreendermos como circularam os demais discursos relacionados à mulher em sociedade, seus comportamentos em casa e fora dela, seus modos de ser e de agir, sua sexualidade, seu trabalho, etc. Discursos que, sob uma ótica machista, visavam moldar o comportamento feminino a fim de discipliná-lo, o que torna a prostituta/prostituição um assunto tão marcante, pois seu modo de vida, durante os séculos XVII a XVIII, fugia aos moldes de uma vida destinada à mulher honesta, dona de casa, ou seja, tratava-se de uma forma de transgressão, que deveria ser disciplinarizada. Por outro lado, em alguns momentos da história, a prostituta foi tratada como um mal necessário, uma vez que o que os homens não podiam fazer em casa, podiam fazer com as meretrizes, assim, eram tidas como um modo de controle da sexualidade, visto que se fazia com elas aquilo que não se podia fazer com as esposas recatadas.

Desse modo, a partir de leituras sobre a história da mulher e da prostituição, percebemos vários movimentos de mudanças e permanências que caracterizam os significados da relação mulher e meretriz, de modo a que a aparência funcione como uma superfície sobre a qual se inscreve o social.

Nessa direção, o nosso trabalho recorta para análise os registros policiais, que, no século XX, têm a função de controlar os sujeitos registrados, visando a regulá-los para fazer parte da sociedade e, ao mesmo tempo, visando a colocá-los sobre a ordem do Estado, ou seja, enquanto sujeitos de direitos e principalmente de deveres. Assim, a constituição da imagem da prostituta, nos cadastros, marca-se pela contradição entre o que está cristalizado sobre a condição da mulher, a de prostituta, de mãe, de cidadã, etc. Sentidos outros que são silenciados pelos discursos de uma moral, da religião e do social.

A base material do nosso trabalho são, então, recortes dos cadastros policiais de prostitutas, especificamente a parte da ficha destinada às observações, pois é nesse espaço que

geralmente ocorrem as descrições das prostitutas registradas. Nosso propósito é o de examinar os discursos que estão presentes nesses recortes, visando a compreender como dizem sobre a mulher e a puta, ou seja, o poder-dizer sobre a mulher, enquanto pertencente ao que é institucionalizado pelo Estado, pelos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), de modo a capturar o imaginário e construir a consciência do que é ser mulher.

A partir dessa construção, percebemos que a condição feminina é constituída por imaginários, instituindo, assim, uma dualidade constitutiva para a imagem da mulher, conforme nos mostra o trabalho de Schlindwein (2009), quando trata da dualidade entre Mulher Boa e Mulher Má, representadas nas imagens do site ONG Da vida, que funciona como espaço de avaliação em relação à condição feminina.

A partir desse imaginário, a imagem da mulher é sempre (re) descoberta e (re) inventada, e os sentidos que se apresentam sobre ela são sempre provisórios. O que possibilita esse movimento é o fato de os sujeitos serem simbólicos e históricos, condição básica para que haja sujeitos e sentidos.

Essa constante reinvenção da mulher nos faz perguntar o que estabelece essa necessidade de redescoberta, de reinvenção da mulher? Essa questão, contudo, seria um tema a ser retomado em outros estudos.

CAPÍTULO I

ANÁLISE DE DISCURSO: A COMPREENSÃO DOS SENTIDOS

O que há são versões.
Eni Orlandi (2005)

A busca pela compreensão dos sentidos é algo necessário, constitutivo do homem, ou seja, buscamos uma *resposta* para tudo, buscamos *definições*, interpretações, buscamos sentidos. Através do conhecimento é que o ser humano busca se completar e compreender o mundo a sua volta, assim, saber cada vez mais, permite ao ser humano possuir poder para interferir no meio em que vive para seu próprio benefício, portanto, a compreensão dos sentidos é o que nos move em nossa pesquisa.

Nessa direção, pretendemos neste estudo abordar a teoria da Análise de Discurso (doravante AD) de linha francesa, que tem como objeto teórico o discurso, no qual encontramos as marcas de ruptura que nos permitirão compreender, analisar, através dos gestos de interpretação como o sentido faz sentido.

Desse modo, a Análise de Discurso, compreende entre seus conceitos a noção de sujeito, que se constitui pela linguagem, enquanto posição-sujeito. Do mesmo modo, compreende a história como processo de produção de sentidos, atravessada pela contradição; e a língua enquanto possibilidade de discurso, como materialidade onde encontramos o discurso, que para Pêcheux (2009) é o efeito de sentido entre locutores, ou seja, é um “[...] processo que se desenvolve de múltiplas formas, em determinadas situações sociais” (ORLANDI, 2007b, p.54), sendo assim, é o efeito produzido pela inscrição da língua na história e essa inscrição só pode ser vista através da língua, através do texto, enquanto lugar de materialização da ideologia.

Portanto, a Análise de Discurso nos faz compreender que há, na língua e na história, um real, que compreendemos como o impossível, “[...] não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra.” (PÊCHEUX, 2008, p. 29), ou seja, não é algo já determinado, mas algo que possibilita a produção dos sentidos, porque o sentido não é estático, é construído por determinados momentos de situações e diferentes sujeitos.

Assim, temos a incompletude como real da língua, pois, “[...] toda língua é afetada por uma divisão, [...] que se sustenta pela existência de um impossível, inscrito na própria ordem da língua” (GADET e PÊCHEUX, 2010, p. 32), desse modo, sem a incompletude não

há a possibilidade da produção dos sentidos. Sem a incompletude, a língua/linguagem torna-se inconcebível.

Nessa direção, Gadet e Pêcheux (2010, p. 30) afirmam:

Para os que sustentam que a língua trabalha com a existência de uma ordem própria, o real da língua reside naquilo que nela faz Um, a assegura no Mesmo e no Idêntico e a põe a tudo o que da linguagem cai para fora dela, nesse inferno ininteligível que os Antigos designam pelo termo de “barbarismo”: o campo do interdito na linguagem é, assim, estruturalmente produzido pela língua, do interior dela mesma.

Desse modo, pensar a língua como unidade faz parte de um imaginário, que permite que os sentidos possam ser determinados, restringidos, um eficaz trabalho da ideologia. Entrementes, todo sentido produzido “[...] é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2008, p. 53), ou seja, os sentidos sempre podem vir a ser outros devido a características constitutivas da língua: a incompletude, a falha, o equívoco, pois, segundo Pêcheux (1990, p. 10), “[...] não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: ‘uma palavra por outra’ é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho”.

Por isso, essa concepção teórica considera que a língua não é transparente, sendo assim, é necessário um dispositivo que auxilie no acesso a sua materialidade, ou seja, a sua discursividade.

Do mesmo modo, a Análise de Discurso compreende o real da história, como sendo a contradição, esta possibilita a mudança, o deslocamento, quando se tem o impossível, o alhures. Essa concepção teórica considera, portanto, que a história, que deve levar em conta o sujeito, não é uma sucessão de fatos, um relato, mas um acontecimento no discurso, ou seja, um modo de produção de sentidos.

Desse modo, a AD considera não a história propriamente, mas a *historicidade*, que se encontra no texto, considera, portanto, não partir da história para o texto, mas do próprio texto, uma vez que, através da “trama de sentidos”, a história constitui-se no texto.

Nessa direção, a Análise de discurso, é vista como um processo de desnaturalização, que busca um distanciamento da ideologia, ou seja, busca ver na materialidade como as histórias são mobilizadas. Uma história é de um lado, fatos, acontecimento, e de outro, é a compreensão desses fatos tomados como acontecimentos, pois, segundo Veyne (1983, p. 41)

“[...] a História não estuda o homem no tempo; estuda os materiais humanos subsumidos nos conceitos”. Nesse caso, desnaturalizar os sentidos que estão postos, é compreender que algo pode sempre tomar outros sentidos.

O que nos interessa, nessa pesquisa, é compreender, então, como os sentidos são produzidos, visto que, o trabalho de interpretação ocorre, segundo Orlandi (2007b), por dois vieses: a atividade do analista e a atividade linguageira do sujeito. Nessas duas instâncias, a atividade linguageira é a interpretação em nosso dia-a-dia, porque para a AD, todo sujeito é dado a interpretar a partir do momento em que se coloca frente a um objeto simbólico. Da mesma forma, o analista também interpreta, mas diferentemente do sujeito instado a interpretar, pois a sua atividade diz respeito não a interpretar tomado por uma ideologia, atribuindo sentido, mas a compreender, dar visibilidade a como um objeto simbólico produz sentidos. Ou seja, o analista leva em consideração o fato de que o sentido sempre pode vir a ser outro, por isso, mediante à necessidade de o sujeito dar sentido, a atividade do analista é a de mostrar como isso ocorre.

Essa é a grande diferença da AD e da Análise de Conteúdo, na qual a questão a ser respondida é “o que o texto quer dizer?”. A AD, diferentemente, se preocupa em mostrar “como” o texto diz, como ele produz sentidos. Nessa direção, o analista, também condicionado a interpretar, deve manter-se em seu foco, através do seu dispositivo teórico e do seu dispositivo analítico, uma vez que ambos os dispositivos lhe permitirão compreender o objeto simbólico e não simplesmente atribuir sentidos.

Dessa forma, o analista busca não ser capturado por uma dada ideologia, porque esta carrega em si o efeito da evidência, da completude, pois, segundo Orlandi (2007b, p. 66), “[...] o processo ideológico não se liga à falta, mas ao excesso”. Nessa direção, para o sujeito instado a interpretar, alguns sentidos sofrem um apagamento, visto que não leva em consideração todo o processo histórico, assim, o excesso diz respeito a todo um dizer já cristalizado pela ideologia que vai produzir o efeito da evidência, capturando o sujeito. Nessa perspectiva, a ideologia refere-se ao “[...] próprio fato de que a língua não é transparente e que há injunção à interpretação em condições de produção em que joga a relação dos sujeitos com os sentidos, no mundo” (ORLANDI, 2005, p. 90). Ou seja, os sentidos e os sujeitos são produzidos mutuamente no acontecimento (PÊCHEUX, 2008), na formulação (ORLANDI, 2005) que é o encontro da memória com a atualidade. É através dessa interpelação que o sujeito produz a compreensão dos sentidos, devido a determinadas condições que vão permitir a produção de um sentido e não de outro, ou seja, é o modo como a ideologia determina a

unidade de sentido sobre o efeito da evidência.

Desse modo, o trabalho de interpretação para o analista ocorre através da construção do dispositivo teórico-analítico, pois este, também não é colocado como fora desse equívoco, ou seja, não há como dizer que o analista não seja afetado ideologicamente, porém, é através do dispositivo teórico-analítico que o analista poderá situar-se para que seja minimamente afetado pelo efeito da evidência e assim possa compreender o objeto simbólico, não apenas atribuindo-lhe sentido, mas demonstrando como esses sentidos são construídos.

A escolha do dispositivo teórico representa, então, uma possibilidade de leitura, com a qual o analista deve compreender todas as possibilidades de sentidos que o texto suscita, não significando, contudo, que todas as possibilidades sejam exploradas.

O analista deve assegurar, dessa maneira, um distanciamento necessário, evitando ao máximo o efeito de captura e de enredamento que a evidência produz, assim, é a escolha do dispositivo que norteia a sua análise, possibilitando a compreensão do objeto simbólico. Nesse sentido, a noção de alteridade é necessária, pois é na relação com o “outro” – o da interlocução – que o “Outro” – o interdiscurso, a memória do dizer – se coloca e interpela o sujeito, enquanto posição.

O analista constitui-se nessa alteridade, porque esse “Outro” é o lugar da alteridade constitutiva, é a presença da ideologia, assim, o analista tenta sair de uma posição-sujeito interpelada ideologicamente, sair do efeito de evidência, para a posição de analista, mostrando a leitura outra que ele produz, pelo dispositivo que utiliza.

Segundo Pêcheux (2008, p. 54),

[...] é por que há o *outro* nas sociedades e na história [...] que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.

Do mesmo modo, a produção dos sentidos, direcionada à condição feminina, se pauta por essa alteridade, pois, a alteridade aponta para o múltiplo. Essa multiplicidade de imagens, de sentidos é construída pelo outro em relação à mulher, nesse caso, o outro funciona pela memória discursiva através dos efeitos metafóricos sobre a mulher, um efeito decorrente da construção histórico-ideológica.

Em suma, o nosso objetivo é mostrar como esse objeto simbólico produz sentidos em relação à condição feminina, de modo a dar visibilidade aos procedimentos que constituem a

significação do material analisado, porque não é papel do analista falar o que o texto quer dizer, mas sim, como significa, como os sentidos são produzidos, uma vez que “[...] o objetivo da AD é compreender como o texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele concebido enquanto objeto linguístico-histórico”. (ORLANDI, 2007b, p.56)

Segundo Orlandi (2007a) os dizeres são efeitos de sentidos que são produzidos em certas condições e que estão de alguma forma presentes no modo de dizer, ou seja, há uma *relação do dizer com sua exterioridade*. Dessa forma, os sentidos são produzidos em relação a. Trata-se de um jogo discursivo, em outras palavras, o discurso tem a ver com as condições de produção: que compreendem o contexto imediato e o contexto sócio histórico.

Nessa direção, a noção de formação discursiva é básica nesse percurso, visto que permite compreender o processo de produção dos sentidos, pois, é a formação discursiva “[...] que, numa formação ideológica dada [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada [...] determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 147), por isso, o sujeito insere seu dizer no interdiscurso, para que seu dizer faça sentido. Segundo Pêcheux (2009), uma mesma palavra, mesma expressão pode ter sentidos diferentes dependendo da formação discursiva na qual estão inseridas. O contrário também pode ocorrer, ou seja, palavras, expressões literalmente diferentes podem, ter o mesmo sentido se estiverem no interior de uma mesma formação discursiva. Dessa forma, a formação discursiva, possibilita ao analista estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. Essas regularidades comprovam que toda palavra é sempre parte de um discurso e que todo discurso se apresenta na relação com outros dizeres presentes e dizeres que constituem a memória discursiva.

Segundo Payer (2006, p.39) é através da memória do que já foi dito, do que é repetido, que existe a possibilidade de qualquer dizer, pois “[...] o reconhecimento do mesmo (o repetido) cria memória na e para a língua, e daí para as imagens significadas, os sentidos, os percursos de sentidos, os discursos, enfim”.

Desse modo, torna-se necessária uma regularização do que é da ordem do mesmo e do repetido. Essa regularização, segundo Achard (2007, p.16)

[...] se apóia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido. Esse reconhecimento é da ordem do formal, e constitui um outro jogo de força, este fundador. Não há, com efeito, nenhum meio empírico de se assegurar de que esse perfil gráfico ou fônico corresponde efetivamente à repetição do mesmo significante. É preciso admitir esse jogo de força simbólico que se exerce no reconhecimento do mesmo e de sua repetição.

É, portanto, essa regularização do mesmo na língua que produz discurso, ou seja, efeitos de sentido entre locutores. Efeitos que só são possíveis devido a uma memória marcada na língua, ou seja, uma memória na língua, que se faz através da repetição – a condição para que os sentidos sejam produzidos e sustentados socialmente.

Desse modo, a memória discursiva se configura como sendo formada por dizeres ditos anteriormente, que são postos em funcionamento com a formulação, com o dizer, produzindo sentidos através da repetição do que contém a memória da língua. Assim, são as marcas, os vestígios, as pistas produzidas na materialidade que torna possível analisar o que é da ordem da repetição e o que se constitui como produção do novo, do sentido outro.

Para a AD, todo dizer, para fazer sentido, deve ser atravessado pelo interdiscurso, pela memória do dizer, pela memória discursiva. Sendo assim, a memória discursiva é constituída por dizeres anteriores que, na formulação, produz sentidos devido ao encontro com a atualidade, ou seja, é nesse encontro que ocorre o acontecimento discursivo, no qual a memória, constituída pelo esquecimento, faz com que o sujeito pense ser dono e a origem do seu dizer/fazer, portanto, pensa ser a fonte de sentido.

Nessa direção, a AD

[...] congrega, desde o início, de uma maneira ampla, todo um projeto teórico que, trabalhando a idéia de que “o sujeito não é a fonte de sentido; [de que] o sentido se forma na história através do trabalho da memória, da incessante retomada do já-dito”, vai representar a possibilidade de ler no ‘discurso textual’ os traços da memória histórica tomados no jogo da língua. (PAYER, 2006, p. 26-27).

Os traços da memória histórica materializam-se na língua como efeitos de sentido que, no momento da formulação, dada as condições de produção – o contexto imediato e contexto sócio-histórico – são colocados em funcionamento. Razão pela qual o sujeito é posição-sujeito, pois o seu dizer produz sentidos que são sempre postos em relação a.

Nessa direção, há sentidos que são cristalizados pela sociedade, mas há também os que são silenciados, de modo a que haja sentidos que instituíram cada palavra, inclusive o termo “puta”, que, ao ser formulado, aciona um *já-dito*, um *pré-construído*, que é colocado em funcionamento por diferentes posições-sujeito marcadas pelos modos de inscrição nessa memória.

Nessa perspectiva, as condições de produção são essenciais nesse percurso, pois elas compreendem os sujeitos e a situação, marcando o que, em cada época, se investe

diferentemente sobre a imagem da mulher, construindo normas e condutas ligadas ao imaginário social que as tornaram possíveis. Ou seja, consideram-se todos os dizeres anteriores, já ditos e esquecidos, que formam o interdiscurso, que é tudo aquilo que fala antes, em outro lugar e independentemente daquilo que se quer dizer. É o pré-construído que sustenta cada tomada de palavra para que esta se torne dizível, interpretável. Sendo assim, a condição feminina passa por esse processo de esquecimento – ou seja, esquecemos de que o sentido não é único e de que não somos a origem do dizer (ORLANDI, 2007a) – possibilitando, atualmente, a produção de outros sentidos.

Para a Análise de Discurso, os sentidos são produzidos através da relação de paráfrase e polissemia que, segundo Orlandi (1998, p. 15), “[...] é uma relação contraditória porque não há um sem o outro, isto é, essa é uma diferença necessária e constitutiva”. Assim, para a autora, a paráfrase está para o lado da cristalização, da reiteração do mesmo, enquanto a polissemia é a ruptura, é o equívoco, a produção da diferença. Desse modo, o que permite o equívoco entre os dois movimentos é o real da língua, a sua incompletude, porque, o que funciona no jogo entre o mesmo e o diferente são as formações imaginárias que constituem sentidos, devido a uma historicidade que está presente na formação discursiva.

Nessa direção, a autora aponta o funcionamento que resulta da paráfrase e da polissemia:

A ideologia, na análise de discurso, está na produção da evidência do sentido (só pode ser “este”) e na impressão do sujeito ser a origem dos sentidos que produz, quando na verdade ele retoma sentidos pré-existentes. Daí a necessidade de se pensar o gesto de interpretação como lugar da contradição: é o que permite o dizer do sujeito pela repetição (efeito do já-dito) e pelo deslocamento (historicização) (ORLANDI, 1998, p.16).

Assim, o jogo sobre as regras da língua, do qual nos fala a autora é o que afeta a repetição, produzindo deslocamentos, que permitem que, através da substituição, o sentido possa vir a ser outro, pois afeta a materialidade discursiva não sendo uma simples substituição de conteúdo. Desse modo, Orlandi (2007a, p. 36) afirma que a paráfrase e a polissemia, “[...] são duas forças que trabalham continuamente no dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente”.

Nessa direção, a produção de sentidos e a constituição do sujeito só são possíveis através da metáfora, ou seja, é o deslizamento metafórico que permite a produção dos sujeitos e dos sentidos. Nessa relação, a definição de efeito metafórico para Pêcheux (2010, p. 96) é o:

“[...] fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, [...] [em que] esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y [...]”, assim, podemos dizer as mesmas palavras, mas através do deslize, os sentidos podem ser outros, pois, o efeito metafórico é o lugar da interpretação, lugar do possível.

Nessa perspectiva, a formulação: “o que há são versões”, cunhada por Orlandi (2005)¹, nos permite compreender que toda memória discursiva, todo dizer, toda produção dos sentidos ocorre através da repetição, da metáfora, da paráfrase e da polissemia, do sentido novo, do sentido outro, do *non sense*, que se constrói a partir de algo dito anteriormente em outro lugar, conformando o interdiscurso, a memória do dizer. Assim, podemos dizer que, toda produção dos sentidos se dá através das versões, produzidas a partir da repetição, da paráfrase e da polissemia, permitindo, portanto, a dispersão dos sentidos e dos sujeitos. Por isso, Orlandi, expõe que, para a análise de discurso, um gesto de interpretação elucida uma variante, uma versão, “[...] o sentido labora a sua materialidade nas diferenças versões/manuscriturações” (idem). Ou seja, do ponto de vista discursivo, “[...] a forma (o como se diz) importa mais do que o que se diz” (ibidem).

Nesse sentido, a noção de versão tem a ver com o modo como se produz os sentidos, com as várias possibilidades de sentidos, com o sentido outro, com o vir a ser sentido, por esse motivo, ela desloca da noção de comentário de Foucault, pois para a autora “[...] a noção de comentário, em Foucault, inscreve-nos nos processos de disciplinarização do discurso, a domesticação da diferença” (ORLANDI, 2005, p. 83), enquanto que para a autora, a noção de versão remete à dispersão. Assim, a versão, tomada como variante, permite a produção dos sentidos, pois, está também, na base do texto.

Desse modo, ao falarmos da história da prostituição/prostituta percebemos como várias versões sobre o imaginário feminino foram se construindo durante a história, essas versões nos mostram como os sentidos vão sendo deslocados, deslizam, produzindo outros e/ou novos sentidos sobre a imagem da mulher.

Uma outra noção de que trata esse trabalho é a de sujeito de direito. Segundo Haroche (1992, p.51) a noção de “sujeito jurídico da linguística” “[...] se caracteriza por duas propriedades, no limite, contraditórias: *uma vontade sem limites e uma submissão sem falhas*”. Nessas condições, a definição de sujeito-de-direito serve para imputar ao sujeito a noção de direitos e deveres, o que faz com que pense ser dono de seu dizer e de seu fazer, e,

¹ **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

assumindo esse lugar, se assujeite ao Estado para que possa fazer uso dos seus direitos e deveres.

Segundo Lagazzi (1988, p. 39), a noção de sujeito-de-direito

[...] é uma noção histórica, que só se concebe à noção de Estado. Ambas – a de sujeito-de-direito e a de Estado – surgiram concomitantes à fundamentação do poder jurídico que, por sua vez, foi (é) decorrência de modificações econômicas que, a partir do século X, ocasionaram a passagem gradual do feudalismo para o que se concretizaria, mais tarde, como capitalismo.

Assim, a noção de sujeito-de-direito vem marcar o momento em que o homem aponta para outras determinações, ou seja, deixa de se assujeitar à religião, à Igreja e, passa, através do Direito (que o torna autônomo), assujeitar-se ao Estado.

De acordo com Lagazzi (op.cit. p. 20) “[...] cada vez mais fortemente o sujeito-de-direito foi se configurando, e hoje a responsabilidade é uma noção constitutiva do caráter humano, da pessoa, do cidadão, sem o que não nos reconheceríamos socialmente”. Diante dessa afirmação, a ideologia, que produz o efeito de evidência, faz remissão à noção de sujeito do dizer, sendo necessário o esquecimento, a ilusão para que as formulações sobre as meretrizes produzam sentido.

Da mesma forma, o sujeito relaciona-se com o mundo através de um imaginário que se representa pelo simbólico, ou seja, as crenças, as palavras, as próprias relações interpessoais, significam pela ordem simbólica.

Nessa direção, Lagazzi (1988, p. 39) afirma que

[...] legitimar é trazer para a ordem do simbólico. A legitimação é uma forma que o poder tem de evitar o conflito explícito nas relações interpessoais, mantendo a ordem vigente. Atribuir direitos e deveres é atribuir símbolos de poder, é legitimar o poder como coerção, trazendo a ordem simbólica para o cotidiano das relações interpessoais.

Do mesmo modo, a autora afirma que a liberdade imputada ao sujeito-de-direito capitalista faz parte da ideologia jurídica capitalista, que, camuflando as razões econômicas, levam o sujeito a precisar vender sua força de trabalho, no caso da mulher/meretriz, a venda de seu próprio corpo. Trata-se, então, de um sujeito que *pensa* ser dono de sua vontade, que *pensa* ser livre, é por essa razão que a prostituta se apóia na ilusão de ter o controle sobre si mesma, mas o controle encontra-se, de fato, imerso nas relações de poder do modo de

produção capitalista, no mundo ocidental. O meretrício entra para o capitalismo como profissão, portanto, vemos como as relações sociais voltam-se para as relações econômicas e, ao mesmo tempo, moral, pois, atualmente na sociedade, o sujeito fica constrangido por não ter um emprego, uma profissão. Por outro lado, ser meretriz é uma profissão, mas os valores morais do uso do corpo, considerados inadequados pelo discurso religioso, permanecem, estabelecendo um jogo de sentidos que constitui nossos dizeres.

Para Orlandi (2007a, p. 51) “[...] o sujeito-de-direito não é uma entidade psicológica, ele é efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista”, pois, com o capitalismo funcionando como molde das relações sociais, o indivíduo se constituirá enquanto sujeito-de-direito, somente através de um assujeitamento ao Estado, às leis jurídicas, assim, é nessas condições que o sujeito vai se constituir, vai se assumir enquanto tal. Nessa direção, podemos dizer que, “[...] o sujeito moderno – capitalista – é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz)” (ORLANDI, 2005, p. 104).

Para Orlandi (2005), a forma sujeito jurídica condiz com a noção da forma-sujeito do discurso. Do mesmo modo que o sujeito jurídico, a posição-sujeito depende de um assujeitamento para a produção de sentidos, ou seja, é a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia (ALTHUSSER, 1985) que permite que o sujeito, “[...] afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive”. (ORLANDI, 2005, p. 105).

Por isso, o sujeito, na análise de discurso, não é o sujeito empírico, é sujeito enquanto posição, posição entre outras, pois se constitui no momento da produção dos sentidos, e os sentidos se constituem através da posição-sujeito, pois, segundo Orlandi (2005, p. 101) “[...] a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história”. Assim, para ser sujeito é necessário assujeitar-se à língua.

Nessa direção, é o sujeito significante, o sujeito histórico que, para Orlandi (2007a,) se define como “posição”, o sujeito tomado como posição é um sujeito que se produz entre diferentes discursos, constituindo discursos outros numa relação com o interdiscurso, definindo-se em função de uma formação discursiva na relação com as demais. Nesse entendimento, o sujeito pode também mobilizar seu dizer produzindo novos sentidos, através da resistência, de acordo com as formações discursivas dadas.

Lagazzi (1988) mostra que a posição do sujeito-de-direito, no cotidiano, determina o juridismo presente na linguagem contemporânea. Assim, exemplifica uma interlocução entre

dois cunhados em que um chega e pede para ser cumprimentado pelo outro que resiste e não o cumprimenta². Essa interlocução marca os modos pelos quais o senso comum rege as leis de comportamento, pois não há nada escrito que obrigue um cunhado a cumprimentar o outro, mas a formalidade e a familiaridade concorrem para que tal ato aconteça. Desse modo, Lagazzi (1988, p. 97) afirma que “[...] a resistência é a batalha do sujeito pelo direito de se colocar, de não aceitar a coerção, é a batalha por ‘um lugar no qual o sujeito se encontre um poder de dizer’, com ou sem respaldo de hierarquia”.

A autora vai constituindo, assim, o modo pelo qual a contradição é marcada pelo discurso produzindo sentidos. Nessa direção, afirma que a contradição é o que possibilita a mudança, o deslocamento, quando se tem o impossível, o alhures, ou seja, é “[...] a impossibilidade da síntese, reiterando a distância entre contradição e oposição” (LAGAZZI, 2011, p. 279).

Assim, a contradição é marcada como o algo a ser realizado, ou seja, é a produção de outro sentido que não está marcado pelo já dado, por isso, contradição não é o mesmo que oposição. A oposição marca o já dado, não sendo possível produzir outros sentidos, enquanto a contradição é o diferente, é a possibilidade de deslocamento.

Dessa forma, o sujeito pode resistir à coerção de uma hierarquia já dada, produzindo outros sentidos, o que determina a resistência do sujeito, projetando outras e novas posições. Nesse entendimento, a formação discursiva “[...] representa o lugar do sentido e de identificação do sujeito”. (ORLANDI, 2005, p. 103).

Com base nessa compreensão, procuramos trabalhar com as diversas posições-sujeito presentes nos cadastros policiais e a produção dos sentidos, uma relação contraditória e necessária, pois, para Orlandi (2005, p. 103), “[...] os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou sentidos quaisquer, mas não o são. Entre o possível e o historicamente determinado é que trabalha a análise de discurso”.

É, portanto, com esse entendimento que tentamos compreender como o sujeito produz, enquanto posição, sentidos em relação à imagem feminina nos registros policiais da época, realizados pela Delegacia de Polícia, de Cáceres-MT. Ou seja, o que procuramos compreender são as posições ideológicas que, dadas as condições de produção, determinam e que é marcado pelo jogo da língua com a história e a ideologia.

² “– Vai cumprimentar ou não? / – Ah? / – Vai cumprimentar ou não? / – Vou pensar no seu caso. / – Então vem aqui. / – Vou pensar no seu caso. / – Vem aqui. Você que chegou, você vem aqui. Se eu tivesse chegado, eu ia aí. / – Ah, ia.” (LAGAZZI, 1988, p. 83).

Nessa concepção, buscamos compreender os sentidos através dos dizeres presentes nos cadastros, que falam da mulher que se cadastra, a prostituta, e também falam do lugar da mulher como se essa fosse autora desses dizeres. Desse modo, o discurso, presente nos registros, possibilita analisar as várias posições-sujeitos presentes no corpus, por exemplo, a posição sujeito-prostituta, a sujeito-mãe, e ainda a posição sujeito-policial, que registra essas formulações analisadas.

É, então, com base nessa inscrição teórica que pretendemos compreender as questões histórico-ideológicas que envolvem os sentidos atribuídos à imagem da mulher na prostituição. Razão que nos faz buscar os trajetos por eles percorridos pelo imaginário da mulher na prostituição em sua constituição histórica, visando a compreender de que forma esses discursos, essas imagens, produzem atualmente determinados sentidos e não outros.

1.1. A construção dos sentidos: o corpo na relação trabalho x prazer

Um fato interessante, sobre o imaginário constituído sobre a condição feminina, é o da questão da sexualidade que é fortemente marcada pela aparência da mulher.

Souza (2004), ao falar sobre o discurso da mídia em relação ao corpo feminino, diz que “[...] a tomada da palavra envolve um poder-dizer sobre o corpo que não se esgota nunca. Por isso, é naturalizado e internalizado pelo sujeito” (SOUZA, 2004, p. 174). Nessa direção, “[...] a interpelação ocorre no sujeito leitor pela autoridade do discurso de especialista, imbuído de poder/dizer sobre, pois o lugar de onde fala é constitutivo do que diz. Esse poder-dizer, do qual fala Foucault, é estabelecido culturalmente” (op.cit, p. 121-122).

Nessa direção, Foucault (2008, p.117) formula a docilidade dos corpos, a dominação do corpo como uma forma de ter poder:

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam.

Esse corpo modelado, controlado, põe em funcionamento uma memória sobre a sexualidade insubmissa, a prostituição se realiza pelo uso do corpo para o prazer, não exercendo o que se espera de um corpo dócil, isto é, “[...] um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (op.cit, p.118). Essa

docilização dos corpos leva-nos a questionar como é constituído, nesse espaço disciplinar, a prostituta e a prostituição, pois, para o autor, há “[...] lugares determinados [que] se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil” (FOUCAULT, 2008, p.123). Um funcionamento, segundo o autor, presente nos hospitais, nos quartéis e nas escolas, cuja tentativa de controlar o ser humano através do corpo, através do trabalho, suprimindo a sexualidade, levaria a transgressão das regras, a silenciar os valores morais, permitindo a ascensão do primitivo.

Nessa relação, o corpo é voltado para o trabalho, é como se não houvesse tempo para o não fazer nada, assim, os corpos ociosos são submetidos às regras e, como tais regras não podem parar, tornam-se corpos úteis para o trabalho, mas somente para isso, pois com a submissão freia-se também qualquer ato que o faça mudar ou pensar nas relações de forças de trabalho, uma vez que se trata de extrair dos corpos sempre as forças mais úteis. Segundo Dhoquois (2003, p.43)

[...] O corpo pode ser usado e coagido não só pelas condições de trabalho como também pela primazia dos interesses da empresa sobre os do trabalhador. O corpo deste está muito envolvido com seu dever de obediência. O corpo laborioso é um corpo submisso.

Esse funcionamento da sociedade disciplinar nos faz pensar, no entanto, no trabalho da prostituta ou na prostituição como trabalho.

Nessa direção, observarmos que a prostituição vai se colocar em outro lugar, no lugar do silêncio constitutivo, que age através da opressão, mas que é determinado através da resistência. Assim, ao tratar o corpo como sendo um meio de controle dos sujeitos, a prostituta/prostituição parece se colocar na contramão desse processo, pois o corpo, que é um objeto de controle, de manipulação pela força do Estado, no caso da mulher que se prostitui, constitui seu bem, seu material de trabalho, sua mão de obra, um objeto pessoal do qual ela faz uso, como qualquer trabalhador, não vivendo assim na vagabundagem, na preguiça, o que produz sentidos diferentes dos que habitualmente a sociedade constitui sobre a mulher prostituta.

Essa contradição, marca a constituição da imagem da prostituta através do corpo, que é tomado, pelo poder do Estado, como força de trabalho, pela meretriz como objeto de produção.

Para Foucault (1979, p. 22), é no corpo que

[...] se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles [os desejos, os desfalecimentos e os erros] se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito.

Ou seja, corpo é considerado no sentido da configuração da espécie humana, mas também no sentido de material discursivo, pois, através de ambos os sentidos podemos compreender como a história, através dos fatos, através das marcas no corpo, reclama sentidos (HENRY, 1997).

Nessa relação, o corpo feminino marca o lugar do privado, do interditado, e ao mesmo tempo, ele é “[...] exibido, apropriado e carregado de significação” (PERROLT, 2003, p. 14). A constituição da imagem feminina vai se produzindo através da aparência, através do uso do corpo. Por isso, a prostituta é condenada pelo uso do corpo para obter lucro através da satisfação sexual de outrem.

Nessa perspectiva, buscamos na história do rosto, pistas através das quais a sociedade marcou, definiu o nosso modo de fazer, de dizer e de agir, através desse poder-dizer, produzindo efeitos ligados a uma ideologia que marca a produção dos sentidos. Trata-se de sentidos possíveis, do mesmo modo que interessa a aparência da prostituta, uma vez que só podem ser estes e não outros.

Assim, temos na história do rosto

[...] a história do controlo da expressão, das suas exigências religiosas, das normas sociais, políticas e éticas que contribuíram desde o Renascimento para o aparecimento de um tipo de comportamento social, sentimental e psicológico baseado no afastamento dos excessos, no silenciamento do corpo (COURTINE, HAROCHE 1988, p. 12).

Courtine e Haroche (1988), ao apresentarem a história do rosto, mostram que esses sentidos parecem ter se instalado entre os séculos XVI e XVIII, pois os relacionam com a vida em sociedade, afirmando que o rosto fala, expressa sentidos. É em razão disso que foram criados manuais para orientar a forma de se usar a fala, os gestos e as expressões para se viver bem em sociedade. Assim, era necessário um “afastamento dos excessos” e um “silenciamento do corpo”, para prevalecer as regras do bem viver. Muitas dessas regras vigoram até hoje, enquanto espaço de poder do Estado e da sociedade sobre o sujeito. Desse modo, esses manuais têm a função de ensinar que se deve saber falar, bem como, quando se

deve falar e o que se deve dizer. Ou seja, o sujeito aprende esses aspectos para se adequar ao bom convívio social.

Nessa direção, percebemos como surge a questão das proibições, das restrições e dos próprios tabus que foram se formando historicamente, havendo, nesse momento, uma restrição na produção dos sentidos, uma vez que é preciso calar certos dizeres, e por evidência outros, o que Orlandi (2007c) denomina como silenciamento dos sentidos³.

Nessa perspectiva, a aparência não deixa de ter o seu espaço, pois o modo de agir, o de falar, o de se expressar, são todos marcados segundo um modo de ser em sociedade, de maneira que, quem não segue essas exigências, é excluído por não encontrar-se adequado para aquele meio.

Temos, portanto, a representação dos preconceitos, visto que, fomos (e ainda somos) avaliados pelo que é visível, somos marcados pelo rosto, pelos modos de agir e de vestir, produzindo sentidos de quem somos perante a sociedade. Para Courtine e Haroche (1988), é como se através da análise do rosto fosse possível dizer quem é o sujeito desviante, porque este deixaria transparecer as suas paixões, enquanto o sujeito que consegue o controle das suas emoções seria apto a viver em sociedade.

Esse mesmo funcionamento parece estar presente nos registros policiais de prostitutas, pois há uma recorrência ao rosto como se ele pudesse marcar o lugar da prostituição, do desvio.

Nesse sentido, através dos estudos dos fisgnomonistas, houve uma identificação da aparência do homem com a aparência do louco, do degenerado, da prostituta, do criminoso nato. Lombroso realizou tais estudos, relacionando a aparência do ser humano com a sua identidade. Você se torna aquilo que você se parece.

Entrementes, estes estudos, com o tempo, foram sendo rechaçados, deixados de lado prevalecendo o aspecto jurídico – somos iguais perante a lei. Contudo, o fato de a ciência ter abandonado a esses estudos não significa que eles cessaram de produzir sentidos. Assim, sentidos sobre a aparência do louco, da prostituta, são sentidos ditos anteriormente em outro lugar, mas que continuam a produzir sentidos nos sujeitos, mesmo que esses não consigam dizer de onde vem essa forma de pensar.

Desse modo, a produção dos sentidos sobre o imaginário da prostituta circula em torno de aspectos histórico-sociais, que visibilizam os sentidos sobre a prostituição

³ Segundo Orlandi (2007c) o silenciamento ou política do silêncio se subdivide em: silêncio constitutivo em que uma palavra apaga necessariamente outras palavras, e o silêncio local, que se refere à censura.

produzindo o preconceito. Por isso, Orlandi (2002, p. 197) afirma que o preconceito:

[...] se constitui nas relações sociais, pela maneira como elas se significam e são significadas. Não é um processo consciente e o sujeito não tem acesso ao modo como os preconceitos se constituem nele. Vêm pela filiação a sentidos que ele mesmo nem sabe como se formaram nele.

A AD busca, portanto, a compreensão dos sentidos em suas múltiplas possibilidades. Por isso, a produção dos sentidos ocorre através do funcionamento discursivo, de modo a que os sentidos possam sempre vir a serem outros, ou, nas palavras de Orlandi (2002, p. 197), “[...] os sentidos não podem ser os mesmos”. A partir dessa compreensão, temos noção do político, compreendido pelo viés da Análise de Discurso, como “[...] fato de que o sentido é sempre dividido, esta divisão tendo uma direção que não é indiferente às injunções que derivam da forma da sociedade tomada na história em um mundo significado e significante, em que as relações de poder são simbolizadas” (ORLANDI, 2005, p. 90).

Pensando assim, chegamos à conclusão/compreensão de que a produção de sentidos sobre a história da prostituição passa pelo viés das condições históricas e sociais. Incluindo-se os sentidos negativos sobre o imaginário da mulher e da meretriz. Esses sentidos negativos estão na base do estigma social, do preconceito que sofreram (e ainda sofrem) as mulheres que eram (e são) meretrizes.

Nessa direção, Orlandi (2002) designa o preconceito como

[...] uma discursividade que circula sem sustentação em condições reais, e fortemente mantida por relações imaginárias atravessadas por um poder dizer que apaga (silencia) sentidos e razões da própria maneira de significar (ORLANDI, 2002, p. 197).

Desse modo, o preconceito, segundo Orlandi (2002), impede a produção de sentidos outros, pois, restringe-se ao que já está dado. Assim, para a autora, o preconceito está para a ordem da censura⁴, que silencia “[...] sentidos possíveis que [...] não podem ser ditos” (op.cit, 198). O preconceito ocorre, então, na base do silenciamento dos sentidos, na interdição. Nesse caso, certos assuntos são silenciados pela sociedade, pois, são ainda considerados tabus, ou seja, passam pelo processo de interdição. A prostituição é um exemplo de tabu, não só ela, mas também toda uma história da sexualidade que foi sendo silenciada por uma sociedade

⁴ Conforme abordado em seu livro **As formas do silêncio** (2007).

mais conservadora.

Foucault (1988, p. 9) nos mostra que, na sexualidade do século XVII, “[...] ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade”. Assim, falar de sexo era algo tido como comum, não era uma blasfêmia e muito menos algo que somente alguns pudessem falar. Mas, segundo o autor, os discursos sobre o sexo passaram para o “quarto do casal” e para os especialistas, pois somente estes detinham um saber que os permitiam falar sobre sexo.

Esse funcionamento sobre o sexo nos permite compreender de que forma os sentidos vão sendo constituídos e de que forma o silêncio produz sentidos, através do silenciamento de alguns dizeres para que outros predominem.

Dessa forma, nota-se que atualmente há uma gama de textos, imagens, filmes, sites que falam sobre sexo e sexualidade de várias formas e com vários sentidos. Mas, por outro lado, esse grande número de informações não significa que falar de sexo atualmente deixou de ser tabu, deixou de existir uma repressão sexual.

O fato é que as recentes histórias de violência contra a mulher, os crimes de pedofilia, a prostituição infantil são temas cada vez mais presentes e muito divulgados através da mídia, o que nos leva a questionar os modos atuais de sexualidade, ou seja, como ela vem sendo tratada pela sociedade e pelo Estado.

Esse discurso sobre a repressão do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado. Uma grave caução histórica e política o protege; pondo a origem da Idade da Repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa. (FOUCAULT, 1988, p.11-12).

Em *O Mal-estar na civilização*, Freud (1930) nos mostra como a própria ideia de civilização, de sociedade, se contrapõe com a de prazer, com a de sexualidade, pois através da sociedade que foi constituindo os moldes para a nossa própria vida, cheia de regras, com direitos e deveres, constituiu-se também o princípio da realidade, que se contrapõe ao princípio do prazer. Para o autor, esses dois princípios fazem parte do ser humano, o que põe em funcionamento, de um lado, o desejo de ser feliz, o imediatismo do prazer, independente de regras, convenções sociais (princípio do prazer), e, de outro, as regras, as normas do como viver em sociedade com o seu igual (princípio da realidade). Assim, para Freud (1930),

seríamos mais felizes se retornássemos a nossa condição primitiva, sem regras, morais. A partir dessa relação entre prazer e moral, percebemos como os sentidos foram sendo construídos a partir de muitos imaginários sociais, culturais e históricos que perpassam os dizeres sobre a prostituição.

Enfim, a maneira como os sentidos são produzidos hoje sobre a aparência feminina e a prostituta implica em colocar em funcionamento uma memória que abarca o que, infinitas vezes, foi dito, redito e desdito sobre a imagem feminina. Implica ainda o circunstancial em que essa imagem está inserida, ou seja, o social e a maneira como hoje a sociedade visibiliza a imagem da prostituta, enquanto um “artefato” do mercado econômico/social/cultural.

CAPÍTULO II

CASTIDADE E LUXÚRIA: UMA DUALIDADE CONSTITUTIVA DA IMAGEM FEMININA

A prostituta é aquela que, ao contrário da mulher honesta e pura, vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos.

Margareth Rago (1985)

Historicamente estabeleceu-se uma dualidade da condição feminina. Essa dualidade foi fortemente marcada por um processo sócio-histórico que continua na atualidade a produzir sentidos, provocando deslocamentos ao retomar dizeres passados, dizeres esses dados como cristalizados.

No caso em estudo, buscamos mostrar, nesse capítulo, o percurso da mulher e da prostituição a fim de analisar as permanências e os deslizamentos de sentidos, de acordo com as condições de produção de cada época.

Assim, ao discutirmos sobre a condição feminina e o papel da prostituição em nossa sociedade percebemos como as formulações postas são, ao mesmo tempo, contraditórias e regulares, essa contradição produz uma dualidade constitutiva em que a imagem da mulher e da prostituta se institui, quando se fala da sexualidade x moral social. Nesse limiar, a contradição se faz presente constituindo moldes para a produção de sentidos sobre a prostituta, que se apresenta nos cadastros analisados ora como mãe, ora como meretriz. Portanto, a fim de se observar as regularidades de sentidos que essas formulações comportam, abordaremos, de forma comparativa e analítica, os dizeres sobre a mulher e a prostituta durante a história, uma vez que compreendemos que os sentidos não são únicos e são apreendidos em cada momento social e histórico.

2.1. Da puta, da prostituta às profissionais do sexo

Corpo-instrumento, a prostituta representa fundamentalmente para o freguês uma peça de produção do prazer.

Margareth Rago (1985)

Quando tomamos para estudo a constituição imaginária da mulher na prostituição, faz-se necessário um percurso sócio-histórico, pois, através dele percebemos, por exemplo, as

mudanças que se processaram nos vocábulos **prostituta**, **puta**, **meretriz**⁵.

Os sentidos referentes a esses termos nos mostram como os sentidos são postos em circulação devido ao seu uso no dia-a-dia. Cada vocábulo traz, em suas acepções, marcas sobre o histórico em relação ao meretrício, que nos demonstram que os sentidos são produzidos devido a certas condições sociais e históricas e a partir de sentidos já dados e produzidos, levando a produção de outros sentidos, enquanto alguns sentidos são silenciados.

Assim, ao se mencionar os termos **prostituta**, **puta**, **meretriz**, o que, de imediato, se ressalta na memória é a imagem de uma mulher devassa, sensual, sem moral, transgressora, etc., ou seja, sentidos que ligam a imagem feminina a uma prática não autorizada, a da prostituição. Por outro lado, estes mesmos termos podem produzir sentidos diferentes dos já dados ou ainda possuir sentidos que foram apagados prevalecendo apenas um sentido e não outro.

Segundo Orlandi (2007b, p. 52), “[...] quando uma palavra significa é porque tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa”. Sendo assim, há sentidos que são cristalizados pela sociedade, produzindo, às vezes, um silenciamento de outros sentidos, instalados anteriormente, isto é, em se tratando dos sentidos que institui cada palavra, inclusive o termo *prostituta*, há sempre um *já-dito*, um *pré-construído*, que é colocado em funcionamento por diferentes posições-sujeito.

Podemos observar isso no significado da acepção **meretriz**. Este vocábulo, na maioria dos dicionários, traz o sentido de **mulher que pratica o ato sexual por dinheiro** (FERREIRA, 2004).

Segundo Marsaro (2007), a palavra **meretriz** se origina do latim (*merētrix*, -cis, de *merēre*) que significa “ganhar dinheiro”. Ou seja, esse sentido não envolve apenas o ofício de prostituta, mas também outras atividades, negócios, ramos. Se considerarmos que *meretriz* significa “ganhar dinheiro”, qualquer atividade comercial seria considerada meretrício, pois todas visam ao lucro. Apesar de, na atualidade, os sentidos para *meretriz* remeterem ao de prostituta, notamos, que no funcionamento da palavra *meretriz*, o significado deriva para outros sentidos. Entrementes, esses sentidos ainda guardam relação com os sentidos ditos anteriormente, porque, se hoje *meretriz* significa mulher que mantém relações sexuais em troca de algum ganho, não deixa de produzir também sentidos que se ligam às significações

⁵ Trabalho realizado na disciplina de História das Ideias Linguísticas no Brasil, sob o título: *Putas: uma memória da língua*.

do latim, a de “ganhar dinheiro”. Esses sentidos funcionam a partir de uma relação parafrástica e polissêmica, pois a paráfrase se coloca como repetição, como cristalização do sentido, enquanto a polissemia se coloca como ruptura, ou seja, trata do equívoco, do diferente, que é colocado em funcionamento pelo real da língua, sua incompletude.

O que nos permite analisar que há um mesmo nessa diferença, pois, pela ordem capitalista, todo sujeito faz uso do seu corpo em toda atividade que realiza, enquanto trabalho, visando ao lucro, assim, a atividade de **meretriz**, no sentido de “ganhar dinheiro”, engloba os modos de produção de trabalho de todos os sujeitos no sistema capitalista, inclusive o trabalho intelectual. No entanto, o sentido que as formações ideológicas cristalizaram é o da prostituição, havendo, portanto, um apagamento do sentido de **ganhar dinheiro**, pois, a palavra meretriz, nos dias de hoje, produz uma interpretação restrita à prostituição, não se relacionando a qualquer outro trabalho/profissão.

Desse modo, compreendemos que essa direção dos sentidos se faz pelo funcionamento de uma dada formação imaginária, na qual não se fala exatamente da meretriz, mas da imagem que a sociedade faz dela, por isso, por mais que em sua origem o vocábulo signifique ganhar dinheiro, referindo-se a qualquer atividade comercial, o sentido que predomina é o da constituição ideológica que apaga esses sentidos originários, fazendo prevalecer o sentido de meretriz como profissional que vende o seu corpo. Assim, os sentidos para meretriz é a de *vendedora* e, simultaneamente, de *mercadoria*. Por comercializar o próprio corpo, a prática do meretrício é rejeitada socialmente, dessa maneira, a meretriz é ainda a mulher devassa, que extravasa seus desejos sexuais, que não sente culpa pelo que faz. Ou seja, o significado de meretriz restringe-se apenas ao papel desempenhado pela prostituta, do mesmo modo que os sentidos relacionados à **puta** não enfatizam apenas os sentidos sobre a prostituição.

Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999) o termo **puta** originado do latim, significa **menina**. E como termo *chulo*, segundo o dicionário, significa: **meretriz, mulher devassa, libertina**.

Isso nos mostra que, na atualidade, há, para a palavra “puta”, deslizamentos metafóricos, produzindo sentidos outros. Assim, há um apagamento dos sentidos da palavra “puta”, pois uma das acepções para essa palavra é “menina”, ou seja, a predominância do atual funcionamento da palavra produz um silenciamento em torno dessa significação.

Essa mudança tão radical de sentidos nos faz questionar o porquê desse funcionamento. Ou seja, o porquê do silenciamento de certos sentidos da palavra, o porquê

carrega outros sentidos em momentos tão distintos.

Segundo Bueno (2003), a mudança na palavra **puta** – do sentido de **menina** para os atuais (**prostituta, meretriz**) – sofreu um deslizamento, pelo simples fato de que a prostituta apresentou-se e ainda apresenta-se, para a sociedade, simulando a condição de menina. Nesse sentido, trata-se de uma mulher que se faz de menina, que simula, que finge, que aparenta uma condição que não é a sua, assim, a puta é o simulacro de si mesma. Razão pela qual os sentidos anteriores da palavra passam a justificar os atuais, através da falha, do equívoco, pois a puta é a mulher simulando a menina, fingindo inocência, pureza, fazendo entrar em circulação um sentido que é também, historicamente, atribuído à condição feminina: o comportamento ardiso, traiçoeiro, enganador, de constante logro.

Nessa direção, o verbete **puta** produz sentidos que se ligam à figura da prostituta, que é uma mulher que simula ser menina, que finge inocência, pureza, ou seja, os sentidos têm relação direta com a formação discursiva na qual essa posição-sujeito está inscrita.

Essa definição materializa uma posição histórico-ideológica em relação à puta, a dos médicos sanitaristas, que, inscritos em uma dada memória discursiva, toma a mulher como libertina que adora os excessos de tudo, tudo o que é, nesse momento histórico, considerado promíscuo. Funcionamento que serve para dar visibilidade a como os sentidos estão ligados a uma relação do homem com a língua e com a história.

Vejamos um deslizamento para **puta** em Houaiss (2001)

3. B tab. termo que se emprega antepositivamente como hiperbolizante, no sentido de ‘grande, enorme, fantástico, excelente, sensacional’ etc. < levou dois puta abraços > < deu uma puta festa de aniversário > < ele é um puta amigo > < fazíamos uma puta farra em Salvador > GRAM/USO na acp. 3, a palavra não tem nenhum teor jocoso ou pejorativo e pode concordar em número ou não com o substantivo que qualifica.

Observamos que, nesse funcionamento, a palavra **puta** desloca-se amplamente dos sentidos postos anteriormente, uma vez que, nesse caso, “puta” tem o sentido de *grande, enorme, fantástico, excelente, sensacional, etc.* Porém, tem que ser empregado anteposto a um substantivo com valor de um hiperbolizante⁶, possuindo assim, o efeito de produzir um outro significado para a palavra.

Vemos, portanto, como os sentidos de uma palavra dependem de seu funcionamento

⁶ Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss a palavra *hiperbolizante* significa qualquer elemento linguajero cuja função é a de ampliar o significado ou o nível de tensão de algo dito ou escrito, exagerando-lhe o sentido.

discursivo, ou seja, dependendo das condições de produção que instalam o acontecimento discursivo, os sentidos de uma determinada palavra mudam, deslocam, deslizam produzindo outros, mostrando que a língua não é transparente, pois está sujeita à falha, ao equívoco. Dito de outro modo, por mais que os lexicógrafos tentem dicionarizar as acepções das palavras da língua, o seu sentido pode ser sempre outro, visto que a língua está à deriva e os sentidos dependem das condições de sua produção. Desse modo, percebemos que por mais que se busque a cristalização dos sentidos, a unidade é somente uma condição imaginária, pois os sentidos constituem-se historicamente, produzindo efeitos, uma vez que não pode haver uma apreensão total do real, que está na base da incompletude da linguagem.

Bueno (2003, p. 190) aponta ainda um outro funcionamento para a palavra **puta**, afirmando que “[...] é usado também como interjeição, para exprimir, por exemplo, surpresa ou desapontamento. Um eufemismo na língua portuguesa é ‘puxa’, palavra que parece bastante com ‘puta’”. Nessa direção, temos um outro sentido de **puta** que exprime surpresa ou desapontamento, portanto, trata-se de um outro funcionamento, que só pode ser verificado numa leitura discursiva, que dá visibilidade ao fato de que, dentro de uma determinada formação social, de uma dada formação discursiva, o termo **puta** assumirá sentidos de acordo com a formulação e a posição-sujeito que a mobiliza, a partir de uma dada formação discursiva da qual faz parte.

Atualmente, o uso dos termos **puta**, **prostituta**, **meretriz**, entre outros estão sendo questionados por movimentos que buscam o reconhecimento da prostituição enquanto “[...] uma profissão como outra qualquer” (RODRIGUES, 2009, p.69). Esses grupos passaram a usar os termos **profissionais do sexo** ou **trabalhadores do sexo**.

Trata-se, pois, do funcionamento do politicamente correto, que, segundo Orlandi (2002), apenas busca silenciar, apagar os sentidos que estão presentes na sociedade, principalmente em relação ao preconceito. Para a autora, o único modo de mudar os sentidos do uso de determinada palavra, é através da mudança das condições de produção dessas palavras, pois só assim elas podem sofrer um deslize, um deslocamento, ou seja, é necessário mudar as relações sociais para que os sentidos deslizem, desloquem e permitam que o preconceito tenha fim.

Desse modo, alguns grupos⁷ que pregam a profissionalização da prostituição, não aderem ao uso dos termos **puta**, **prostituta**, **meretriz**, ao contrário, propõem mudanças sobre

⁷ Tais como Associação das Profissionais do Sexo; Rede de Trabajadoras Sexuales de Latinoamerica y el Caribe; Trabajadores sexuales argentinas em acción por sus derechos.

a forma de denominação da prostituição, dando assim, visibilidade apenas ao estigma social que a prostituta sofreu e ainda sofre. Ou seja, ao designar a prostituta como **profissional**, como **trabalhadora** tenta-se apagar o preconceito que essa atividade produziu ao longo da história. Portanto, ao dizer “somos trabalhadores, somos profissionais” produz-se uma tentativa de silenciamento do estigma social da prostituição para visibilizá-la enquanto “um trabalho como outro qualquer”, sem preconceito nenhum. Mas, enquanto os dizeres sobre a prostituta/prostituição se derem nas condições de produção atuais, a mudança de designação não produzirá nenhum resultado, porque o estigma social continuará produzindo seus efeitos, ou seja, os sentidos das palavras só mudarão se houver mudanças nas relações sociais em que esses termos estão inseridos.

Há, ainda, nessa relação com o trabalho, o equívoco constitutivo das práticas de prostituição, pois toda a contradição – presente na relação prostituição x trabalho e corpo – vem investida por questionamentos presentes na sociedade atual: questionamento que circulam, produzindo sentidos. Afinal, o que é trabalho? O que é esse trabalho na relação com o corpo? O que é o corpo na relação com o trabalho e com o prazer?

Nessa direção, as relações sociais produzem como efeito uma insuportabilidade em deixar circular os sentidos sobre o prazer, porque a sexualidade traz para todos os sujeitos um fantasma socialmente insustentável que é o prazer. Historicamente, a relação entre trabalho e prazer é algo inconciliável, principalmente no momento em que a Igreja, como instituição, leva o homem a repudiar o prazer, através da moralidade, atravessando, barrando constantemente a sua relação com a sexualidade, com o prazer.

O preconceito é, portanto, um modo de dar visibilidade a essas questões, que funcionam como pré-construídos, em que se silenciam os dizeres sobre o prazer/a sexualidade, ou seja, não se pode falar de prazer, não se pode falar sobre o corpo na relação com o prazer. A negativa demonstra como o preconceito nega a produção dos sentidos, através da interdição, porém, é a proibição que torna tão forte os efeitos sobre o sexo, que sempre encontra formas de escape, de deslize, de falha, produzindo sentidos, desse modo, mesmo silenciado, interditado, o seu dizer continua incomodando, funcionando nas relações sociais, produzindo efeitos.

Nessa perspectiva, o trabalho, pautado por um sistema capitalista, produz sentidos voltados para a concepção do sustento, como forma de edificação do ser humano, sem o qual o homem não se constituiria como sujeito para a sociedade, como um bom cidadão, que cumpre suas obrigações. Por essa razão, a própria relação do prazer com o trabalho é diluída,

pois não há tempo para o prazer (“tempo é dinheiro”), produzindo assim, efeitos negativos sobre os sujeitos que visibilizam através de sua atividade a questão do prazer, como é o caso da prostituta.

Desse modo, tem-se, nessas condições de produção, a contradição marcada pelo trabalho e pelo corpo, ou seja, ou corpo serve para o trabalho ou serve para o prazer, o que coloca em funcionamento uma impossibilidade de que prazer e trabalho se constituam mutuamente. E nessa relação, a prostituta vai se constituir como o lugar do equívoco, do deslize, uma vez que produz um funcionamento em que trabalho e prazer e constituem através do uso do corpo para a prostituição.

Talvez essa contradição não permita que, ainda hoje, no Brasil, haja a legalização da prostituição como profissão, pois essa legalização coloca-se no lugar do interdito, do proibido, permitindo, portanto, como um de seus efeitos, a consolidação do estigma social que marca a prostituta/prostituição.

Em seus livros e entrevistas⁸ Gabriela Leite, prostituta aposentada, como ela própria gosta de se denominar, expõe num depoimento, que gosta de utilizar os termos: prostituta e puta, como uma tentativa de assumir esse lugar de ser prostituta, buscando, assim, através do hábito e do uso, dar visibilidade à prostituição como profissão, procurando silenciar os dizeres que estigmatizaram, conforme o tempo e o uso.

Ao fundar a Organização Não Governamental (ONG) *Davida* e a grife *Daspu*, Leite baseia estes nomes em termos como **mulher da vida e puta**. Nesse caso, Schindwein (2009) nos mostra como a formulação “Davida” coloca em circulação três sentidos diferentes: mulher “da vida” = prostituta; dar a vida a = nascer, parir; e dar vida = alegrar. Nessa direção, “[...] enquanto o primeiro sentido é desvalorizado em nossa sociedade, os outros dois são considerados positivos” (op. cit, p. 102).

Segundo a autora, em relação ao ato de dar vida a, a discursividade produzida circula em torno da maternidade que, segundo o discurso religioso, é papel de toda mulher:

[...] ser mãe aproxima a mulher de Deus, uma vez que somente os dois têm o “dom de gerar vida”. Talvez por isso a ideia de uma mãe-prostituta cause perturbação e o xingamento “filho-da-puta” seja tão ofensivo. Ser “filho-da-puta” é ser o produto da inversão de um ato sacralizado, ou seja, significa ser uma abominação (SCHLINDWEIN, 2009, p. 102).

⁸ Gabriela Leite lançou 2 livros: **Eu, mulher da vida** (1992) e **Filha, mãe, avó e puta** (2009) e realizou várias entrevistas, entre elas, ao Roda Viva, em 2009 e ao Labeurb na seção Conversa de Rua, em 2006.

Desse modo, os sentidos produzidos perpassam por toda uma memória discursiva em relação à mulher. Sentidos cristalizados, sentidos possíveis que marcam o lugar no social do imaginário feminino.

Ao utilizar esses termos para construir os nomes *Davida* e *Daspu*, Leite (2009) demonstra uma aceitação da sua condição de prostituta. Porém, ao assumir essa postura, encontra barreiras entre as próprias prostitutas. Em uma entrevista concedida ao Labeurb⁹, em 2006, Gabriela Leite relata que ao publicar, na *Revista Beijo da Rua*, um poema de Drummond de Andrade intitulado *Putá*, recebeu a agressão quase física de uma prostituta, que não gostou do poema em função do uso da palavra **puta**.

Nesse relato, os efeitos de sentido produzidos pelos termos **puta/prostituta** são calcados no preconceito. Para Orlandi (2002, p. 198), “[...] o preconceito está na origem da estagnação social e histórica. É uma forma de censura para impedir o movimento, a respiração dos sentidos e, conseqüentemente de barrar novas formas sociais e históricas na experiência humana”.

Desse modo, percebemos que Leite (2009, p. 143) ao assumir a condição de prostituta “[...] Meu nome é Gabriela Leite, eu sou prostituta da Vila Mimosa”, relata que foi muito difícil afirmar ser prostituta, porque o estigma social ainda é grande, pois ele é fortemente marcado pelas relações sociais. Contudo, ao assumir-se como sendo uma prostituta, busca produzir um deslize, um deslocamento de sentido nos termos puta e prostituta. O sentido não é único, sempre pode vir a ser outro, mas, segundo Orlandi (2002), o preconceito restringe o deslizamento, o deslocamento de sentidos, impedindo sentidos possíveis. Assim, as palavras puta e prostituta continuam a significar o estigma social da mulher que se prostitui enquanto as relações sociais forem as mesmas.

2.2. Mulher e prostituição: efeito de oposição entre esposa x prostituta, mulher boa x mulher má

A prostituta só enlouquece excepcionalmente. A mulher honesta, sim, é que, devorada pelos próprios escrúpulos, está sempre no limite, na implacável fronteira.

Nelson Rodrigues

Não há como separar a história da mulher da história da prostituta/prostituição, pois

⁹ Laboratório de Estudos Urbanos (www.labeurb.unicamp.br).

uma complementa a outra, quer seja pela condição feminina quer seja pelo rechaço. Além disso, o fato de vivermos em um mundo marcado por relações de gênero, nas quais articulam poder/força de um sobre o outro, não se pode conceber uma imagem feminina sem inseri-la no contexto dessa relação em que se procura demarcar o lugar do homem e o lugar da mulher.

Nessa perspectiva, ao trazermos nesse tópico a história da prostituição, nós a tomamos enquanto uma dualidade que é constitutiva da imagem feminina, ou seja, não se trata de falar da imagem da prostituta especificamente, mas, de demonstrar de que forma múltiplas imagens foram se constituindo, atravessadas por um efeito de oposição entre a imagem da castidade e a da luxúria, isto é, da mulher pura, respeitável, casta, em oposição à mulher da vida, lasciva, pecadora. Esse efeito de oposição é um funcionamento constitutivo que marca fortemente a história da prostituição.

Essa construção de sentidos perpassa o imaginário sobre a mulher e a prostituição e dessa forma, sobre a própria sexualidade que constitui todo sujeito. Assim, é interessante, nesse estudo, perceber como falar sobre a prostituição, sobre a sexualidade ainda é algo que produz preconceito na sociedade atual.

Nesse sentido, Freud (1930) nos mostrou como os sentidos foram construídos sobre a sexualidade através da oposição entre o prazer e a moral, ou seja, o princípio do prazer e o princípio da realidade, que fazem parte do ser humano sempre ocasionando essa dualidade entre sexualidade e obrigação social.

Desse modo, constitui-se um imaginário para a mulher que a condiciona e a constitui, conforme Schlindwein (2009), entre a mulher boa e a mulher má. Nessa relação, a autora¹⁰ nos mostra, em seu trabalho de dissertação, como os sentidos são produzidos através do silenciamento. Ao fazer uma relação parafrástica com a formulação: “Meninas boas vão para o céu, meninas más vão para o inferno”, mesmo não sendo dito na formulação a seguir, o sentido de inferno produz sentidos, como observamos na paráfrase analisada pela autora: “Mulheres boas vão para o céu. As mulheres más vão para qualquer lugar”¹¹.

Segundo Schlindwein (2009, p. 5),

A menina/mulher má é aquela que, por realizar sua vontade, seu desejo, não segue regras. Porém, ainda que a concepção de inferno esteja funcionando, há um deslocamento de sentidos, pois o ato de exercer a sua vontade

¹⁰ Em seu trabalho de dissertação, ao falar sobre os sentidos produzidos sobre a prostituição através da análise do site da ONG Da Vida.

¹¹ Formulação recortada por Schlindwein (2009) do site da rede de prostitutas: www.redeprostitutas.org.br

depende da pré-existência da liberdade.

Portanto, os sentidos produzidos pelas formulações remetem a condição feminina a um olhar ambivalente, opositivo entre o Bem e o Mal. Através dessa análise, demonstramos como os sentidos são construídos por uma moral social, marcando o lugar de que a santa, a casta é a imagem da mulher aceita pela sociedade, enquanto a que não segue os preceitos morais, produz sentidos relacionados à transgressão, à impureza, ao errado.

Nessa direção, Beauvoir (1967) analisou uma construção sociocultural da feminilidade, pois, “[...] ninguém nasce mulher: torna-se mulher (BEAUVOIR, 1967, p. 9),” o que põe em funcionamento o próprio conceito de mulher como algo construído histórico e ideologicamente, produzindo efeitos, conforme a autora, de que a mulher seria feita de contenção, discrição, doçura, passividade, submissão, pudor e silêncio. Eram estas, por muito tempo ao longo da história, as virtudes condicionadas à mulher, produzindo assim, uma imagem negativa para a mulher que transgredia esses valores, efeitos negativos que vão se voltar para a construção do imaginário sobre a prostituta. Ela representará, portanto, o oposto da imagem esperada para a mulher honesta, mãe e esposa, efeitos que se produzem e se reproduzem até os dias atuais.

Trazemos, desse modo, algumas reflexões sobre alguns momentos significativos para a nossa análise, em que veremos como a relação entre prazer e moral social é fortemente marcada em relação à prostituta/prostituição.

Um desses momentos é o período pré-histórico, no qual, segundo Roberts (1998), a prostituta era considerada como uma deusa, fazendo parte de uma sociedade matriarcal. As mulheres eram consideradas deusas por que tinham o dom de criar, com seus corpos, um outro ser sem o auxílio de ninguém, pois os homens não compreendiam a sua participação no processo da procriação, assim sendo, as sacerdotisas realizavam rituais sexuais, encontros grupais a partir dos quais geravam uma criança. Esse processo era denominado de *prostituição sagrada*, que, segundo Chevalier e Gheerbrant (2002), caracterizava-se como:

Símbolo de uma hierogamia, que se realizava geralmente no interior de um Templo ou de um santuário e destinada a assegurar a fertilidade da terra, dos animais etc. O costume está presente em numerosas tradições da Antiguidade, bem como, em nossos dias, entre certas tribos da África (ELIT). [...] não era apenas um rito de fecundidade. Simbolizava a união com a divindade e, em certos casos, a própria unidade dos vivos na totalidade do ser, ou ainda a participação na energia do Deus ou da Deusa representada pela prostituta.

Segundo Roberts (1998), o que predominava, nesse período, era o matriarcado. Por isso as mulheres eram o centro dessas sociedades, sendo consideradas deusas pelo fato da reprodução, a geração de outro ser, considerado um milagre para todos.

Apesar da ênfase da deusa, é a prostituição sagrada que inicia todos os dizeres sobre a prostituição produzindo sentidos até hoje. Segundo Murphy (1994, p. 14), é “[...] no apogeu do império sumério, no quarto milênio a.C., [que] os sacerdotes mantinham um bordel no templo da cidade de Uruk”. Segundo o autor há, nesse momento, uma divisão das mulheres em classes de prostitutas, cada uma com uma finalidade.

O primeiro grupo se limitava a desempenhar funções nos ritos sexuais do templo, enquanto as mulheres da segunda classe se movimentavam por toda a área do santuário e recebiam visitantes interessados em combinar fornicção com religião. A terceira classe de prostitutas, a mais baixa, vivia na área do templo, mas tinha liberdade para procurar clientes nas ruas e alamedas, gozando de péssima reputação. (op.cit, p.14-15).

Notamos como essa divisão deu margem para a divisão de classe das prostitutas que há ainda hoje, pois, o primeiro grupo que desempenhavam suas funções apenas nos ritos sexuais eram as mulheres consideradas deusas, enquanto que as outras mantinham relações por dinheiro, e tinham assim, péssima reputação. Atualmente, há prostitutas de luxo que ganham muito dinheiro, enquanto há as que vivem na miséria, trabalhando as vezes por uma ninharia para sobreviver.

Havia também, nesse templo, segundo Murphy (1994), o ritual de que ao menos uma vez na vida as mulheres da cidade deveriam ir ao templo e ali entregar-se a um homem estranho em troca de algum dinheiro, esta não poderia sair do templo até que conseguisse êxito em tal função, as mais belas logo eram liberadas enquanto as desprovidas de beleza ficavam no templo por dias.

Desse modo, durante muito tempo, a prostituição era como uma religião que predominou, porém, com o tempo, o homem compreendeu a sua parte na concepção e iniciou-se o controle sobre o corpo feminino através do casamento. Assim, os homens poderiam garantir que os filhos eram seus e não de outros.

Outro momento histórico que levamos em consideração é o período Clássico, a Antiguidade, especificamente na Grécia e Roma. Nesse momento histórico, percebemos fortemente como se inicia a segregação da imagem da mulher entre a Boa Mulher e a Má

Mulher (ROBERTS, 1998).

Nesse contexto, é o imperador Sólon que faz uma divisão entre as mulheres, tão conhecida atualmente, pois, para o imperador as mulheres eram esposas ou prostitutas.

Qualquer mulher que tentasse viver independentemente dos homens, todas as mulheres pobres, as estrangeiras e as escravas que trabalhavam fora de casa, caíam na segunda categoria. E, em muitos casos, isto era verdade, pois as mulheres que não eram esposas-modelo tinham pouca escolha além de se prostituir para sobreviver. (ROBERTS, 1998, p. 34)

Vê-se, portanto, como foi se constituindo essa dualidade. Assim, as mulheres destinadas à função de esposa mantinham-se sob o domínio masculino, não possuindo qualquer tipo de liberdade, devendo, então, ficar somente em casa para cuidar dos filhos, esse era seu papel social.

Vejam os que esse discurso foi produzindo uma característica para a condição feminina, o lugar de mãe e dona de casa, sem nenhum direito de ser qualquer outra coisa, além disso, até a educação para as mulheres era algo proibido, visto que, “[...] a educação de uma esposa ateniense era restrita às habilidades domésticas da cozinha, da costura e do “cuidado da casa”; o conhecimento intelectual era proibido a uma esposa, pois esta era a marca de uma prostituta” (ROBERTS, 1998, p. 34).

Destacamos o dizer da autora de que “o conhecimento intelectual era a marca de uma prostituta”, porque, nesse momento histórico, as mulheres eram oprimidas e caso quisessem, possuir conhecimento, serem independentes, teriam de ser prostitutas. Esses sentidos fogem aos que constituem o momento histórico-social atual, pois há em funcionamento, no Brasil, uma memória discursiva que relaciona a prostituição com a pobreza, a miséria e a falta de instrução, diferentemente da Idade Clássica, mas, mesmo essa memória foi se constituindo em outro momento histórico, para os brasileiros principalmente, em relação ao processo de colonização, como veremos mais adiante.

Ainda na Idade Clássica, Roberts (1988) aponta a atividade de prostituição como algo colocado sob o jugo masculino, porque o rei Sólon, por exemplo, arrecadava muitas riquezas através das prostitutas. Nessa direção, a autora chega a diferenciar o termo “prostituta” do de “escrava do sexo”, pois para ela, era isso o que acontecia com essas mulheres, principalmente as que viviam na miséria, e eram exploradas pelos *caften*.

Visando ao controle das prostitutas, o rei Sólon instituiu leis que serviam para que nenhuma mulher pudesse ganhar dinheiro e, assim, tentar mudar de vida. No entanto, havia as

prostitutas independentes, de classe mais elevada, as chamadas *hetairaes*, que eram mulheres lindas, inteligentes e donas de seu próprio negócio. Beauvoir (1967, p. 336) utiliza a palavra *hetaira* “[...] para designar todas as mulheres que tratam, não do corpo somente, mas também de sua pessoa como de um capital a ser explorado”. Nessa relação, a *hetaira* era uma mulher inteligente, dona de vários dotes, sabendo dançar, cantar entre outras atividades que serviam de distração.

Essas mulheres iam contra os planos do rei Sólon, que, instituíam mais leis, na tentativa vã de controlá-las, o que não conseguia em função da grande influência que essas mulheres detinham no meio social, visto que tinham clientes importantes como autoridades, e podiam, quando quisessem, pagar essas mesmas autoridades para que não fossem, assim, atingidas pelas leis de Sólon.

No período Imperial Romano, “[...] a vida era barata, o sexo era mais barato ainda, e a aristocracia romana estava determinada a desfrutar de ambos, sem restrições”. (ROBERTS, 1998, p. 54), pois os imperadores romanos¹² entregavam-se a vários tipos de prazer (incesto, homossexualismo, masoquismo) e, ao mesmo tempo, criavam leis que condenavam os atos de libertinagem.

Se os imperadores agiam assim, davam margem para que a sociedade em geral agisse da mesma forma, desse modo, Roberts (1998, p.61), afirma que “[...] a prostituição na antiga Roma era uma profissão natural, aceita, sem nenhuma vergonha associada a essas mulheres trabalhadoras”. No entanto, visando ao controle social, o imperador Augusto criou leis que obrigavam a aristocracia a se casar, o que levou muitas mulheres para a prostituição, na tentativa de se livrarem dessas leis. Tibério, sucessor de Augusto, criou, então, uma lei que proibia todas as mulheres da classe dominante da prática de prostituição. Todas essas tentativas dos imperadores não produziram mudanças na prostituição, que era tida pelos homens como um meio de proteger o próprio casamento, não permitindo o adultério e outros atos ilícitos com as mulheres da classe dominante. Assim, conforme Roberts (1998, p.62),

[...] a prostituição era vista ao mesmo tempo como companheira e antídoto para o casamento “exclusivo”, com tudo o que ele envolve. Plauto decifra a filosofia para nós, de sua maneira habitualmente brusca: “Não toque em uma esposa, em uma viúva, em uma virgem, em uma menina ou em uma criança recém-nascida (...) peque o resto!”.

¹² De acordo com Roberts (1998), Calígula, Nero, Comodus, são exemplos desses imperadores.

De acordo com a autora, os romanos criaram um sistema de registro para separar as prostitutas da classe baixa em duas categorias: as *meretrices* registradas e as *prostibulae* não registradas (ROBERTS, 1998, p. 62). Mas, muitas mulheres não se registravam, pois preferiam pagar suborno para as autoridades para que tal registro não ocorresse.

Além disso, segundo a autora, nesse período havia também leis que ditavam que todas as prostitutas de classe baixa deveriam vestir um traje especial para distinguirem-se das mulheres “respeitáveis”, assim, estas mulheres eram obrigadas a vestirem a toga masculina e não a feminina. Mas, a maioria não o fazia, e, ao invés disso, para se diferenciarem as próprias prostitutas começaram a usar roupas escandalosas, em sinal de protesto. Havia nesse momento também, tal como a hetaira na Grécia, a cortesã de luxo, que desempenhava um papel de destaque, como uma mulher independente, inteligente, dona de suas vontades, sem viver sob o jugo do masculino.

Com a queda do Império Romano, inicia-se o período da Idade Média – também conhecida como Idade das Trevas –, momento fortemente marcado pelo poder da Igreja. O discurso religioso torna-se, então, um lugar de interpelação privilegiada, uma vez que opera sobre a consciência íntima do sujeito, ao colocar em cena a escolha entre o bem e o mal, derivando dessa escolha consequências para ruína ou para a salvação da alma.

Desse modo, a Igreja, em união com o Estado, ditava comportamentos pautados em aspectos morais e éticos e exercia um controle sobre as atitudes das pessoas, em especial das mulheres. Assim, essas mulheres eram objetos dos discursos religiosos em sermões escritos pelos clérigos em versos, em coletâneas de conselhos sobre sexualidade, bem como os modos de atuação de seus corpos em casa e na sociedade, como uma forma de normatizar seus comportamentos.

É a partir da visão bíblica cristã que as ideologias foram se firmando e serviram de modelos para se estabelecerem ou desviarem outras correntes de ideias. Tendo a bíblia como parâmetro, percebemos que as crenças sobre o papel da mulher permanecem alicerçadas até hoje na produção de sentidos, permitindo interpretações múltiplas sobre a noção fundadora de bem e mal, de castidade e luxúria, de mãe e puta.

No livro de Gênesis, tem-se a imagem feminina como símbolo da companheira idealizada, mas, ao mesmo tempo, daquela que se torna a responsável pela sua queda e a de seu companheiro, Adão. Assim, como castigo, a mulher passa a sofrer a dor do parto e ambos são expulsos do Paraíso. Desse modo, tem-se a imagem da mulher sensual, pecadora

associada ao mal, pois as mulheres que não preenchiam os requisitos ditados pela natureza – como o papel de mãe – podiam ter seu papel na sociedade relacionado à transgressão, sendo consideradas Medéias.

Nessa direção, Eva, a primeira mulher, instituiu, para o sexo feminino, sentidos que se ligam aos temores, decepções, pecados. A conduta de Adão e Eva trouxe uma inevitável penalidade, porém, ao analisar a trajetória da mulher, desde esse episódio protagonizado no Éden até os dias atuais, pudemos perceber que a história da condição feminina passa por sentidos ligados à subordinação do corpo feminino, compreendido como uma raiz de todo mal. Assim, é no corpo que se encontram as marcas da sujeição e da rejeição, atendendo a um discurso misógino cristão que legou centenas de anos de exclusão do pensamento feminino sobre a sua própria condição de ser humano racional, dotado de capacidade e de razão.

Relegada à condição de causadora da desgraça humana, a mulher encarna desde então a figura do demônio. Na fala da Igreja, a mulher deve ser subjugada, de modo a ter seus instintos reprimidos. As imagens de maga, bruxa, feiticeira, médium encerram em si a imagem da mulher sedutora, maléfica, que envolve os homens em suas artimanhas. Desse modo, é dever do homem religioso negar-lhe as investidas, fugir dela, pois, sucumbir aos seus encantos significa a perdição da alma. Proclamadas hereges, na Idade Média, muitas dessas mulheres foram queimadas vivas, numa tentativa de que o fogo purificasse suas almas.

Nesse sentido, compreende-se que a imagem da mulher é constituída em Gênese de forma desfavorável para ela mesma e para o seu companheiro. Essa forma de constituição imaginária da mulher nos permite pensar nas condições de produção de um determinado discurso e na relação que se estabelece com o contexto sócio-histórico e político na produção de sentidos.

Mesmo na Bíblia vemos a construção de uma dualidade que até hoje constitui sentidos, dessa maneira, em oposição à mulher pecadora produz-se a mulher pura, virgem, mãe, esposa, a imagem da Virgem Maria. Imagem da Mãe e da Pureza – Virgem – e, ao mesmo tempo, a imagem de reprodutora e casta, como toda mulher deve ser. Portanto, na Idade Média, segundo Roberts, (1998, p. 97), “[...] o mito do Nascimento da Virgem deu aos homens de Deus toda munição de que precisavam; pois era em contraposição a este ideal impossível – a mãe assexuada – que as mulheres eram avaliadas”, constituindo esse imaginário que permanece até hoje alicerçado em nossa sociedade, possivelmente com outros sentidos, devido a outras condições de produção, mas que, ainda assim, continua a ser uma imagem da mulher maternal e bondosa.

Em relação à prostituta uma imagem fortemente marcada é a de Maria Madalena. Símbolo da pecadora redimida, produzindo até hoje sentidos relacionados à prostituição. Ou seja, em nenhum momento encontramos, na Bíblia Sagrada, a afirmação de que Maria Madalena fosse prostituta, o que se tem são termos como *pecadora redimida*. É interessante observar que atualmente os sentidos que ficam não é o de pecadora redimida, mas sim de prostituta redimida, ou, como alguns podem dizer, Maria Madalena seria a mãe de todas as prostitutas. Isso marca a maneira como os sentidos foram sendo constituídos e para época atual produzem um sentido e não outro. Ao associar a *pecadora* com a *prostituta* determinou-se que o único pecado que uma mulher poderia cometer seria o da prostituição, ou seja, para o discurso religioso a noção de pecado é fortemente associada à prostituição de maneira que o que predomina é a imagem de uma mulher que se prostituiu e não de uma mulher que cometeu qualquer outro crime.

Por outro lado, a Bíblia não ressalta a questão da prostituição, mas sim a sua redenção. Na imagem de Maria Madalena, enquanto prostituta, o que predomina, para o discurso religioso, é a imagem da prostituta que se redime e, assim, se salva. Por isso, a imagem de Madalena é uma imagem que fica no entremeio entre a figura de Eva (pecadora) e a Virgem-Mãe (Santa, mulher ideal), pois, apresenta-se como a figura da mulher pecadora, porém, possível de redenção, pela confissão, arrependimento e penitência.

Ou seja, as imagens que o discurso religioso produz sobre a prostituição são de pecado, portanto, as de que as mulheres que vivem nessa vida precisam de salvação. Desse modo, a invocação constante da figura do diabo, dos pares dicotômicos santas/pecadoras, Eva/Maria, traz à memória das “fíeis” as consequências de assumirem esta ou aquela postura. Na análise de Orlandi (2007b), para os que crêem o discurso religioso é uma promessa; para os que não crêem, torna-se uma ameaça.

Nesse sentido, a Idade das Trevas apaga, silencia todas as ações das “[...] artes civilizadas do amor, do prazer e do conhecimento – o erótico e os demais [...]” (ROBERTS, 1998, p. 79).

Nessa direção, o apóstolo Paulo influencia todo um pensamento misógino de que a mulher seria inferior ao homem, coloca-se como sendo totalmente contra as prostitutas que, para ele, possuíam uma natureza puramente sexual. Santo Agostinho também influencia os modos de compreender a sexualidade feminina, colocando-se como sendo contrário ao prazer e, ao mesmo tempo, evidenciando a prostituição como um mal necessário, pois para ele, “[...] suprimir a prostituição [...] e a luxúria caprichosa vai acabar com a sociedade” (ROBERTS,

1998, p. 84).

Nessa perspectiva, para agir contra a prostituição a Igreja iniciou um movimento de conversão das prostitutas da idade média, criando-lhe espaços próprios, como o Lar de Madalena. Esse movimento se deu em função da construção da imagem feminina através da freira, uma imagem de mulher ideal que preza a pobreza, a castidade e a obediência, em oposição à prostituta, que era sexualmente lasciva e independente financeiramente. Essa imagem da freira constitui-se em oposição à imagem da prostituta, embora ambas possuam funcionamentos comuns, pois ambas iniciam a “vida profissional” pela mudança de hábitos, ou seja, a mudança na forma de se vestir, de agir e a mudança de nome, visto que as freiras, tal como algumas prostitutas, mudam seus nomes.

O comportamento sexual na Idade Média não seguiu uma única direção, porque, por mais que a Igreja lutasse contra a sexualidade, “[...] na prática os europeus medievais eram tolerantes e desinibidos com relação ao comportamento sexual” (ROBERTS, 1998, p. 108). Mas, de todo o modo, esse período evoca um imaginário de coerção, de silenciamento de outras vozes, de repressão e morte que vai permanecer durante os séculos seguintes e a condição da mulher e da prostituta novamente vão estar dicotomizadas entre a mulher boa e a mulher má.

Com o surgimento da burguesia, a prostituição vai tendo seu espaço na sociedade capitalista devido ao movimento de grande margem de lucros, assim cada vez mais, a prostituição foi sendo tratada por dois vieses, pois, de um lado buscava-se um controle para que esta ficasse fora da sociedade, mas, de outro, ela devia existir fazendo parte das relações sociais. Vemos novamente a contradição na qual se constituiu a imagem da prostituta/prostituição que, desde sempre, foi considerada párea da sociedade, mas também foi considerada necessária pelas autoridades, que tentavam manter o controle sobre elas, devido ao lucro que geravam.

Por essa razão, no século XIX, segundo Roberts (1988), a burguesia colocava-se em posição de disseminar as suas ideias, assim, o papel da mulher tornou-se muito importante enquanto esposa fiel, boa mãe, mas, para a manutenção desse ideário foi necessário criar um meio de “castrar” a mulher, colocando em funcionamento sentidos de que a sexualidade feminina era considerada como inexistente. Desse modo, “[...] o homem vitoriano criou a nova Madona – a criatura pura e assexuada da sua própria fantasia.” (ROBERTS, 1988, p. 265). Novamente temos a imagem da Virgem Maria, presente na constituição da mulher na sociedade do século XIX, portanto, nota-se o atravessamento de sentidos difundidos na Idade

Média que permanecem, diríamos, até nos dias hodiernos. Essa imagem de mulher submissa, mãe, casta, vai contrapor-se com a imagem da prostituta, pois ser prostituta é contrariar todas essas regras sociais, dessa maneira, ser prostituta não condiz com o papel de mãe, de esposa.

Nessa direção, Beauvoir (1967, p. 323) afirma que “[...] a prostituta é o bode expiatório; o homem liberta-se nela de sua turpitude e a renega. Quer um estatuto legal a coloque sob a fiscalização policial, quer trabalhe na clandestinidade, é ela sempre tratada como pária”. Por isso, a prostituta encarna na sua pessoa o lugar do desvio, da impureza, da qual a sociedade tenta distanciar-se, abstrair-se, impingindo à prostituta todos os valores negativos e imorais presentes na sociedade.

Dessa maneira, compreendemos que tudo o que acontece na atualidade é atravessado por toda uma memória discursiva, todo um discurso sócio-histórico produzido – sobre a mulher, sobre a relação sexual, sobre a relação homem-mulher – que nos permite pensar de como somos interpelados por sentidos ditos e esquecidos antes de nós, que nos constituem como sujeitos, no momento atual. Do mesmo modo que a questão da prostituição foi e é construída ainda nos tempos atuais.

Segundo Foucault (1988, p. 10), “[...] o que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui nem eira, nem beira, nem lei.” Assim, há em funcionamento uma injunção ao silêncio, que se fez, a partir do século XVII, que tornou o sexo um tabu, algo que devia ser posto em silêncio, dessa forma, as sexualidades ilegítimas não deixaram de existir pelo contrário, estas passaram a ser reinscritas em outro lugar, uma vez que

[...] as palavras, os gestos, então autorizados em surdina, trocam-se nesses lugares a preço alto. Somente aí o sexo selvagem teria direito a algumas das formas do real, mas bem insularizadas, e a tipos de discurso clandestinos, circunscritos, codificados. Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo (FOUCAULT, 1988, p.10-11).

Para o autor, o interessante é perceber o processo de colocar em funcionamento o sexo como discurso, como fato discursivo, produzindo sentidos que, cada vez mais, são silenciados, são interditados. Assim, o modo que o poder instituído encontrou para controlar a sexualidade foi através da confissão. Desse modo, a Igreja buscou criar o hábito de que, pelo menos uma vez ao ano, o sujeito se confesse, sendo, portanto, obrigatório “[...] não somente confessar os atos contrários à lei, mas procurar fazer de seu desejo, de todo o seu desejo, um discurso” (op.cit, p. 27).

Esse processo fazia com que os discursos sobre o sexo se tornassem cada vez mais específicos, pois tudo tinha que passar pelo crivo da palavra, e, ao mesmo tempo, as palavras poderiam ser usadas de forma mais eufêmicas, buscando silenciar seus efeitos e também seus sentidos.

Foi assim que, através da palavra, dos discursos conseguiu-se uma forma de regular e controlar o sexo. Embora, de acordo com Foucault (1988, p.33), “[...] isso não significa um puro e simples silenciar. Não se fala menos, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos”.

Houve, portanto, em relação ao sexo uma política do silêncio, na qual, conforme Orlandi (2007c, p. 24), o processo de silenciamento é concebido como silêncio constitutivo em que “[...] para dizer é preciso não-dizer” e como silêncio local, que é a censura.

Desse modo, conjecturamos que nesse processo em que o sexo foi posto em discurso, houve também um processo de silenciamento no qual “[...] o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 2007c, p. 29). Vê-se esse funcionamento em vários discursos e, no nosso caso, um dizer que também está presente no discurso sobre a mulher e a sexualidade.

No entanto, o dizer sobre o sexo, ao ser tratado como segredo, como lugar de interdição, acabou levando a se falar mais sobre ele. Mas, apesar de ser muito falado, uma certa política de silêncio foi necessária para mantê-lo regulado, controlando tudo o que é relacionado ao sexo, o que produziu uma relação ambivalente de poder e prazer, na qual o poder busca o controle e o prazer consiste em não ser controlado.

Através de uma sociedade de controle, o sexo é interditado, mas ainda assim, não é silenciado, pelo contrário, é posto em visibilidade, pois nessa relação: “[...] prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relançam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e de incitação” (FOUCAULT, 1988, p. 56).

Como objeto de verdade, o sexo é posto em um lugar de conhecimento, numa relação de saber e poder, mas, ao mesmo tempo, o sexo produz um funcionamento de obscuridade, “[...] porque escapar faz parte de sua natureza e sua energia, assim como seus mecanismos se esquivam; porque seu poder causal é, em parte, clandestino.” (op.cit, p.75). nessa relação, o sexo, a sexualidade, o prazer encontram meios de escape, de deslize, produzindo seus efeitos até nos dias atuais.

O autor relata ainda a chamada *scientia sexualis*, desenvolvida século XIX, na qual se guarda “[...] como núcleo o singular rito da confissão obrigatória e exaustiva, que constitui, no Ocidente cristão, a primeira técnica para produzir a verdade do sexo”. (FOUCAULT, 1988, p. 77).

Nessa perspectiva, há um poder de repressão em relação ao sexo, que foi se constituindo, como dissemos anteriormente, através da palavra, fazendo, ao mesmo tempo, proliferar mais discursos sobre o sexo, mas, certos dizeres permanecem silenciados, interditados, prevalecendo o direito falar sobre ele apenas alguns poucos especialistas, que tinham a devida permissão.

Assim, ao falarmos da sexualidade, especificamente da sexualidade feminina, estamos falando de sentidos tidos e esquecidos, sentidos que foram produzidos em certas condições de produção e que continuam a produzir sentidos ainda hoje.

Nessa direção, para Foucault (1988, p.115), um dos quatro dispositivos de saber e de poder sobre o sexo é a “histerização da mulher”.

Histerização do corpo da mulher: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), como o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível desta histerização.

Desse modo, percebemos como, a partir do século XVIII, a imagem feminina se constitui em relação ao sexo. A imagem de mãe, novamente prevalece, mas com o lugar da histeria, da mulher que não segue o seu próprio papel biológico, social, vivendo de forma histérica, é uma imagem negativa da mulher em geral. Esse movimento apaga a questão da sexualidade, como se a mulher não a tivesse, segundo Perrot (2003, p. 16) “[...] o prazer feminino é negado, até mesmo reprovado: coisa de prostitutas”. Assim, a sexualidade é controlada através dos discursos sobre a histerização, discursos que predominam até hoje, produzindo efeitos. Nessa direção, a prostituta é tida também como histérica, mas, se trata de alguém que dá vazão a sua sexualidade, não como prazer, mas como um desvio de conduta, da moral social e cristã, prevalecendo, portanto, uma imagem negativa da mulher histérica.

Para tratar essa questão, Foucault (1988) traz os dispositivos da aliança e da sexualidade, no qual o primeiro relaciona-se com o sistema de matrimônio, enquanto o outro

se relaciona também com os parceiros, embora tenha como fundamental “[...] as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões [...]” (FOUCAULT, 1988, p. 117).

Nessa direção, segundo Chauí (1991, p. 79), na atualidade, “[...] porque não tem função procriadora, a prostituição [...] é socialmente condenada”. Por outro lado, é também tolerada e até mesmo estimulada pelas sociedades que defendem a virgindade das jovens solteiras, a fidelidade das mulheres casadas, para a autora, portanto, são as próprias sociedades que criam a necessidade de que haja mulheres que se prostituam, evitando, assim, que as mulheres honestas das sociedades não sejam desvirtuadas. Desse modo, o sexo tem o propósito de “[...] proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1988, p. 118).

Segundo o autor, foi nas classes dominantes que se estabeleceu, em primeira instância, o dispositivo de sexualidade, surgindo como uma nova forma de distribuição dos prazeres, dos discursos, das verdades e dos poderes.

Essa relação dos prazeres, dos discursos e dos poderes perpassa o domínio do corpo, pois não é somente a interdição dos discursos sobre o sexo, do sexo concebido como um segredo, uma blasfêmia, mas é também através da dominação do corpo que a relação de poder vai constituir o sujeito assujeitado aos desígnios sociais.

Assim, o processo de repressão sexual passa pela restrição do discurso e os lugares que passam a ser legitimados, para se falar sobre o assunto, são os dos especialistas, pois, para sociedade em geral, há, ainda hoje, um tabu que impede que se fale de sexo de forma aberta, sem preconceitos, dando margem para que mais efeitos de sentido possam ser produzidos, melhorando as relações sociais entre o poder instituído e as prostitutas.

Desse modo, as histórias da prostituição, da sexualidade, nos mostram como os sentidos sobre a mulher, sobre a meretriz, foram sendo constituídos de forma a produzir estigmas sobre a puta, principalmente a partir do século XIX, mas esse estigma não permitiu que a mulher se oprimisse e ficasse calada, pois, com o início do estigmatização da prostituição, as mulheres prostitutas passaram a lutar por seus direitos. Isso deu início a várias organizações que lutam pelos direitos das prostitutas pelo mundo. Inclusive há várias organizações, atualmente, no Brasil com as mesmas ideias e ideais.

2.3. Especificidades da prostituição no Brasil

A prostituição no Brasil, desde o momento colonial até os dias atuais, perpassa por condições de produção bem diferentes, mas que condizem com a condição da mulher em cada período histórico. Desde o Brasil Colônia, a índia e a negra constituem imagens sobre a mulher, através de formações imaginárias, através do símbolo de nudez, da lascívia, da beleza, da cor, do calor, constituindo o imaginário sobre o brasileiro, principalmente da brasileira. Essas condições históricas mostram um lugar do corpo desnudo, produzindo um efeito de oposição com as condições de vida das mulheres na Europa. Muito desse contexto, faz parte de uma memória que produz sentidos até os dias atuais. Quando se fala sobre o imaginário que os outros países têm sobre o Brasil, uma das respostas que encontramos é sempre a imagem do carnaval, com mulatas seminuas. Assim, temos o corpo, a sensualidade, a sexualidade como marcas do imaginário sobre a mulher brasileira. Novamente, vemos como os sentidos foram sendo construídos sobre a sexualidade produzindo efeitos sobre a imagem da mulher tanto da brasileira quanto de qualquer outra.

Nessa direção, temos, no percurso histórico da prostituição/prostituta, essa imagem de sensualidade/beleza relacionada à mulher transgressora, que foge à imagem sacralizada pela religião, da mulher pura, mãe, que chega, em certos momentos históricos, a ser dessexualizada.

Desse modo, Del Priore (2006) apresenta a imagem da mulher sob duas vertentes: a da dona de casa, mãe, que era considerada pura, generosa, fiel e assexuada, e a “outra” (“mulher da rua” /meretriz) que possuía sua imagem associada à beleza, à sensualidade e à devassidão. Assim sendo, segundo a autora, “[...] as mulheres ocupavam-se da casa e iam à igreja; os homens bebiam fumavam charutos e divertiam-se com as prostitutas. Estas últimas eram, assim, consideradas necessárias ao bom funcionamento do sistema” (op.cit, p. 193). Ou seja, para se manter a pureza das mulheres de família, era necessária a existência da meretriz, com a qual os homens pudessem extravasar seus instintos sexuais.

Nessa direção, Del Priore (2006, p.194) ressalta que a beleza era algo relacionado com as prostitutas, “as mulheres perdidas”, pois,

[...] a beleza vista na prostituta era a das mulheres dos salões. Ela reforça o preconceito e o cinismo dos jovens aristocratas e burgueses: com moças pobres canalizavam desejos, divertiam-se e davam escapadelas rápidas. Com sinhás de salão, postavam-se de joelhos, recitavam versos de amor cortês e respeitoso até que se consolidasse um bom casamento.

Percebemos, então, como a sociedade promoveu uma separação entre as mulheres

para casar e as mulheres para servir de amenização dos impulsos sexuais dos homens. Segundo a autora, os franceses também tinham a imagem das “mulheres públicas”, mesmo que não o fossem. Inclusive nas poesias simbolistas da época a imagem da mulher estava sempre nessa dualidade, a das princesas castas, puras, virginais e a das prostitutas sensuais, quentes, pura volúpia.

Havia também uma separação entre o lugar da instituição e o lugar do prazer que não podiam “[...] ser encontrados juntos nesse universo de convenções e repressões que se chama a ‘boa sociedade’” (DEL PRIORE, 2006, p. 194). Nessa direção, a contradição se marca tanto pela constituição da imagem feminina quanto pela divisão entre prazer e moral social.

Vê-se, portanto, que a imagem da mulher, ora como mãe ora como pecadora, é geradora de conflitos, que não são novos, que perpassam toda a história e que, no momento atual, produz sentidos dos/para os sujeitos, pois a divisão entre prazer e instituição também faz parte de sentidos construídos historicamente colocando em funcionamento a obrigação social e tentando silenciar a sexualidade, o prazer.

A partir do fim do século XIX e início do XX houve uma emancipação da mulher, o que causou uma ambiguidade de sentidos, porque,

[...] se de um lado valorizava-se sua incorporação num amplo espaço social, por outro procurava-se instaurar linhas de demarcação sexual definidoras dos países sociais bastante claras. No caso da mulher, que “honestas” e “perdidas” não se confundissem. E que, acima de tudo, as mulheres se conscientizassem, na democratização da vida social, de que sua natureza primeira era a maternidade. A prostituta passou, então, a simbolizar a alteridade, a mais radical e perigosa (RAGO, 2008, p.29).

Assim, “[...] nesse complexo campo de redefinição de papéis e de valores, a prostituta foi construída como um contra-ideal necessário para atuar como limite à liberdade feminina” (op.cit, p. 45). Parecia necessário constituir, então, uma condição feminina de oposição ao papel social que era (e é) dado às mulheres no Brasil. Nessa direção, temos uma dualidade na imagem feminina, que se constituiu historicamente produzindo sentidos em relação ao papel social da mulher, instalando uma contradição fortemente marcada pela sexualidade e pela moral social. Freud (1930) nos mostrou como os sentidos sobre o prazer são construídos e fazem parte do ser humano, assim, podemos dizer que, o jogo de sentidos entre o prazer e a moral social continua e continuará se contrapondo, pois fazem parte dos próprios modos humanos de ser. Desse modo, as imagens atribuídas às mulheres, durante o

seu processo sócio histórico, se fazem nessa relação de obrigação social (mãe, esposa, etc.) e prazer (prostituta, “mulher da vida”) produzindo efeitos até os dias atuais.

Segundo Rago (2008) as imagens femininas, no século XX, estão associadas a uma imagem da mulher brasileira como passiva e ociosa. Imagem constitutiva não somente em relação à prostituta, mas a todas as mulheres, cuja principal característica era ser considerada como fútil, uma construção negativa em relação à mulher. Essas imagens negativas marcam principalmente a prostituta, como se fosse uma característica apenas delas, por outro lado, para se definir e separar a mulher “honesta” da puta criou-se uma outra imagem para aquela a da mulher “rainha do lar”, colocando a mulher para além da condição de mera reprodutora, uma vez que lhe foi atribuído o papel social de educar, cuidar da casa e da família, distanciando-a da imagem de mulher fútil e preguiçosa, ficando esses adjetivos apenas a puta. Houve, assim, uma “[...] valorização da mãe pela educação” (RAGO, 2008, p.83). Esse outro papel tornou a imagem de mãe ressignificada, visto que, não se tratava mais do papel da procriação apenas, mas também de intervir na vida da criança, desse modo, com essa responsabilidade, o papel da mãe passou a ser também o da educadora.

Outra forma de manipulação, em relação ao papel maternal da mulher, se deu em relação à preocupação com a aparência, pois a mulher-mãe não precisava se preocupar com ela, mas sim com a educação dos filhos. Dessa maneira,

[...] a vaidade era um sentimento condenável na mulher, na lógica das feministas, para quem a preocupação com o corpo e com a imagem era sinônimo de esvaziamento espiritual. Portanto, havia sempre por trás dessas recomendações moralistas o espectro da prostituta: embora nem seja citada, paira constantemente a ameaça sobre a mulher de ser confundida com a “decaída”, se usar uma roupa muito decotada, uma saia muito curta, se exibir muitas jóias ou se pintar exageradamente (RAGO, 2008, p. 77).

Por esse motivo, a aparência feminina era sinal de divisão entre a “mulher honesta” e a “meretriz”. Assim, não adiantava ser honesta, a mulher deveria parecer honesta; o que dá visibilidade aos efeitos das questões morais sobre os modos de vida das mulheres nesse período, contribuindo para essa divisão do imaginário sobre o feminino.

Segundo Del Priore (2006), a meretriz era quem possuía a beleza, o erotismo e o prazer e com quem o homem extravasava seus instintos sexuais. Rago (2008), por outro lado, traz duas imagens da meretriz, nas décadas de 20-30: a da mulher fatal e a da vítima, ou seja, a mulher sensual, poderosa e perigosa para o homem, com seu poder de sedução, e a vítima, a

fragilizada, que sofre nas mãos de pessoas gananciosas sem ter nenhum direito como cidadã. Além dessas duas figuras, surgiu também, na literatura, outra imagem da meretriz: como símbolo de libertação da mulher nas relações sexuais e sociais.

Ambas as autoras tratam da cor da pele das mulheres que se prostituíam durante a colonização, período no qual a índia e a negra eram tidas como símbolos da sexualidade quente e tropical. Se bem que, nesse período, o que se figura não é bem a prostituição em si, mas a escravidão sexual.

Nessa perspectiva, Rago (1985, p. 85) afirma que “[...] um dos traços mais característicos da personalidade da mulher pública, na visão dos médicos, é a preguiça, a aversão ao trabalho e a perseguição desenfreada do prazer”¹³. Essas imagens podem ser associadas à constituição imaginária que a sociedade possui sobre o indígena e o negro, pois ambos são ideologicamente associados à preguiça e ao prazer, sendo considerados, conseqüentemente, sujeitos desviantes.

Segundo Del Priore (2006), na história brasileira, desde o tempo da colonização ao século XIX, as mulheres brancas (estrangeiras), as negras e as mulatas eram consideradas meretrizes pela sociedade, simplesmente por causa da cor da pele e da sua origem.

Com o tempo, a mulher negra “[...] deixava de figurar como o principal signo da imoralidade sexual, [sendo] substituída pela prostituta estrangeira, tanto no Rio de Janeiro, onde a presença negra era maior do que em São Paulo, quanto neste Estado” (RAGO, 2008, p. 48).

Num outro momento histórico, é a estrangeira, principalmente a francesa, que vigorava como a imagem da cortesã de luxo, pois deixavam de fazer sucesso na Europa e vinham para o país em processo de desenvolvimento.

No início do século XX, houve um grande movimento contra a prostituição, pois “[...] como a masturbação, a prostituição é classificada pelo saber médico e criminológico como ‘vício’, ‘fermento corrosivo lançado no grêmio social’, que tende a alastrar-se e a corromper todo o corpo social.” (RAGO, 1985, p.85).

Com essas formações imaginárias, como doença e como crime, a prostituição foi

13 É interessante notar os efeitos de sentido da expressão “mulher pública”. Nesse discurso de Rago, este termo equivale à meretriz, nos dias de hoje, mas, em outros discursos podemos constatar o termo “mulher pública” referindo-se às mulheres que estão nos altos cargos da política, de empresas e etc., o que não ocorria antigamente. Esse funcionamento mostra os processos de mudança na imagem feminina. Esse assunto, no entanto, só poderia ser comprovado através de uma outra análise, buscando compreender os efeitos de sentido da expressão, nos dias de hoje.

sendo cada vez mais combatida.

Seguindo seus passos, [de Alexandre Parent-Duchâtelet] os médicos sanitaristas brasileiros invadem o submundo da prostituição, classificam as mulheres “degeneradas”, investigam seus hábitos e gostos, diagnosticam suas doenças, procurando acumular todo um conhecimento sobre a mulher pública e difundir o estereótipo da puta, a partir do qual elas serão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social (op.cit, p.86).

Assim, o estigma da prostituta vai sendo constituído através das imagens de fútil, promíscua e, ao mesmo tempo, vítima, produzindo sentidos até hoje:

Imatura, ela é uma pessoa desorientada que se perdeu na vida e que precisa dos socorros dos especialistas para reencontrar o bom caminho e reintegrar-se na sociedade. Conclusão paradoxal, já que a prostituta não é uma criminosa que deve arrepender-se e retornar à normalidade [...] (RAGO, 1985, p.87).

O que é posto em visibilidade pela autora é o fato de que a tentativa de combater a prostituição, no início do século XX, ficava sob um aparente controle, pois a prostituição ainda era vista como um mal necessário, ou seja, devia ser controlada, mas mantida como válvula de escape para as sexualidades insubmissas.

Nessa tentativa de controle, os regulamentaristas da época buscavam não só controlar o lugar que elas deviam viver e se prostituir, como também manter as meretrizes sob o jugo da não satisfação sexual, ou seja, “[...] o ideal de puta para os regulamentaristas é a mulher recatada e dessexualizada, que cumpre seus deveres profissionais, mas sem sentir prazer e sem gostar de sua atividade sexual” (RAGO, 1985, p. 92). Nessa formulação, produzem-se como contradição os seguintes efeitos: a prostituta deveria ser “recatada” e “dessexualizada” ao realizar a prática da prostituição; ao realizar o seu trabalho não poderia sentir prazer.

A contradição reside na tentativa de apagar (censurar) o prazer para a meretriz, ou seja, a prostituta também deveria ser como a mulher honesta “recatada”, “dessexualizada” na atividade de prostituição, uma vez que lhe é cobrado, lhe é interdito esse lugar do prazer feminino.

Nessa relação, o trabalho não deveria se relacionar com o prazer, a meretriz deveria cumprir sua função (de dar prazer) sem senti-lo. Ou seja, a função do trabalho para a meretriz é de apenas provê-la financeiramente, assim, se caso a atividade exercida lhe proporcionasse prazer, os regulamentaristas da época atribuíam que a mulher deveria, portanto, abrir mão do

seu pagamento. Nessa direção, os efeitos produzidos relacionam-se com a contradição fortemente marcada pela relação de oposição entre o trabalho e o prazer.

Segundo Rago (2008), a meretriz era visualizada como a que vendia o corpo como mercadoria. Era, desse modo, um objeto de dar prazer, mesmo sem amar ou sem ser amada, era em suma, vendedora e mercadoria simbolizando assim, ao mesmo tempo, a fragmentação do sujeito moderno, marcada pelo capitalismo.

O uso do corpo para atividade de prostituição constituía uma forma de resistência da prostituta, pois fazia uso de algo interdito (o corpo), com o qual além de se beneficiar financeiramente, poderia sentir prazer. Os sentidos produzidos nos mostram como a interdição, a censura de falar sobre sexo, está arraigada na sociedade através desse olhar negativo sobre a relação do corpo com o prazer. Nesse sentido, o corpo não serve apenas para o trabalho, para produzir de forma a contemplar os ditames do capitalismo, uma vez que é lugar de sentir e de dar prazer. Desse modo, a prostituta constitui-se de modo a produzir sentidos que se instalam pela contradição entre trabalho, prazer e corpo.

Trata-se de sentidos que, construídos pela moral social, produzem uma contradição que é constitutiva da prostituição, pois essa era renegada pela sociedade, mas em nenhum momento vemos a tentativa de por fim em tal atividade, assim, a prostituta/prostituição era/é considerada um “mal necessário”, devendo ser apenas controlado, mas não extinto.

Para ter esse controle, foram criados lugares que ficavam distantes dos centros da cidade, que eram vigiados pelos Departamentos de Polícias de cada cidade. Tratava-se de um momento histórico, segundo Rago (1985, p. 92), no qual

[...] as meretrizes deveriam ter permissões de saída e ainda deveriam receber as visitas sanitárias a domicílio várias vezes por semana. Obrigatoriamente registradas a polícia, deveriam ser portadoras de uma carteira sanitária de identificação pela qual seriam constrangidas a passar por um exame periódico, a exemplo do que se praticava na França e em outros países da Europa. Esta carteira conteria seus dados pessoais, nome real e idade, profissão atual ou anterior, naturalidade, estado civil.

No Brasil também foi criado os registros policiais, para manter o controle sobre a prostituição. Desse modo, verificamos de que forma as prostitutas são postas perante a sociedade como um “mal necessário” e por isso deve ser controlada. Para que isso ocorresse, leis foram criadas.

Percebemos de que maneira as leis foram surgindo, primeiro como uma forma de

controlar as mulheres da classe dominante obrigando-as ao casamento e a procriação, mesmo assim, muitas mulheres preferiram se prostituírem, para fugirem de tal lei. Dessa forma, os romanos criaram um sistema de registros para que tivessem controle sobre as mulheres de classe baixa, vemos que tal lei ainda permaneceu por muito tempo, pois, durante muito tempo a perseguição da Polícia as mulheres de classe baixa e somente a elas, conforme Roberts (1998) e Rago (2008). Porém, a grande maioria não se registrava por não desejarem seus nomes e dados registrados em uma lista como prostitutas, porque jamais poderiam ser dali seus nomes retirados (ROBERTS, 1998).

Da mesma forma, no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, buscava-se um forma de controlar a prostituição através do regulamentarismo:

[...] o regulamento propunha uma série de normas de vigilância das áreas do prazer, tentando impedir a emergência de múltiplas condutas desviantes no submundo. O enquadramento da prostituição nos moldes da relação conjugal monogâmica parecia ser o objetivo principal desta polícia de controle das práticas sexuais vagabundas (RAGO, 2008, p. 133).

O que é interessante observar que as leis regulamentaristas não foram aceitas, mas mesmo assim, nessa época, no Brasil, criou-se

[...] um *Livro de Registro* das prostitutas, em que se exigiam informações pessoais como nome, idade, nacionalidade, profissão, residência. Mesmo depois que a proposta regulamentarista foi arduamente criticada, optando-se por várias décadas pelo não-confinamento da zona do meretrício, o fichamento das meretrizes na Delegacia de Costumes continuou a ser prática corrente, especialmente depois de 1915 (RAGO, 2008, p. 138).

O que é posto em evidência pelos dizeres desses historiadores, e que por mais que tenha se iniciado a muito tempo a tentativa de controlar a prostituição, isso permanece ainda hoje, assim, os registros que analisamos demonstram em suas características as mesmas que foram propostas no início do século XX.

Portanto, nota-se que, durante a história do Brasil, a imagem da meretriz é atravessada pela imagem feminina, pois a imagem da mulher perpassa um imaginário de fragilidade e, ao mesmo tempo, possui, desde sua origem, na Gênese, o dom da sedução, o que a constitui como pecadora. Por isso, podemos dizer que esse imaginário, citado pelas duas autoras, constitui tanto a mulher que pratica a prostituição quanto a que não a realiza.

Outro espaço de constituição da imagem da prostituta se faz através da literatura,

assim, podemos fazer uma comparação entre duas personagens que representam momentos diferentes na história e nos movimentos literários no Brasil. Para isso tomamos uma personagem do período do Romantismo, a meretriz Lúcia, e uma personagem do movimento do Naturalismo, a personagem Pombinha. Ambas passam por um processo de transformação em suas personagens durante o desenvolvimento do enredo.

Em *Lucíola*, de José de Alencar, Lúcia, é uma famosa cortesã do Rio de Janeiro por quem Paulo se apaixona e é através da história contada por Paulo que vamos vendo sua mudança – a personagem vai deixando a prostituição, devido o seu amor por Paulo, até chegar ao ponto de não ter relações nem com o seu amado, para, assim, se purificar. No processo de abandonar o meretrício, Lúcia muda o seu modo de vestir e retoma o seu antigo nome Maria da Graça. Trata-se de um processo que nos mostra uma mudança na imagem – de pecadora para a imagem da santa, ou seja, o que se materializa são modos de idealização da mulher, tão marcada pelo Romantismo.

Em *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, o acontecimento é inverso, Pombinha é a flor do cortiço, menina-moça, prometida em casamento, ingênua, porém, por influência de uma prostituta, se torna uma meretriz, Azevedo nos mostra como o meio influencia, determinando o modo de vida das pessoas, tanto que deixa marcado que o mesmo destino irá acontecer com a personagem Senhorinha. (BATISTA, 2011)

Vê-se, desse modo, que no Brasil, também se constitui uma imagem dual da mulher e da prostituta. Imagens que se encontram e se atravessam, mas que em nenhum momento se sobrepõem uma a outra. São dizeres de uma memória discursiva que na atualidade, produzem sentidos semelhantes e diferentes em relação à prostituição.

Atualmente, em pleno século XXI, vemos como estão sendo constituídos os sentidos sobre a prostituição. A entrevista, realizada pelo Labeurb¹⁴, com a prostituta Gabriela Leite, coloca em questão o fato de ser a prostituição uma forma de sobrevivência, pois a própria prostituta aposentada a apresenta como uma escolha. Segundo Roberts (1998), antigamente, para ser independente não havia outra forma de agir a não ser a de se prostituir. Porém, nos dias atuais a realidade é outra, ou parece ser outra, porque o que se tem é a imagem de uma mulher independente que cuida da casa e de si sem precisar da presença masculina. Assim, quando Leite coloca que ser prostituta hoje é uma escolha, o efeito que ela produz é o de apagamento do discurso de culpabilização do sistema capitalista, que foi/é defendido como

¹⁴ **Conversa de Rua.** Gabriela Silva Leite Eu, mulher da vida. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/verVideo.lab?id=52>

sendo o indutor dos atos do sujeito, subjugado pelo poder do Estado.

Essa interpretação nos permite repensar o sujeito de direito, que é dono do seu dizer e do seu fazer, mas é, ao mesmo tempo, assujeitado para que possa desfrutar a ilusão da autonomia. Trata-se, então, de uma contradição, pois, ao olharmos hoje para os movimentos de prostitutas, na busca dos seus direitos (e deveres), busca-se, na verdade, o assujeitamento ao Estado, para se autorizarem como o sujeito de direito. Temos um sujeito que pensa ser dono do seu dizer e fazer e que, ao buscar sua autonomia, se assujeita às condições de uma sociedade capitalista. Esse entendimento é confirmado por Leite (2006), ao dizer que “[...] o que as prostitutas querem atualmente é o serem sujeitos da sua própria história¹⁵”.

Desse modo, na história geral e brasileira, a prostituição, que se constitui nos cadastros policiais, expressa os modos de repressão e de controle de uma dada época, o que ainda é possível observar, pois a lei que vigorava sobre o lenocínio, a de 1940, é a mesma que vigora ainda hoje. Portanto, trazemos esses fatos para pensarmos na situação de Cáceres à época da produção dos cadastros.

A prostituição na cidade de Cáceres-MT, nas décadas de 60 e 70, caracteriza-se pela intervenção da instituição policial, como forma de controlar os seus modos de ser na cidade. É interessante notarmos como Cáceres estava em pleno desenvolvimento nesse período, pois, segundo Ferreira (2001, p. 407), a cidade [...] foi pólo colonizador a partir da década de sessenta, dando origem a inúmeros municípios, que formaram a Grande Região de Cáceres”.

Em 31 de março de 1964, houve o golpe militar, militarismo, e o Brasil passou a ser governado por militares até 1985. Nesse momento a administração na cidade de Cáceres era de Dr. José Rodrigues Fontes que permaneceu no cargo até 1967. Somente em 1968, Cáceres foi afetada pela Ditadura Militar, sendo declarado, município de interesse da segurança nacional. Os prefeitos passaram a ser nomeados pelo Governador do Estado, mediante prévia aprovação do Presidente da República. (MENDES, 1973, p. 227).

Outro marco para Mato Grosso, foi a divisão do Estado, ocorrida em 11 de outubro no ano de 1977, criando Mato Grosso do Sul, e, permanecendo Cáceres no território de Mato Grosso, que segundo Leite (1978, p. 143) é onde o “[...] progresso é [...] um dos baluartes mais sólidos”.

É desse modo, que historiadores como Mendes (1973) e Leite (1978) retratam o município de Cáceres nesse período, como uma cidade em desenvolvimento, tanto que em

¹⁵ Formulação recortada na entrevista realizada pelo LABEURB – Laboratório de Estudos Urbanos – na seção Conversa de Rua em 2006.

1978, houve a criação da Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres. Esta foi “[...] estrategicamente distribuída em municípios de reconhecida importância regional. Foi estadualizada a 19 de dezembro de 1985, mais tarde Universidade Estadual.” (FERREIRA, 2001, p. 407), que hoje é conhecida como a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

Portanto, é posto em evidência pelos historiadores o lugar social da cidade de Cáceres, como região de desenvolvimento e que, durante o militarismo, caracterizou-se como região de fronteira, com as forças militares intervindo nas relações sociais e econômicas. Não se pode dizer ao certo o quanto a Ditadura interferiu no desenvolvimento da cidade. Assim, questionamos de que modo esses cadastros significam a mulher, dadas as condições de produção políticas na época?

O desenvolvimento econômico e social corroborava, então, o aumento da prostituição, fazendo com que muitas mulheres viessem de outras cidades do Estado para praticar a prostituição, como podemos verificar nos próprios cadastros policiais, no qual todas as mulheres cadastradas eram procedentes de outras cidades. Por outro lado, por se tratar de uma cidade fronteira, a imagem que se tinha era de uma terra sem lei, longe do centro econômico do país, possibilitando o grande número de prostitutas na região. Esse grande número produziu a necessidade de tentar controlar as sexualidades insubmissas através dos registros, pois, sendo a polícia um aparelho de Estado (ALTHUSSER, 1985), isto é, repressivo, sua função era de manter um controle sobre as atividades da prostituição.

Podemos dizer, portanto, que na década de 60 e 70 fazia-se uso desses registros como meio de controle sobre a prostituição, pois esses registros traduzem e são representações do que acontecia na década de 30 no Brasil, quando “[...] as casas de tolerância e os bordéis deveriam ser registrados na polícia, vigiados pela administração e pelas autoridades sanitárias” (RAGO, 1985, p. 92). Algo que durou por muito tempo ainda.

Assim, apesar da existência de leis contra as casas de prostituição, o que predominava era o lenocínio, visto que o crime não era a prostituição em si, mas as ações que caracterizavam o favorecimento, a indução ou o proveito em torno dela. É interessante pensarmos nessa relação, conforme Souza (2010, p. 192): “[...] a polícia estabelecia por meio de suas práticas, formas de silêncio sobre a exploração da prostituição na cidade, haja vista que tal prática comercial era proibida pelo código penal.” Isso é uma condição para pensarmos em relação ao cadastro. Pois a atividade de criar casas de prostituição, induzir a alguém a se prostituir é considerado até hoje crime. Mas ao mesmo tempo a lei não condena a

prostituição em si. Dispomos, desse modo, a lei, que previa três tipos de regimento – o abolicionismo, o regulamentarismo e o proibicionismo – ficava à margem de várias interpretações.

O regulamentarismo reconhece a prostituição como profissão, com direito a contrato de trabalho, seguridade social e aposentadoria, mas estabelece vários deveres, entre eles exames periódicos de saúde e o exercício da atividade em lugares específicos. Alguns países sul-americanos (Uruguai, Equador, Bolívia e etc.), a Alemanha e a Holanda adotam esse sistema. Já no proibicionismo a prostituição e toda a indústria que dela advém é vista como crime. Os Estados Unidos adotam esse sistema (SCHLINDWEIN, 2009, p. 12-13).

O Brasil está inserido no regimento do abolicionismo em que a meretriz é vista como vítima da exploração de outrem. Por isso, a prostituição não é objeto do Código Penal Brasileiro, mas sim o lenocínio. Ou seja, querer fazer uso de seu corpo da forma que lhe convém e em troca receber dinheiro ou outros benefícios, não pode ser considerado crime, mas sim o lenocínio que se caracteriza pelo favorecimento, indução ou proveito da prostituição como “Crime contra os costumes”.

Nessa direção, a prostituição, não sendo considerada crime, era vista como um mal necessário, que deveria, portanto, ser monitorada. Assim, os registros policiais foram usados para registrarem a atividade da meretriz.

Esses mesmos sentidos podem ser verificados ainda hoje, por exemplo, através da análise de uma notícia sobre a prostituição em Cáceres, na qual, segundo Arruda (et.al., 2008), os dizeres sobre a reportagem “Desativado Barco do Amor em Cáceres” marca a contradição sobre a prática da prostituição, pois o que é considerado crime é o fato de haver menores de idade no barco, ou seja, é projetado o sentido de que o que é crime é a prostituição infantil, assim, os autores questionam, portanto, se o fato de a mulher ser maior de idade, legaliza a prática da prostituição nos barcos ofertados aos turistas. Essa reportagem ilustra a ambiguidade historicamente produzida sobre a prostituição, pois, é tratada como crime e, ao mesmo tempo, não é considerada crime, uma vez que a lei autoriza a prática, mas não o aliciamento, principalmente de menores, a tal prática.

Desse modo, a projeção no discurso da posição-sujeito mulher tem a ver com o real da história, ou seja, a imagem feminina é constituída por um processo que a inscreve em uma posição contraditória, tratando-se, pois, de uma contradição que não se resolve. Neste caso, retomamos, de forma breve, o livro *Gênesis*, observando nele a constituição da contradição

que instalou a imagem da mulher como ambivalente: a santa e a pervertida, a mãe e a filha, a provedora e a que é provida, etc.

Nessa equivalência percebe-se a dualidade que foi se constituindo, fortemente marcada por um processo sócio-histórico, que continua, na atualidade, a produzir sentidos dos/para os sujeitos, provocando deslocamentos ao retomar dizeres passados, dizeres esses dados como cristalizados.

Podemos dizer, portanto, que por mais que hoje a mulher ganhe espaço no meio social masculino, ainda assim, esse imaginário continua funcionando de modo a colocar em circulação outros sentidos, porque, se antes a mulher cuidava da casa, hoje trabalha fora, possui sua independência, mas ainda tem de manter a sua casa limpa – mesmo que tenha condições de contratar uma secretária para cuidar dos afazeres domésticos, fica-se ainda como responsável – mesmo que não veja o porquê, pois não há como fugir dessa constituição histórica e psicológica que perpassa nossas vidas e nossos dizeres.

CAPÍTULO III

OS SENTIDOS MATERIALIZADOS NA APARÊNCIA FEMININA: ANÁLISE DOS RECORTES DOS CADASTROS POLICIAIS DE 60 E 70

Ao contrário da “mulher normal”, constituída como mãe-natureza, totalmente transparente, a prostituta é opaca ao olhar científico masculino, podendo ser lida e identificada apenas por sua aparência: pelos cheiros, roupas, maquilagens, gestos, signos que ocultam qualquer interioridade. Não é casual a condenação de pura superficialidade que receberam constantemente.

Margareth Rago (2008)

Durante o processo sócio histórico, percebemos como a mulher ao se tornar prostituta é marcada pela sua aparência, seu modo de ser e de vestir. Surgiu assim, uma imagem negativa, de superficialidade, de preocupação com a aparência, que foi sendo atribuída gradualmente a todas as mulheres. Dessa forma, através da aparência também foi se constituindo uma dualidade na imagem feminina (a que aparenta honestidade e a que não a aparenta), e a aparência estava, de certa forma, condicionada a esses imaginários sobre a mulher. Nesse sentido, verificaremos de que forma a imagem dessas mulheres foram constituídas nos cadastros policiais de Cáceres-MT, e, de que forma a contradição faz parte do processo de construção de sentidos sobre a mulher e a prostituição, produzindo efeitos em relação à condição feminina.

3.1. As condições de produção dos registros policiais: Os registros de 60 e 70.

O ato de se registrar, em sua constituição histórica, não representa apenas um benefício necessário a todo indivíduo, consiste, principalmente na tentativa de manutenção do controle através da identificação do indivíduo. Essa tentativa de controle é vista nos cadastros analisados neste trabalho. Esses cadastros funcionavam, então, como uma tentativa de controlar a prostituição não somente na cidade de Cáceres como em todo país.

Os registros que compõem o corpus da nossa pesquisa fazem parte do acervo existente no Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral (NUDHEO) do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – no campus de Cáceres. O NUDHEO conta com um acervo disponível a pesquisadores de todas as

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - SDR/MT
SETOR DE REPRESSÃO AO TRÁFEGO DE PESSOAS PÔSTO DE CÁ CERES

FICHA DE QUALIFICAÇÃO

Nome

Filiação Evaristo Gusmão Martins e Maria Guilherminã Martins

D/ Nascimento 26 de agosto de 1951 Em Aronópolis- Minas Gerais, estado Goiás

Natural Aronópolis - Goiás Nacionalidade brasileira

Est. Civil Solteira Identidade

Residência Casa da Da.Nadir, no Junto, perto da Fábrika de Arroz

Profissão meretriz e manicure Loc/Trabalho Casa de tolerância da Nadir.

Ramo/Negócio Meretriz Infração

Procedência Cuiabá Data / Entrada 22 de janeiro de 1970

DPF - DR - MT

OBSERVAÇÕES: Fichafeitaem 23-1-1970

É de cor parda, cabelos pretos, lisos, boca média, altura 1,55, olhos castanhos, instrução 3a.série primária, não apresenta defeito físico, não possui nenhum sinal particular visível, é de aparência regular. Não vive constringida em suaprofissão de meretriz,

Figura 4. Imagem adaptada de uma ficha policial com o item observações.
Fonte: Núcleo de documentação de história escrita e oral (NUDHEO)

Observemos que no registro 1 (figura 2) o termo *Ficha de elementos procurado*, está rasurado, o que indica uma tentativa de apagamento desse dizer para dar visibilidade ao que é acrescentado logo abaixo no documento *Ficha de prostituta*. Da mesma forma, o termo *Crime* também é rasurado numa tentativa de apagar a função da ficha que deveria ser a de informar um crime, mas, esses dizeres, ao serem rasurados, silenciam dizeres outros, produzindo sentidos de contradição, pois, ao tentar silenciar esses dizeres, põe-se em evidência sentidos que se deseja apagar. Assim, ao rasurar “ficha de elemento procurado”, que serve para registrar qualquer informação de um criminoso, produz-se o sentido de que não se trata do cadastro de um criminoso, o que produz efeitos contraditórios, visto que, ao mesmo tempo em que silencia dizeres produzindo outros, põe-se em evidência os sentidos que são silenciados.

Nessa relação contraditória, percebemos que os dizeres sobre a mulher que é cadastrada também são contraditórios, pois ao cadastrá-la como prostituta ela deixa de ser considerada criminoso. Então, nos perguntamos sobre a necessidade de se fazer o cadastro,

uma vez que um cadastro policial, por si só, já produz efeitos de criminalidade, ou seja, por se tratar de um documento policial sobre um criminoso, esse lugar de poder dizer sobre a prostituta, produz o aspecto de crime para essa atividade, assim, temos:

o cadastro policial + a prostituição = o registro de um crime.

Mas, a prostituta não é considerada criminosa, como prevê, a lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Esse efeito de contradição é produzido, desse modo, pelo próprio fato de haver a necessidade de cadastrá-la através de um órgão de regulação e de repressão do Estado – a polícia. Temos, então, uma contradição que se marca pelo fato de o registro da prostituta ser feito em um cadastro policial (órgão repressor e regulador) e, ao mesmo tempo, haver uma lei que assegura que a sua atividade não é crime. Assim, a contradição se coloca como o lugar desse diferente, desse deslocamento que se produz, ou seja, apesar de a prostituição não ser crime, a prostituta, ao ser cadastrada em uma ficha destinada ao criminoso, é, por extensão, considerada criminosa. Nesse caso, a falha na língua, é a própria materialidade que dá visibilidade ao jogo entre crime e prostituição, marcando, portanto, a impossibilidade de dizer que é uma infração, pois a lei do lenocínio nega esse caráter, mas, ao mesmo tempo, o aparelho repressor busca modos de assegurar, de restringir, de controlar a atividade de prostituição através dos cadastros.

Desse modo, tanto a ficha policial quanto a lei sobre o lenocínio permitem essa ambivalência sobre a prostituição se constituir como crime ou não.

Nessa relação, a própria atividade de prostituição é algo que se coloca, até hoje, em um entremeio, porque, como já vimos anteriormente, a prostituição em si não é crime, embora seja tratada por um órgão que faz a repressão do crime.

O segundo registro (figura 3), no qual aparece a expressão *Ficha Cadastro policial*, não foi rasurado, ao contrário do primeiro, permanecendo sem nenhuma alteração e constituindo-se como uma ficha de cadastro policial, cujo objetivo é o de cadastrar informações sobre o criminoso. Mas, nessa ficha, uma formulação produz o mesmo efeito da rasura no registro anterior, trata-se de uma formulação que silencia a função da ficha cadastral, pois ao final dela, no item *infração* aparece a formulação *não houve*, marcando de fato a função da ficha, assim, se *não houve infração*, o efeito que se produz é o de que o registro não é para um simples cadastro de pessoa física, nem tampouco para assinalar se a pessoa registrada apresenta algum problema policial ou judicial, nessas condições, a ficha só tem o propósito de identificar a prostituta.

Nessa direção, a ficha produz uma contradição, visto que, ao mesmo tempo em que

produz a identificação da prostituição como crime, pois a registra em um *cadastro policial*, destinado a apontar o crime ou a infração cometida pelo sujeito, produz também o apagamento da função da ficha pela formulação *não houve*. Ou seja, o fato de cadastrar a prostituta em uma ficha criminal, não havendo, pela força da lei, o crime, produz uma contradição, que está no fato de o sujeito não poder resistir à coerção de uma hierarquia já dada. Esse funcionamento produz outros sentidos, que determinam o lugar de resistência do sujeito, projetando outras e novas posições, nesse caso, o cadastro, ao silenciar dizeres, permite que novas posições sejam produzidas, apontando para a compreensão de que a prostituta/prostituição não se trata especificamente de um crime, mas ainda assim, é colocada à margem da sociedade como qualquer sujeito que comete crimes, residindo nesse fato a contradição, que é o algo a se produzir nesse jogo da língua.

O terceiro modelo de ficha (figura 4) apresenta a expressão *Ficha de Qualificação*, que também produz uma ambiguidade, pois o sentido de qualificar tanto pode ser o de apontar qualidades positivas, quanto, por outro lado, pode carregar sentidos negativos, como a qualificação de um tipo de crime, por exemplo.

Desse modo, considerando a função do cadastro policial, a *ficha de qualificação* para a polícia tem a função de qualificar um tipo de crime, de criminoso, registrando todas as informações sobre o infrator. Mas, nesse caso, ao se qualificar as prostitutas cadastradas, o que se coloca em visibilidade é o sentido de que a ficha se propõe a cadastrar uma categoria e não, propriamente, a levar para a prisão as praticantes do meretrício, assim, o sentido que prevalece, e que é mais comumente utilizado, é o de qualificar a prostituta e a sua profissão, como observamos no registro 1, no qual a rasura provoca um silenciamento da função da ficha – *ficha de elemento procurado* – para fazer sobressair uma outra função – *ficha de prostituta*, ou seja, o efeito que se produz é o de um aparente apagamento da prostituição como crime para colocá-la como profissão, que, naquele momento, precisa ser fichada, para o controle do Estado.

Dessa maneira, o próprio termo *ficha de qualificação* remete a um processo de adjetivação, no qual a inscrição de mulheres no meretrício qualifica-as como prostitutas, produzindo efeitos de sentido.

Afirmamos que esse mecanismo de adjetivação da própria ficha produz efeitos aparentes de apagamento do crime para a exortação da prostituição, pois, os sentidos que de fato esse funcionamento produz é o de que a prostituição, apesar da lei, era considerada, senão um crime, uma forma de marginalidade social, visto que o fato de as prostitutas serem

cadastradas por policiais, juntamente com o fato de não haver uma ficha específica para o seu cadastro, materializam os sentidos que a prostituição e a prostituta tinham naquele momento.

Nesse terceiro registro, temos também um item que não encontramos nos registros anteriores, é o item *Observações*. Nesse item encontramos dizeres sobre a descrição da aparência feminina: cor de cabelo, dos olhos, da pele, altura, escolaridade, algum sinal visível, estado civil, etc. Além de outros dizeres registrando a quantidade de filhos, o lugar onde trabalha, se vive com a família e a aparência: boa, ótima ou regular. Assim, o item *observações* coloca-se como o foco da nossa pesquisa, razão pela qual optamos por trabalhar com as fichas do tipo de registro três.

3.2. A prostituição: status de profissão

A “mulher pública” era visualizada como a que vendia o corpo como mercadoria: como vendedora e mercadoria simultaneamente. E também a mulher que era capaz de sentir prazer, que era lugar de prazer, mesmo sem amar, ou sem ser amada.

Margareth Rago

Vimos anteriormente de que modo, no processo sócio-histórico, a prostituição foi sendo constituída como profissão. Atualmente há lutas que buscam essa legalização, apesar de ainda hoje a prostituição não ter sido legitimada, no Brasil, como profissão.

Não é por acaso que há ainda hoje a dificuldade dessa legalização, pois há interditos na relação do trabalho com o corpo produzindo sentidos na atualidade. No caso da prostituta, o corpo é seu instrumento de trabalho, mas, ao mesmo tempo, a moral religiosa o institui como “templo sagrado”, assim, esse duplo de sentidos produz, para a prostituta/prostituição, efeitos de que sua atividade de meretriz transgride o lugar instituído pela moral social. Fazemos uso do corpo para o trabalho – trabalho braçal, trabalho intelectual, etc. –, pois é ele que nos permite produzir, porém, a meretriz, ao usar do corpo para atividades relacionadas ao sexo, foge ao que é determinado pela moral social como trabalho honesto, uma vez que o corpo da prostituta é usado para sentir/dar prazer.

Essa situação produz problemas em relação aos direitos e deveres das prostitutas e coloca em funcionamento toda uma memória constitutiva da prostituta/prostituição que é marcada de forma negativa. Esses sentidos foram construídos em relação à sexualidade, aos

vários imaginários sociais sobre a mulher, sobre a prostituta na história produzindo efeitos que marcam o estigma social, e ao mesmo tempo, a partir de Freud (1930), produz efeito de que o sujeito encontra na prostituição o modo de retorno ao primitivo, ao princípio do prazer, assim, a prostituição torna-se uma forma de escape sem fim ao princípio da realidade, sendo, portanto, transgressora das regras sociais e morais.

Nessa direção, discussões sobre a profissionalização da prostituição na atualidade, nos remetem aos cadastros policiais dos anos 60 e 70. Nesses registros, percebemos que a prostituição ora é marcada como profissão ora não, produzindo uma dualidade que é constitutiva dessa atividade. Nesse entremeio, instituem-se as várias imagens projetadas sobre a prostituição que a insere, em alguns momentos, como profissão e, em outros, desqualifica a atividade como profissão, interpretando-a como mero negócio, como podemos observar no cadastro a seguir:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - SDR/MT
SETOR DE REPRESSÃO AO TRÁFEGO DE PESSOAS - 3ace res

CFM

FICHA DE QUALIFICAÇÃO

Nome (Não tem vulgo)

Filiação Epiphânio Mançuelos e Verda Gomes

D/ Nascimento 23 de abril de 1942 Em Concepcion (Paraguai)

Natural Concepcion Nacionalidade Paraguaia

Est. Civil Solteira Identidade Cart. Mod. 19 nº

Residência Rua dos Operários, 456

Profissão Costureira Loc/Trabalho O mesmo acima

Ramo/Negócio Atualmente, meretrício Infração

Procedência Concepcion (Paraguai) Data / Entrada No ano de 1961

DPF - DR - MT

OBSERVAÇÕES:

É de cor branca, tem os cabelos castanhos escuros, olhos castanhos claros, nariz normal, estatura 1.65ctms., instrução primária, não tem defeito físico atualmente e como sinal particular visível, um sinal negro na face direita. É de boa aparência.

É meretriz voluntariamente há 8 anos, sendo 6 em Corumbá. Bailarina do "Bar Tropical", no local onde mora.

Recebeu ordem desta Chefia para abandonar o meretrício e ausentou-se desta cidade. (2/12/1969)

Figura 5. Imagem adaptada de um cadastro policial com o item “observações”
Fonte: Núcleo de documentação de história escrita e oral (NUDHEO)

Nessas fichas encontram-se os dados básicos de um cadastro: nome, filiação, data de nascimento, cidade, nacionalidade, estado civil, identidade, residência, profissão, local de

trabalho, ramo/negócio, procedência, infração, data/entrada. Logo em seguida há um espaço denominado *Observações*, como já mencionamos.

Em alguns dos registros encontramos profissões como costureiras, manicure, cabeleireira, etc. No caso, da ficha acima (figura 5) temos como profissão: **costureira** e como ramo/negócio: **Atualmente, meretrício**. Percebemos que há, portanto, um desencontro entre o que é profissão e o que é ramo/negócio.

A formulação – **Atualmente, meretrício** – produz um funcionamento em que ser meretriz é uma atividade recente, enquanto que ser **costureira** trata-se de uma atividade mais antiga.

Essa diferença entre as formulações faz funcionar sentidos de que o sujeito possui uma profissão, mas que não atua nela ou ela é insuficiente para a manutenção própria e da família, sendo necessária a prática do meretrício, razão pela qual a ficha comporta o item profissão e o item ramo/negócio, que, no caso desse cadastro (figura 5), surgem de formas distintas.

Nesse mesmo cadastro aparece, no item observações, uma outra profissão: a de **bailarina**.

Nesse item, a profissão de **Bailarina** juntamente com a formulação **Bar Tropical – É bailarina no Bar Tropical, no local onde mora** – produz um deslizamento produzindo efeitos de sentido que toma uma profissão, a de bailarina, ou um local, o bar Tropical, para significar a atividade de prostituição. Os sentidos do que se colocam como paráfrase ou polissemia dependem das condições de produção das formulações e da inscrição em cada formação discursiva na qual o sujeito do dizer se inseri. Assim, bailarina e Bar Tropical representam o espaço do meretrício no social, na cidade de Cáceres. Ou seja, estar no Bar X, ser bailarina, nessas condições de produção, significa exercer a profissão de meretriz, ou seja, caracteriza a imagem da mulher como prostituta.

Conforme Orlandi (2007a), através dos objetos simbólicos podemos compreender como o sentido é produzido, logo, é a formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito, portanto, afirmar-se como **bailarina do Bar Tropical**, enquanto materialidade insere o dizer da prostituta em uma formação discursiva jurídica, ou seja, aquela que autoriza a dança e o local como profissão reconhecida, silenciando a atividade da prostituição. A atividade de bailarina, então, é uma profissão socialmente aceita, com local e atividade definidas, o que retiraria a prostituta da ilicitude que o próprio fato de cadastrá-la produz. Embora a atividade de bailarina seja considerada profissão e a de prostituição uma atividade

ilícita, essa profissão, associada a um local – o bar Tropical – passa a ser considerada apenas um negócio, uma venda (a do próprio corpo) e não uma profissão.

Em várias outras fichas aparecem as profissões de doméstica, de costureira, de cabeleireira, etc., profissões que, no Brasil do século XVIII, eram associadas à prostituição, pois se tratavam de mulheres cujos ganhos eram insuficientes para o sustento da família, carecendo a complementação orçamentária com recursos advindos da prostituição.

Entrementes, salvo essas distinções, há formulações que tomam o meretrício como profissão em uma outra ficha de qualificação, tanto nos itens profissão e ramo/negócio quanto no item denominado observações:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - SDR/MT
SETOR DE REPRESSÃO AO TRÁFEGO DE PESSOAS
PÓSTO DE CÁCERES
FICHA DE QUALIFICAÇÃO

Nome _____
Filiação Diogo da Silva e da Gregória Pereira Fernandes
D/ Nascimento 14 de agosto de 1948 Em Corumbá
Natural Corumbá-MT. Nacionalidade brasileira
Est. Civil solteira Identidade C.I. nº 84.780 - Cáceres, 3/12/69
Residência Rua dos Operários nº 383 - Cáceres
Profissão meretriz Loc/Trabalho o mesmo da residência
Ramo/Negócio meretrício Infração _____
Procedência Corumbá-MT. Data / Entrada 7-11-1969
D P F - D R - M T

OBSERVAÇÕES:
Ficha feita em 27-11-69. É de cor parda, com cabelos pretos, olhos pretos, boca pequena, nariz pequeno, altura 1,1,63,- Há três anos vive do meretrício. Ninguém a força a viver dessa profissão.

Figura 6. Imagem adaptada de um cadastro policial com o item “observações”

Fonte: Núcleo de documentação de história escrita e oral (NUDHEO)

No caso do cadastro acima (figura 6), os itens profissão e ramo/negócio representam um mesmo lugar, o do meretrício, não havendo uma distinção. Nessa direção, tem-se a inscrição do meretrício como uma profissão – “Ninguém a força a viver **dessa profissão**” – havendo, portanto, uma descriminalização nesse tipo de atividade, que passa a ser considerada, apenas uma comercialização, como qualquer outra, em que a meretriz prestava um serviço e recebia por ele.

Ao elencarmos as profissões dessas mulheres constitui-se, a partir dos registros, um imaginário em relação à condição social, à pobreza. Rago (1985) afirma que a grande maioria das prostitutas provinha das camadas mais pobres da população, especialmente as separadas e solteiras que exerciam anteriormente atividades de floristas, costureiras, operárias, domésticas, entre outras. Segundo Priore (2006), era comum que mulheres que viviam dessas profissões, exercessem também a atividade de meretriz.

Rago (2008) afirma também que, como era ao mesmo tempo vendedora e mercadoria, a meretriz simbolizava, nas décadas de 20 e 30, a degradação da sociedade em que se predominava o valor do dinheiro, o qual se constituía como um molde para todas as relações sociais.

Vemos como o uso do corpo para atividade de prostituição produz sentidos negativos, visto que, considerado como degradação, o prazer para a sociedade é algo primitivo, feio, que deve ser silenciado, e a meretriz representa o que a sociedade desagrada e repudia, pois esta usa o corpo para o trabalho, proporcionando prazer. Dessa maneira, ao dar prazer através do corpo, a prostituta pode também senti-lo, o que é negado pela sociedade capitalista, porque o corpo propicia o lugar de poder dizer sobre o trabalho e sobre o prazer, numa relação contraditória. Assim, seus efeitos produzem a contradição, tanto negativa, de estranhamento (o uso do corpo para a prostituição) quanto de aceitação pela moral social (o uso do corpo para o trabalho). No entanto, a prostituição também não seria o uso do corpo para o trabalho, para o sustento? E, ao mesmo tempo, não seria o corpo, nessa relação de trabalho, o objeto de proporcionar/sentir o prazer?

É nessa perspectiva que, na materialidade analisada, encontramos a inscrição do meretrício como profissão, uma vez que, no Brasil, a prostituição não é considerada como profissão, pois não é regularizada. Embora, haja atualmente muitos projetos e organizações que lutam pelos direitos das mulheres prostitutas no Brasil, como é o caso da ONG Davida. Schlindwein (2009) ao falar do site desta organização, mostra os sentidos produzidos em torno da formulação presente no site: **Sem vergonha, garota. Você tem profissão**¹⁷, portanto, há nessa formulação, um silenciamento da explicativa, porque poderíamos formar a sentença: **Não tenha vergonha, garota, porque você tem profissão**, nota-se que não há, portanto, necessidade de explicação. A formulação sustenta sentidos em relação a ser **sem vergonha**, imaginário relacionado à atividade de prostituta/prostituição e produz sentidos relacionados à

¹⁷ Formulação recortada por Schlindwein (2009) do site www.davida.org.br.

legalização da prostituição enquanto profissão, no Brasil.

Esse funcionamento relaciona-se com a contradição presente nos cadastros analisados nesse trabalho. As marcas presentes demonstram o lugar da prostituição como profissão e ao mesmo tempo há uma forte interdição, que produzem sentidos ainda na atualidade.

Desse modo, vemos como a relação trabalho e corpo constitui o lugar do sacrifício, do sustento, do viver de acordo com as regras sociais (princípio da realidade), apagando (censurando) o corpo como instrumento de prazer (princípio do prazer), e também o interditando como instrumento de trabalho da prostituta, que, através do corpo, proporciona prazer.

Pensar no momento histórico em que as fichas foram produzidas, principalmente na cidade de Cáceres, produz sentidos sobre a funcionalidade dos cadastros das prostitutas que, por se tratar de um período condizente com o da Ditadura Militar, era, portanto, um instrumento de total controle da polícia.

Observemos a formulação, presente no cadastro acima (figura 5), que materializa esses sentidos:

Recebeu ordem dessa chefia para **abandonar o meretrício**.

Vejamos, então, que o período histórico dessas fichas compõe as condições de produção dos cadastros, pois ao formular **recebeu ordem dessa chefia** os sentidos que se produzem são os de que a polícia era quem controlava e quem determinava às mulheres prostitutas para **abandonar o meretrício**. Assim, estar no meretrício ou não era uma prática que necessitava receber autorização da polícia, enquanto aparelho de repressão e de controle do Estado.

O mesmo funcionamento pode ser visto nestes outros recortes:

(01) “É meretriz voluntariamente há 8 anos” (figura 5)

(02) “**Ninguém a força** a viver dessa profissão” (figura 6)

(03) “**Não vive constrangida** em sua profissão de meretriz.” (figura 4)¹⁸.

Observamos que essas formulações se constituem numa relação parafrástica e polissêmica. Para Orlandi (1998), o jogo sobre as regras da língua é o que afeta a repetição,

¹⁸ Retomamos a figura 4 no subcapítulo 3.1.

produzindo deslocamentos, que permitem, através da substituição, que o sentido possa a vir ser outro, afetando, desse modo, a materialidade discursiva. Esse mesmo funcionamento é o que se verifica quando observamos os excertos de (01), (02) e (03), porque não se trata de uma mera repetição, mas de deslocamentos que constituem sentidos novos.

Nesse caso, as formulações: (1) **É meretriz voluntariamente há 8 anos./** (2) **Ninguém a força a viver dessa profissão. /**(3) **Não vive constrangida em sua profissão de meretriz,** produzem efeitos que apaga e subsumi todo o caráter de indução social – fator sócio-econômico e cultural – que as próprias fichas produzem, pois quem pratica a prostituição voluntariamente o faz por desejo, por prazer, por qualquer outro aspecto em que o financeiro tem pouco ou nenhum valor. Essas formulações desobrigam e desresponsabilizam o Estado pela prática da prostituição.

Assim, praticar “voluntariamente” a prostituição é um funcionamento que apaga e silencia a condição social da mulher daquele momento histórico.

Desse modo, falar de escolha voluntária do meretrício produz efeitos paradoxais com a mulher de então, fazendo parecer que a prostituta rompia com todos os modos sociais de vida, não se colocando sob o jugo masculino, sendo independente, não se submetendo às ordens sociais vigentes e, assim, colocando-se à margem, instituindo para si a imagem de promiscuidade. Portanto, por não seguir as regras da sociedade, a prostituta fugia do lugar que lhe era socialmente destinado e passava a pagar o ônus de ser considerada como alguém que vive uma vida desregrada.

Dessa maneira, a liberdade para “escolher” se tornar meretriz, se é que ela existiu, retirou-a, por outro lado, da condição de mulher submissa e dependente, e conferiu-lhe a condição de uma mulher que é dona de sua própria vida, ou seja, a sua atividade de meretriz conferiu-lhe um sentido de escolha. No entanto, é preciso salientar que a posição sujeito policial interpreta as falas da prostituta, falando por ela, ao produzir as fichas, tratando-se, portanto, de um *discurso sobre* que permite a produção de tais sentidos. Desse modo, produz-se o silenciamento de todas as condições sociais e econômicas que levam a mulher a se prostituir, uma vez que os efeitos que suas formulações produzem acerca da imagem das prostitutas são os de mulheres que gostam desse tipo de vida, que não se sentem culpadas e que são obstinadas em fazerem o que sempre quiseram fazer. Esse efeito confere à mulher a condição de leviandade, pois optam por não mudar o que fazem e o fazem por prazer, por gosto ou por qualquer outra razão de menor valor.

Nessa direção, há uma transgressão das regras sociais, nas quais o sujeito não tem o

direito de não fazer nada, ele é assujeitado ao Estado, a um sistema capitalista que preza a produção, assim, enquanto um sujeito-de-direito, apesar de ter direitos, também possui deveres que condicionam o seu modo de vida. Nessa relação, o trabalho é marcado como lugar de desenvolvimento da sociedade. E se o sujeito não produz, se vive somente para o prazer, transgredir todas as regras sociais, marcando sua condição na sociedade como: leviano, “vagabundo”. De outro modo, para fugir a esse estigma, é necessário que sofra a interdição do prazer.

Trata-se, então, de um funcionamento que ao ser produzido nas fichas de qualificação colocam em circulação sentidos que são efeitos do trabalho ideológico. Segundo Orlandi (2007b, p. 115):

Todo sujeito, ao dizer, produz o que chamo um gesto mínimo de interpretação que é a inscrição de seu dizer no interdiscurso (no dizível) para que ele faça sentido. Aí trabalha um efeito ideológico elementar que está o fato de que todo discurso se liga a um discurso outro, por sua ausência necessária.

Ao se formular **É meretriz voluntariamente há 8 anos** (figura 5) – tem-se em funcionamento o sujeito de direito, aquele que “pensa” ser dono do seu dizer e do seu fazer. É, portanto, esse sujeito que é ressaltado nessa formulação, pelo funcionamento do advérbio de modo **voluntariamente**, que expressa o modo como se dá a prostituição, ou seja, por vontade do sujeito. Trata-se, pois de uma formulação que se filia ao discurso jurídico, uma vez que diz do sujeito de direito que pode, por sua livre e espontânea vontade, praticar a prostituição.

O uso do vocábulo **voluntariamente** produz ainda sentidos que se opõem à condição social da mulher daquela época, que vivia sob o jugo do marido e que atualmente rompeu com as “amarras masculinas”. A palavra **voluntariamente** carrega, então, o mesmo sentido que “voluntariosa”, ou seja, “aquela que age apenas ou principalmente segundo sua própria vontade”. O sujeito de direito é, nesse caso, um sujeito sem culpa, que age obstinadamente, que segue seus caprichos sem consideração à vontade de outrem para exercer a sua própria vontade, qual seja a de exercer a prostituição. Desse modo, a prostituição passa a ser atribuída à individualidade da prostituta, pois se é prostituta em razão de sua própria vontade, o que produz efeitos de desobrigação do Estado para com a prostituta/prostituição.

Nessa direção, os sentidos que se produzem sobre a mulher/meretriz, com a venda de seu próprio corpo, é o de que ela apaga a necessidade do exercício de uma profissão reconhecida em nome da sua “escolha”, do seu voluntarismo, da sua ausência de culpa. O

efeito que esse tipo de discurso produz é o de um sujeito que *pensa* ser dono de sua vontade e que *pensa* ser livre. É por essa razão que o seu dizer produz a ilusão de que a prostituta tem o controle sobre si e que não está sujeita às relações de poder, decorrentes dos modos de produção capitalista.

Compreendemos, assim, que há, nessa formulação, um processo de desresponsabilização do Estado, como já mostramos, pois se o sujeito policial registra que a prática da prostituição é um ato de vontade do sujeito, apaga, desse modo, toda a possibilidade de que ela seja decorrente das mazelas socioeconômicas das mulheres naquele período. Do mesmo modo, desresponsabiliza o aparelho repressor – a polícia – de qualquer ação, pois a prostituição não é crime, mas a indução, por terceiros, dessa prática é criminosa. Ora, se a prostituta afirma que sua ação de prostituir é voluntária ela isenta de qualquer responsabilidade o aparelho repressor e alguém que, eventualmente possa estar induzindo-a a tal prática.

Nas formulações (01), (02) e (03) notamos a mesma gradação, ou seja, são dizeres diferentes, mas que produzem os mesmos efeitos de sentido, qual seja o da não obrigatoriedade de ser meretriz. Porém, na formulação (03) – **Não vive constrangida em sua profissão de meretriz** –, além do dizer referir-se ao sujeito de direito, a formulação faz remissão também ao atravessamento do discurso jurídico pelo religioso, uma vez que coloca em funcionamento a noção de culpa, implicando que a prostituta deve constranger-se da atividade que realiza. Assim, em **não vive constrangida**, o funcionamento que se coloca é o de uma mulher que não se constrange, não sente culpa, não se deixa interpelar pelos sentidos instalados pela moral cristã que a prática da prostituição apaga. Trata-se de sentidos que, filiados a uma concepção da moral religiosa, colocam a mulher como alguém que deve manter-se pura, casta e desempenhando com qualidade o papel de boa mãe e esposa.

Assim, o efeito que a formulação produz é o de que as relações morais e sociais são subsumidas pelas econômicas, pois não há constrangimento pelo tipo de atividade que se pratica. Desse modo, ser meretriz, de um lado, é ter uma profissão e se colocar como produtiva em um sistema que exige a produção, daí o fato de **não viver constrangida**. Mas, por outro lado, a produtividade da prostituta realiza-se em algo interdito – o uso do próprio corpo para a obtenção/doação de prazer –, produzindo um deslize, uma contradição, pois o uso inadequado do corpo, ressaltado pelos valores morais e instituídos pelo discurso religioso, permanece produzindo seus efeitos e afirmando o estigma social para a prostituta, mesmo que ela seja considerada produtiva, conforme a ordem do sistema capitalista.

A contradição, no *discurso sobre* a meretriz, se produz, então, sob duas formações discursivas que se instituem como excludentes – o discurso jurídico e o religioso –, mas que, marcando um jogo de sentidos, constitui o dizer das fichas de registro das prostitutas.

Um exemplo, do atravessamento do discurso jurídico pelo religioso, pode ser visto na lei de 1940, que trata sobre o lenocínio, presente no Código Penal Brasileiro. Segundo Rodrigues (2004, p. 159), essa lei ainda não foi modificada em relação a certos dizeres que produzem sentidos em relação a moral social, pois nela encontram-se designações como **mulher honesta, mulher de vida dissoluta**, dando margem a que a lei se regule sobre esses preceitos morais sobre a mulher. Assim, uma das mudanças apontada pela autora, e que aqui nos serve de exemplo, é sobre a designação “Crimes contra os costumes”.

Embora ainda não tenha sido implementado, o Projeto da Reforma Penal que altera a parte especial do Código Penal apresenta algumas inovações importantes. Dentre essas deve-se destacar a adoção da denominação “*Crimes contra a dignidade*”, para se referir aos crimes de natureza sexual, em substituição a “*Crimes contra os costumes*”, utilizada no Código de 1940. Embora possa parecer, à primeira vista, uma modificação de menor importância, tal alteração revela um deslocamento importante na percepção relacionada a esses crimes, na medida em que detém o foco no indivíduo e sua dignidade em detrimento dos costumes e das representações disseminadas na sociedade (RODRIGUES, 2004, p. 159).

Nesse exemplo, percebemos como o discurso jurídico é atravessado pelo discurso da moral, da religião, pois o próprio termo “costumes” remete às regras morais da sociedade, tal como nos mostra a autora.

A noção de sujeito de direito, nesse caso, coloca em confluência o discurso jurídico com o religioso, portanto, pelas leis jurídicas, todas calcadas no discurso religioso, o sujeito de direito é sempre assujeitado e, tal como propõe a AD, possui a ilusão da unicidade.

Para o Código Penal Brasileiro, instituído pelo Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e ainda em vigor, o que predomina como crime é o lenocínio que é a indução de alguém à prática de prostituição. Nessa direção, o Artigo 227 defende que constitui crime contra os costumes *Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem*. Esse funcionamento do artigo está assegurado no recorte (01) – **É meretriz voluntariamente a 8 anos** – no qual a palavra **voluntariamente** relaciona-se ao que é disposto no CPB. Desse modo, determina-se sobre o ato de indução, de modo a que a situação desta mulher/prostituta torne-se descriminalizada, ou seja, a sua prática não constitua crime perante a lei. Do mesmo modo, a formulação no recorte (02) – **Ninguém a força a viver dessa profissão** – remete

também aos sentidos de indução e diz diretamente do rufianismo¹⁹, cuja prática se traduz em crime contra os costumes. Assim, há no cadastro policial essa recorrência a um funcionamento de afirmação de que é de livre vontade, é de sua escolha, o que produz como efeito a não constituição da prostituição como crime, ou seja, a não responsabilização do Estado sobre essa atividade. Desse modo, produz o silenciamento de todas as condições econômicas, sociais e pessoais que levam à mulher à prostituição, predominando, assim, o sentido de escolha nos cadastros.

Há, portanto, nos cadastros analisados, uma contradição fortemente marcada por esse lugar em que a prostituição se constitui: enquanto contravenção da ordem estabelecida, daí a necessidade do cadastro, e enquanto atividade legal, pois não há qualquer lei que criminalize a prostituição. Essa contradição perpassa por todos os dizeres sobre a mulher e a prostituição produzindo seus efeitos também na atualidade.

3.3. A materialização dos sentidos: a identificação da mulher como prostituta

A constituição da imagem feminina é atravessada por sentidos silenciados, sentidos cristalizados, sentidos postos em evidência pela ideologia, produzindo efeitos na atualidade. Nessa direção, a construção dos sentidos relacionados à condição feminina é marcada por uma contradição fortemente instalada por imaginários produzidos historicamente sobre a mulher. Assim, por mais que a mulher ocupe hoje um lugar na sociedade como cidadã, como provedora, como independente, os sentidos produzidos anteriormente em outro lugar continuam funcionando e produzindo essa multiplicidade de imagens sobre a mulher, principalmente em relação à sua aparência.

Nessa relação, a prostituta se constituiu/constitui também pelo seu modo de ser, de vestir, de agir, marcando uma separação entre a mulher honesta e a puta, como veremos a seguir.

Trazemos, então, três recortes para esta análise:

Texto 01

Nome: Maria N. M. – (Não tem vulgo)

OBSERVAÇÕES:

É de côr (sic) branca, tem os cabelos castanhos escuros, olhos castanhos

¹⁹ Segundo o Art. 230 o rufianismo se refere a ação de tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.

claros, nariz normal, estatura 1.65ctms., instrução primária, não tem defeito físico atualmente e como sinal particular visível, um sinal negro na face direita. **É de bôa** (sic) **aparência**.

É meretriz voluntariamente há 8 anos, sendo 6 em Corumbá.

Bailarina do “Bar Tropical”, no local onde mora.

Recebeu ordem (sic) desta Chefia para abandonar o meretrício e ausentou-se desta cidade. (02/12/1969) (Grifo nosso).

Texto 02

Nome: Cleonice. G.S. – Vulgo “Nicinha”

OBSERVAÇÕES:

Ficha aberta em 23-10-69.

É de côr parda, cabelos crespos, castanhos claros, agora oxigenados; boca pequena, altura 1,67; instrução nenhuma. Declara jamais ter sido processada. No meretrício há cerca de três anos. – Vive do meretrício por sua livre vontade. Desde 31/12/1969 **é a responsável pela casa onde mora** e cujo endereço consta desta ficha. (Grifo nosso).

Texto 03

Nome: Maria J.S. – Vulgo “Capichaba”

OBSERVAÇÕES:

Ficha aberta em 10/12/1969. É de côr morena, **de bôa** (sic) **aparência**, nariz afilado, boca pequena, olhos castanhos claros, cabelos também castanhos claros, **atualmente usa cabelos bem curtos**, 1,60 ctms. de altura, **sem instrução** sabendo apenas assinar o próprio nome, não tem defeito físico, mas ostenta um sinal de corte no rosto (lado esquerdo). Declarou **não ter nenhum vício** e nem tampouco tenha sido processada. **Vive voluntariamente** no meretrício. (Grifo nosso)

Em todos os registros que se denominam *ficha de qualificação*, observamos o emprego dos nomes, dos vulgos, o uso frequente de adjetivos e de substantivos relacionados a caracterizar a aparência dessas mulheres: branca, morena, parda, olhos castanhos escuros, cabelos castanhos claros, nariz normal, sinal negro na face direita, bailarina, Bar Tropical, etc.

Nessa perspectiva, os cadastros apresentam uma interessante formulação em relação à inscrição da mulher como meretriz: os “vulgos²⁰”. O vulgo inscrito no cadastro policial é o chamado “nome de guerra” – nome pelo qual é conhecida uma prostituta.

Assim, os registros policiais configuram-se, simbolicamente, como o espaço legítimo de enunciação e significam o lugar da autoridade, o lugar de poder dizer, de enunciar sobre o registrado. Nesse caso, as relações entre quem interpela e quem é interpelado são relações de tensão, marcadas pela obrigatoriedade de se registrar, tanto por parte da mulher quanto do prostíbulo e, ainda, pela Delegacia de Polícia, a instituição pública responsável pela

²⁰ Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss, a palavra *vulgo* refere-se ao que é popular, comum, vulgar, assim, em se tratando do nome, trata-se daquele pelo qual a pessoa é designada, conhecida, referenciada.

manutenção da ordem.

Nesse sentido, os “nomes de guerra” (apelidos) dessas mulheres nos espaços de prostituição, permitem que elas sejam identificadas como meretrizes. Ou, melhor dizendo, com os nomes de guerra, enunciados nos espaços do meretrício, se formam a partir da combinação dos nomes próprios, dados através do registro de nascimento e/ou de relações de determinação que especificam algo sobre a mulher-meretriz que se nomeia.

Desse modo, a designação, que se dá no momento em que se formula, trata-se da significação, enquanto algo próprio das relações linguísticas, enquanto uma relação tomada na história. Para Guimarães (2005, p. 91), “[...] designar é constituir significação como uma apreensão do real, que significa na linguagem na medida em que o dizer identifica este real para os sujeitos”.

Nos textos acima temos

Texto 02: Cleonice. G.S. – Vulgo “Nicinha”

Texto 03: Maria J. S. – Vulgo “Capichaba”

Como podemos observar, além do nome juridicamente instituído, a meretriz possui um outro nome, o vulgo, o nome de guerra, a partir do qual a mulher passa a ser identificada, apenas e tão somente, por esse nome no espaço de meretrício.

Portanto, há, nos cadastros, um processo de renomeação (Cleonice = Nicinha/ Maria = Capichaba), que, associado a outras marcas, produz efeito de que os vulgos – Nicinha e Capichaba – representam essas mulheres quando estão no ambiente do meretrício. Assim, o nome feminino reconhecido pelo Estado, o chamado nome jurídico é substituído por um nome mais conhecido, mais popular, mais vulgar, é o que denominamos de processo de vulgarização, ou seja, o nome próprio, o nome jurídico, é renomeado por um vulgo nos registros policiais, ou seja, é substituído por um nome mais conhecido e reconhecido pelo meio social no qual está inserida a mulher como meretriz.

Nos textos 02 e 03, a nomeação por um outro nome deve-se ao fato de a mulher ser, nos registros analisados, reconhecida como meretriz, pois, ter outro nome – o chamado “nome de guerra” – é se reconhecer como prostituta.

Em 02, o apelido funciona como uma especificação que individualiza ou atribui uma determinada característica a um indivíduo, desse modo, em 02 o vulgo designa a mulher por sua origem: “Capichaba”. O efeito de sentido que se produz, ao escolher outro nome, é o de que ao fazê-lo a prostituta escolhe uma outra identidade, separando a condição de sujeito

mulher socialmente aceita da condição de sujeito prostituta, como se no fato de renomeação houvesse uma desvinculação de uma condição da outra.

Nesse caso, temos a noção de identidade, entendida “[...] como um movimento na história”, conforme preconiza Orlandi (2005, p. 93). Trata-se, portanto, de um movimento que provoca deslocamento de sentidos em relação ao sujeito, pois ao tomar posição por um outro nome, a prostituta produz para si uma outra identidade que a situa no meio onde exerce a sua atividade²¹.

Por outro lado, no texto 01, constatamos que não há um vulgo atribuído a essa mulher. Assim, se afirmamos que há, pelo processo de nomeação, um duplo modo de identificação dessas mulheres pelo nome – o jurídico e o de “guerra” –, podemos afirmar que, no texto 1, um mesmo nome equivale à tomada dessas duas posições. Mesmo assim, há ainda uma dupla identidade – a da mulher boa e a da mulher má –, pois seu nome (o jurídico) significa nos dois lugares enunciativos, ou seja, a mulher se identifica pelo mesmo nome dentro e fora do meretrício, continuando a funcionar por um duplo: a mãe e a prostituta.

Nessa direção, o silenciamento da nomeação inicial, pelo vulgo, é necessário para produzir determinados sentidos, pois, neste caso, o silêncio é tomado como “[...] o lugar de [um] recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (ORLANDI, 2007, p. 13).

Desse modo, alguns nomes próprios de pessoas, por não condizerem com a posição do sujeito meretriz, são silenciados e quando não o são (como no texto 01), o mesmo nome passa a ser considerado em ambas as posições.

Rago (2008, p.269), ao analisar a prostituição em São Paulo no final do século XIX e início do XX, afirma que a mudança de nome era um fator comum a todas as mulheres que praticavam a prostituição:

[...] a mulher que entrava para esse universo [o da prostituição] passava por todo um ritual de iniciação. Mudava de nome, adotando apelidos simples e afrancesados, como Mimi, Lulu, Suely, Maria Cabaret, Jeannete, Lili das “Jóias”, Nenê Romano, etc. O significado simbólico dessa transferência de identidade é forte, pois ela vem acompanhada, de um lado, pela perda do sobrenome que vincula à família e, de outro, por toda uma metamorfose de

²¹ Do mesmo modo que as prostitutas, há na religião católica um ritual para a ordenação da freira, pois, ao se ordenar, ela muda de hábito, corta o cabelo, muda o nome, fazendo instituir, no ato de se ordenar, uma nova identidade: a da pessoa que abandona os modos mundanos de vida para assumir o “casamento com Cristo”, ver *Mulheres de corpo e alma: uma análise do discurso de freiras religiosas católicas e de prostitutas*, de Jandira Aquino Pilar disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares>.

sua identidade corporal.

Ao adotar o vulgo, a prostituta produz um apagamento do nome de família, como aponta a autora. Dessa maneira, não usar o nome da família funciona como um modo de poupá-la do estigma ocasionado pela atividade de prostituição.

Nos registros policiais é possível perceber como a mudança de nome também é acompanhada pela mudança na aparência das mulheres, conforme Rago (2008). Assim, essas mudanças se marcam em formulações como **cabelos crespos castanhos claros, agora oxigenados; atualmente usa cabelos bem curtos**. Vejamos como o uso dos advérbios **agora** e **atualmente** marcam a mudança na aparência da mulher que se torna prostituta. O interessante é que, em muitos casos, o momento do registro é aquele no qual o escrivão conhece a prostituta pela primeira vez, assim, marcar as mudanças pelos advérbios temporais – **agora** e **atualmente** – não diz do quanto o escrevente conheceu a prostituta anteriormente a sua atividade, mas diz de um funcionamento constitutivo da prostituição: a necessidade de a prostituta promover mudanças na aparência. Essas mudanças na aparência somadas às mudanças no nome próprio produzem efeitos de que a prostituta quer apagar qualquer forma de vinculação com sua vida anterior à prostituição.

Nessa perspectiva, a aparência e o vulgo tornam-se modos de marcar quem é a meretriz/puta e a mulher honesta/mãe²². Desse modo, a necessidade de modificação na aparência, tal como no nome, produz o efeito de que a atividade da prostituição é algo que se inscreve na aparência do sujeito, especialmente no rosto, mas mais do que isso, ser prostituta é dar visibilidade ao que não poderia aparecer em outras condições, é uma injunção, em que a aparência da prostituta não pode se relacionar com a mulher casta. Isso pode ser visibilizado pelo uso do véu em algumas sociedades e também pela ordem religiosa. Segundo Perrott (2003, p.21) o véu “[...] é o instrumento e o símbolo da invisibilidade e do silêncio impostos às mulheres em virtude do perigo que se crê que elas representam. O véu exprime, pois, o medo que os homens têm das mulheres e sua vontade de se apropriar de seus corpos”. Nessa direção, há um furo, demonstrando ao longo da história (e em outras sociedades) que, por mais que se busque esconder o corpo, há marcas que dão visibilidade à aparência feminina,

²² É interessante observar que a divisão entre **mulher** e **puta** – constituída historicamente – produz, como efeito, empregos diferenciados para as duas palavras, pois a palavra **prostituta/meretriz/puta** não carece do emprego do substantivo **mulher**, ou seja, para se referir à prostituta/meretriz/puta não é necessário o emprego antecipado da palavra **mulher**, como é necessário empregá-la, por exemplo, em **mulher honesta**.

produzindo um vazamento da sensualidade, da beleza, do prazer²³. Isso nos mostra que por mais que se busque restringir, censurar, interditar o prazer, ele aparece em algum lugar, porque é constitutivo do ser humano e sempre encontra modos de escape.

Em um outro trabalho nosso²⁴, apresentamos uma análise da música *Natasha*²⁵, cuja letra alude a uma prostituta que muda o nome (*Era Ana Paula agora é Natasha*), a cor do cabelo (*cabelo verde*), os modos de se aparentar e de se vestir (*tatuagem no pescoço. [...] Usa salto quinze e saia de borracha*), etc.

De acordo com Rago (2008, p. 269), “[...] trocando de nome, a prostituta mudava também a cor do cabelo e decotava as roupas, passava a se maquilar com mais extravagância, enfeitava-se com jóias que revelavam seu status, produzia marcas no corpo como tatuagens [...]”. Essas mudanças que condiziam com a condição de ser prostituta produzem ainda hoje os mesmos efeitos de sentido, se considerarmos, por exemplo, que a música *Natasha* é de 2001.

Desse modo, percebemos que o sujeito ao formular a aparência da prostituta precisa construir-lhe uma nova imagem, uma outra identidade, separando-a da condição de sujeito mulher para aproximá-la da condição de sujeito prostituta, promovendo um efeito de desvinculação de uma imagem da outra. Esse funcionamento, recorrente na maioria das fichas, produz um silenciamento da posição sujeito-mulher honesta para prevalecer a posição sujeito-prostituta, sujeito de vida dissoluta, embora, essas imagens (a da mãe e a da devassa) muitas vezes se confundem, até mesmo no próprio processo de cadastramento da prostituição.

No texto 01 temos: *É de cor (sic) branca, tem os cabelos castanhos escuros, olhos castanhos claros, nariz normal, estatura 1.65ctms, instrução primária, não tem defeito físico atualmente e como sinal particular visível, um sinal negro na face direita.*

Assim em 01, as formulações – **não tem defeito físico atualmente e como sinal particular visível, um sinal negro na face direita** – marcam novamente a importância na descrição da aparência. Nessa direção, o termo **atualmente**, nesse recorte, apresenta um outro

²³ É o caso das sociedades de indianos, de muçulmanos, nas quais a aparência da mulher é silenciada, escondida, mas, através de adereços, de maquilagem, das jóias, dos tecidos, há sempre algo que escapa, marcando o lugar do prazer.

²⁴ Trabalho apresentado no V ENALIHC (Encontro Nacional, Linguagem, História e Cultura), em junho de 2011, na cidade de Cáceres-MT.

²⁵ A música *Natasha* é uma composição de Dinho Ouro Preto e Alvin L, da banda *Capital Inicial* e fala sobre as transformações de uma mulher, produzindo efeitos de que ela passou a se prostituir: “Tem 17 anos e fugiu de casa. Às sete horas na manhã no dia errado. Levou na bolsa umas mentiras pra contar. Deixou pra trás os pais e o namorado. [...] Era Ana Paula, agora é Natasha. Usa salto quinze e saia de borracha [...] Tem sete vidas, mas ninguém sabe de nada. Carteira falsa com a idade adulterada [...]. Cabelo verde, tatuagem no pescoço. Um rosto novo, um corpo feito pro pecado”.

funcionamento, qual seja, o de algo que ainda não aconteceu, mas que poderá vir a ocorrer a qualquer momento, ou seja, a prostituta atualmente não tem defeito físico, mas, dados os riscos de sua profissão, pode vir a tê-lo a qualquer momento. Vejamos, pois, qual é o processo de cadastramento de qualquer pessoa: o cadastro informa se ela porta algum tipo de deficiência ou não, mas nenhum cadastrador usaria e expressão **não tem defeito físico atualmente**. O advérbio **atualmente**, no recorte, funciona, então, como um apagamento da atividade que o cadastrado exerce: a prostituição.

Do mesmo modo, a formulação **sinal particular visível** produz sentidos em relação à identificação da prostituta, portanto, podemos parafraseá-la por **sinal de identificação**. Assim, o **sinal negro na face direita** serve como marca de identificação da mulher como meretriz. Esse mesmo funcionamento aparece em um outro cadastro, na parte de observações, mas, pelo funcionamento da forma negativa: **não tem sinal que a identifique**.

Texto 04

OBSERVAÇÕES

Sabe ler e escrever, **não tem sinal que a identifique**, morena com 1,60 de altura, está no meretrício por livre vontade estadando (sic) em atividade no meretrício a cerca de 6 meses. **Tem um filho, ajudando sua família monetariamente**. (Grifo nosso)

Isso nos leva a pensar que, nesse caso, não há um sinal que a identifique como meretriz, pois não há uma marca através da qual o aparelho repressor do Estado (a polícia) possa identificá-la como tal. Do mesmo modo que, nos cadastros de presos, há uma recorrência à descrição da aparência, principalmente informando sobre a presença de tatuagens e de cicatrizes. Essas marcas vinculam-se à criminalidade, o preso é descrito para que assim, quando necessário a polícia, a sociedade possa identificá-lo. Nessa direção, o escrivão, ao descrever a aparência da prostituta, tenta registrar as marcas ou sinais próprios da prostituição, produzindo como efeito, nesse caso, o estabelecimento de vínculos entre a prostituição e o crime.

Esse mesmo funcionamento é materializado no texto 03 pela formulação **não tem defeito físico, mas ostenta um sinal de corte no rosto (lado esquerdo)**. Em relação ao primeiro texto, que formula um **sinal negro na face direita**, temos o efeito de que o sinal trata-se de algo natural, como uma pinta ou uma mancha. Já no texto 3, o sinal de identificação se relaciona a algo produzido, talvez por uma briga ou um acidente que tornou o rosto da prostituta marcado por uma cicatriz. De qualquer modo, a alusão à cicatriz produz um

efeito negativo, pois no mundo do crime, tal como os efeitos que o processo de fichamento faz produzir, as cicatrizes são associadas às práticas criminosas.

Outra característica marcada nos registros é em relação ao grau de escolaridade das prostitutas, assim nos recortes eleitos para análise temos:

Texto 01: [...] **instrução primária.**

Texto 02: [...] **instrução nenhuma.**

Texto 03: [...] **sem instrução** sabendo apenas assinar o próprio nome.

Essas formulações marcam que a maioria das mulheres que se prostituía, naquele momento, não possuía nenhuma escolarização, ou, se a possuísse era em um nível bem baixo. O que os recortes colocam em funcionamento, então, é o de que as mulheres que se prostituíam tinham pouco ou nenhum estudo, o que produz efeitos de que a classe social das prostitutas era, via de regra, baixa, ou seja, que prostituíam por necessidade.

Essa direção marca-se no texto 04 pela formulação: **Tem um filho, ajudando sua família monetariamente**, o que produz um efeito de que a meretriz vive nessa vida não porque quer, mas por necessidade, neste caso, a de sustentar a família e o filho, embora a maioria afirme que estão no meretrício voluntariamente.

Por outro lado, a definição do grau de escolaridade muda, no texto 4, no qual aparece a formulação: **Sabe ler e escrever**. O efeito que essa formulação produz, ao dizer que a prostituta **sabe ler e escrever**, ao invés de informar o seu grau de instrução, é o de que ela domina a língua portuguesa, que sabe ler e escrever e, desse modo, pratica o meretrício porque quer praticá-lo. Ou seja, trata-se de alguém que está no meretrício por opção, pois sabe, domina a leitura e a escrita. Contudo, lembramos que esses modos de dizer a prostituta e a prostituição se fazem através de um *discurso sobre*, portanto um discurso indireto, relatado, no qual o escritor funciona, ao interpretar os depoimentos das prostitutas, por interpelações histórico-ideológicas. Essa razão nos dificulta identificar até que ponto o nível de escolaridade das prostitutas fichadas em Cáceres-MT pode se atrelar à condição sócio-econômica e cultural das mesmas. Alguns estudos têm apontado que a prostituição ocorre em meios social, econômico e cultural baixos, embora haja prostitutas também nas outras classes econômicas. Para nós, analistas de discurso, o que temos para a análise são efeitos de sentidos que as formulações do escrevente produzem.

Outra formulação recorrente nos cadastros é relativa à “cor” da mulher: **branca, morena, parda**, o que dá visibilidade aos modos de constituição do povo brasileiro, um povo

marcado pela miscigenação. Contudo, segundo Del Priore (2006), no Brasil colônia, a mulata, a índia, e a branca (estrangeira) eram consideradas prostitutas, ou seja, basta que lembremos a saga dos eugenistas para entendermos o porquê da raça/origem associar-se à prostituição. De todo o modo, se eram ou não prostitutas é o que menos importa, pois, o que de fato conta são os modos como esses processos histórico-ideológicos constituem e fazem prevalecer um imaginário sobre a mulher brasileira, relacionando-a à prostituição. Assim, para os colonizadores, a prostituição estava relacionada à condição de ser mulher e não propriamente à cor da pele, ou a origem ou a condição social, porque o simples fato de ser mulher implicava já em um caminho possível para a prostituição.

Para tentar mudar esse imaginário foi necessária uma moralização extremada no país, fazendo marcar, pelo processo de fichamento, a mulher de vida dissoluta da mulher-mãe. É, portanto, esse funcionamento que está presente nos cadastros policiais, pois as fichas colocam em funcionamento uma diferença entre a meretriz e a mulher honesta, visto que esta última deveria comportar-se diferentemente daquela, assim, a meretriz serviu também como parâmetro para conformar os limites do comportamento feminino, assegurando o que era correto ou não aos modos de se comportar da época, porque o comportamento feminino sofria uma grande mudança, especialmente a partir no século XX. Segundo Rago (1991), o período de 1890 a 1930, serviu para instalar o movimento feminista no Brasil, embora, até mesmo as feministas alertassem as mulheres para terem cuidado para não se parecerem com as “mulheres da vida”²⁶.

Diante disso, compreendemos que a imagem da meretriz evoca sentidos não somente em relação à mulher que se prostitui, mas também às mulheres que não fazem parte dessa vida. A imagem da meretriz é associada à beleza, à sensualidade, mas também à imoralidade. Diferentemente da dona de casa que era considerada o símbolo da pureza, a imagem da mãe, da santa, a qual não se podia atribuir sensualidade. Assim, a imagem de libertina, da meretriz, não poderia ser associada à imagem de mãe. Com base nessa constatação, verificamos que, a imagem da meretriz também se inscreve como “mãe” nos registros analisados, porém, de modo a afirmar que a meretriz, conforme a moral social, não está apta, não corresponde à imagem da mãe, tal como concebida pela moral social.

²⁶ Era e é muito comum ainda hoje as mulheres sofrer algum tipo de violência sexual e serem ainda responsabilizadas pelos seus modos de vestir, de se portar, etc. A “Marcha das vadias”, ocorrida em 3 de abril de 2011, em Toronto, no Canadá é um exemplo desse funcionamento, pois as autoridades locais responsabilizavam as mulheres pelos atentados sexuais que sofriam, alegando que elas deveriam evitar andar como vadias”

Observemos como isso ocorre nos textos 05 e 06:

Texto 05

OBSERVAÇÕES:

Ficha aberta em 26-9-69. É de côr branca, olhos pretos, claros, nariz normal, boca maior que o normal, cabelos louros, oxigenados. Altura 1,58, não apresenta sinal visível. **É casada e separada de seu marido, tendo, digo, separada cêrca de 4 anos, tendo dois filhos da união, de 7 e 4 anos de idade.** (Grifo nosso)

Texto 06

OBSERVAÇÕES

Ficha aberta em 21/1/970. É de côr branca, cabelos oxigenados, olhos castanhos claros, nariz grosso, boca normal, bôa aparência, compleição franzina e não tem sinais particulares visíveis nem defeito físico. **É separada do marido, tem um filho menor que se encontra em companhia de uma tia em Várzea Grande.**

Nesse sentido, há no registro a mulher descrita em sua vida social, enquanto mãe, esposa, uma cidadã comum, o que produz a imagem de mulher mãe para a prostituta. Assim, o registro busca marcar também a condição social da mulher que se prostitui, isto é, mostra características de mãe, de esposa, ou seja, aspectos que marcam sua vida dentro dos parâmetros e das normas sociais.

Do mesmo modo, no texto 06, o fato de o registro assegurar que o filho não vive com a mãe, marca o lugar da meretriz cujo efeito é o de uma mulher que não segue os preceitos morais, ou seja, por mais que tenha tido um filho, abandona-o para se prostituir. Desse modo, deixa de agir conforme a moral social vigente e, portanto, abandona a condição de mãe. As formulações nas fichas funcionam, então, de modo a produzir efeitos paradoxais, pois, ao mesmo tempo em que confere à mulher prostituta a condição de mãe, produzem efeitos de desresponsabilização dessa sobre os filhos, produzindo sentidos que afastam a imagem da mulher-prostituta da mulher-mãe, uma vez que a imagem de libertina da meretriz, não pode ser associada à imagem de mãe.

Como vimos durante o percurso histórico, tem-se no imaginário do que seja a mulher-mãe uma pessoa boa, dedicada, desvelada, ou seja, é a imagem idealizada da “santa”, comparada à Virgem Maria, marcada pelo discurso religioso, como mostramos. Por esse motivo, a imagem da prostituta dificilmente poderá vincular-se à imagem de mãe, tal como aquela imagem ditada pela moral cristã.

Apesar de a meretriz ser inscrita nas fichas também como mãe, o efeito que essa maternidade lhe produz é o da desresponsabilização pelo filho, pois, por mais que ela diga que

o(s) filho(s) está(ão) sendo cuidado(s) por outras pessoas enquanto ela lhe(s) provê o sustento, o papel de mãe não lhe cabe, uma vez que ela “optou” pela prostituição.

Assim, o aparente paradoxo de papéis que a prostituta desempenha (o de mãe e o de devassa) é subsumido, nas fichas, como o da mulher que, se porventura, tiver filhos é para abandoná-los à própria sorte, porque a condição de mãe não lhe é outorgada pela moral social. Ou seja, não lhe é concedido a dualidade de papéis, pois ou se é prostituta ou se é mãe, desse modo, o difundido discurso religioso de que o papel de toda mulher é ser mãe, funciona como uma restrição à prostituta, porque ao dizer que toda mulher tem por papel a maternidade, o efeito moralizante que essa formulação produz é o de que toda mulher deve ser esposa, dona de casa, submissa, etc.

Os sentidos produzidos por esses dizeres remetem ao discurso da moral cristã, no qual a imagem de mãe, que sustenta seus filhos marca-se como causa e efeito. Nessa direção, a mulher que se prostitui, e que também é mãe, não o faz por necessidade, mas sim por um processo de desresponsabilização por sua própria prole. Assim, a ficha, ao afirmar a prostituição como um ato de vontade, apaga a necessidade de produção do dinheiro para colocá-la como gosto ou desejo daquela que a pratica, sentidos que são reiterados nas fichas. A noção de necessidade permitiria compreendê-la em decorrência das condições sociais da prostituta, mas não são esses em efeitos produzidos pelas fichas. Desse modo, a formulação – **é separada do marido, tem um filho menor que se encontra em companhia de uma tia em Várzea Grande** – produz o efeito de irresponsabilidade sobre o filho gerado, pois o que serviria como justificativa para a prostituição – **é separada, tem um filho, precisa mantê-lo** – funciona como um descompromisso com o casamento e a prole dele advinda. Ou seja, o que serviria como justificativa para amparar a atividade de prostituição funciona na ficha como culpa, como irresponsabilidade, como descompromisso com o “sagrado papel da maternidade”. O que em qualquer outra atividade justificaria o ato – por exemplo, roubou para alimentar os filhos –, nas fichas funciona como culpabilização. Mesmo a discursividade religiosa do perdão não alcança a prostituta, ou seja, a ela não é concedido o perdão, mesmo pelo discurso religioso que perdoa o infrator que mostra culpa, remorso, arrependimento.

Desse modo, o que se aparentou como uma dualidade constitutiva na imagem feminina, a de mãe e de prostituta, é na verdade uma construção histórica da divisão entre a mulher e a prostituta, como se a prostituta não fosse mulher, pois não realiza o que é esperado pela sociedade. Percebemos, portanto, uma tentativa de silenciar na prostituta a condição feminina, de silenciar o papel de mãe, de apagar as imagens historicamente construídas para a

mulher: a imagem de casta, de mãe, de esposa, de submissa, de assexuada, para prevalecer, na prostituta, a imagem da luxúria, do desvio, da transgressão.

Assim, os efeitos que as fichas produzem são os de que há, no contexto da prostituição, toda uma memória que faz funcionar a mulher libertina, lasciva e pecadora em oposição a uma memória, presente na moral social, que faz funcionar a mulher honesta, a mãe, a dona de casa. São esses efeitos em oposição que constituem a imagem feminina. Esse funcionamento em oposição marca, pelo silenciamento da imagem da prostituta, a imagem da mulher pura, casta e vice-versa. Daí a necessidade de o sujeito policial marcar essa distinção pela aparência, pelo nome, pela forma de uma e de outra se comportar.

Nesse sentido, as imagens construídas para a mulher produzem o efeito de distanciamento entre o que é ser mulher e o que é ser prostituta, pois, como vimos, foi se construindo histórico e ideologicamente a diferenciação, ou seja, a divisão entre a mulher e a prostituta, como se a prostituta não pudesse ser mulher-mãe, esposa, cidadã. Há desse modo, uma tentativa de silenciar o lugar da prostituta como mulher, produzindo o sentido de que ser mulher não condiz com as atividades da prostituta/prostituição.

Nessa mesma direção, Leite (2009) afirma, em entrevista ao Programa Roda Viva²⁷, que “[...] prostituta é acima de tudo também mulher como outra qualquer”. Percebemos, então, a necessidade de reforçar a condição de ser mulher, como se ser prostituta não fosse condizente com a condição feminina. Assim, o uso do termo **também**, na formulação de Leite, produz o efeito de inclusão da mulher-prostituta à condição de qualquer outra mulher. Essa necessidade de inclusão produz para a prostituta/prostituição o lugar do não pertencimento, o lugar do apagamento do papel social atribuído à condição feminina. Ou seja, é o funcionamento de interdição da mulher prostituta à condição de mulher que leva a entrevistada a dizer que ela também é mulher como qualquer outra: mulher-mãe, mulher-esposa, mulher-cidadã.

Desse modo, o efeito que o termo **também** produz é o de tentar apagar o preconceito, o estigma social (marcado por uma memória da prostituta como mulher da vida, transgressora das regras sociais e morais), incluindo a prostituta na fruição dos direitos e dos deveres assegurados à mulher, isto é, ser prostituta não implica na necessidade de um outro nome, de uma outra aparência.

Entrementes, o que é colocado em funcionamento é o fato de que a prostituta tem

²⁷ Entrevista realizada em 01 de junho de 2009, pelo programa **Roda Viva**, disponível no site: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/723/entrevistados/gabriela_leite_2009.htm, acessado em maio de 2011.

uma aparência, uma marca no corpo que a impede de pertencer, de se incluir, daí a entrevistada dizer que ela **também é mulher**. O que demonstra todo o estigma social que a prostituta sofre, fazendo com que a prostituta lute e busque, através de várias instituições, sua identidade social como mulher, como outra qualquer, com direitos e deveres iguais a qualquer cidadão.

Por isso, o termo **também**, produz efeitos relacionados com sentidos já dados e cristalizados sobre a prostituição. Assim, essa necessidade de afirmação é a tentativa de ser igual a qualquer mulher, é a tentativa de romper com toda uma memória sobre a prostituta que carrega sentidos negativos sobre a mesma. Dizer **também**, nesse caso, coloca em circulação uma dada memória sobre a prostituição, que é passada, mas não esquecida. Dessa maneira, o gesto da prostituta, ao se incluir à condição de mulher, produz efeitos que visam a silenciar essa memória constitutiva da prostituta/prostituição, instalando novos sentidos às condições atuais das prostitutas: a da luta pelos direitos de serem reconhecidas como trabalhadoras e como mulheres, iguais a quaisquer outras²⁸. A contradição, produzida pelo termo **também**, é, então, um deslocamento, “[...] um outro sentido, realizado no mesmo espaço dos sentidos estabilizados [...]” (LAGAZZI, 2011, p. 278), o que permitiria produzir, como efeitos de sentido, dizeres sobre a prostituta que não seriam mais estigmatizados e sim reconhecidos como uma profissional, como uma mulher. No entanto, a necessidade de afirmação da inclusão, pelo emprego do termo **também**, marca o lugar do estigma social produzindo fortemente seus efeitos.

Nessa relação, a condição feminina se atravessa não mais por um *eterno feminino*, mas sim por uma contradição fortemente marcada entre o prazer e a obrigação social, constituindo para a prostituição uma contradição que não se soluciona entre a moral social x o prazer, e o corpo x o trabalho.

²⁸ Como já dissemos, Leite é uma ex-prostituta que luta por espaço e reconhecimento dessas mulheres. Para maiores esclarecimentos, acessar o site da ONG Davida (www.davida.org.br).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que percorremos até aqui nos mostrou como a língua está sujeita ao equívoco, à falha, permitindo a produção dos sentidos. Assim, pudemos verificar como a imagem da mulher se constituiu, em um determinado momento, de acordo com as condições sociais e históricas, que permitem, na atualidade, que sentidos sejam silenciados e outros sejam postos em funcionamento. É, pois, na formulação que se instala o acontecimento discursivo, atualizando e, ao mesmo tempo, reproduzindo sentidos:

É na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde). Momento de sua definição: corpo e emoções da/na linguagem. Sulcos no solo de dizer. Trilhas. Materialização da voz em sentidos, do gesto da mão em escrita, em traço, em signo. Do olhar, do trejeito, da tomada do corpo pela significação. E o inverso: os sentidos tomando corpo. Na formulação – pelo equívoco, falha da língua inscrita na história – corpo e sentido se atravessam (ORLANDI, 2005, p. 9).

Desse modo, é nessa relação corpo-sentido que os sentidos se constituem e são atravessados por dizeres cristalizados, da mesma forma que a mulher, constituída pela prostituição, é atravessada por sentidos que colocam em relação corpo e trabalho, permitindo que esses “sentidos [que se] tornam corpo” se instalem, através da falha da língua, do equívoco, e, principalmente, nesse estudo, através da contradição constitutivamente presente na relação da imagem feminina com o trabalho e com o prazer.

Dessa maneira, durante nosso percurso de análise, tentando compreender os efeitos do histórico-ideológico no social, dando visibilidade ao imaginário que se instituiu em relação à mulher na história da prostituição:

- a prostituição sagrada, marcando a condição da prostituta, como deusa, através da maternidade.
- o período Clássico, a Antiguidade, especificamente na Grécia e Roma, opondo a imagem da mulher entre a Boa Mulher e a Má Mulher, dividindo-as entre esposas ou prostitutas.
- a visão bíblico-cristã, presente na Idade Média, marcando a dualidade entre a pecadora e a santa, entre Eva/Maria Madalena e a Virgem Maria.
- a consolidação da oposição entre a mulher pecadora e a santa, presente nos séculos seguintes, inclusive no século XIX, em que o papel da mulher era o

de esposa fiel e de boa mãe e dona de casa. Desse modo, para essa mulher, a sexualidade feminina era algo inexistente, ou seja, a mulher era tratada como sendo assexuada, ou seja, havia uma “castração” da sua sexualidade.

- no século XX, Freud (1930) coloca o ser humano como regulado por dois princípios: o do **prazer** e o da **realidade**, marcando uma dualidade constitutiva para a ordem do humano por um duplo de desejos: o de ser feliz (princípio do prazer) e o de regular-se pelas normas, regras e convenções sociais (princípio da realidade). Esse duplo atravessamento, uma decorrência direta do processo civilizatório, produziu na espécie humana a necessidade de apagar o prazer primitivista para a consecução da vida em sociedade, mas nem toda a repressão dos desejos apaga no humano a necessidade constitutiva do prazer.

O funcionamento desses processos histórico-ideológicos marca a imagem da mulher por uma oposição que lhe é constitutiva. Assim, pela ordem do discurso, temos, de um lado, a mulher submissa, a mãe, a casta, a santa que se opõe à imagem da prostituta, da profana, da devassa, instalando uma dualidade constitutiva entre a mãe e a puta. Esse funcionamento também está presente na história do Brasil permitindo a construção de sentidos sobre a mulher calcados em uma relação dual e contraditória: a condição de obrigação social (mãe, esposa, etc.) e de prazer (prostituta, “mulher da vida”), efeitos que se produzem até os dias atuais.

Essa construção de sentidos sobre a mulher marca-se por um imaginário social, que se materializa nos modos de produção dos cadastros policiais, permitindo que compreendamos que a língua se marca pela incompletude, ou seja, o sentido pode sempre vir a ser outro. Nessa direção, os funcionamentos em torno da condição feminina marcam-se por fortes estigmas sociais, que estão arraigados nas relações sociais, fazendo produzir, sobre a prostituta, um apagamento da função precípua da mulher: a maternidade. Ou, dito de outro modo, apesar de o sentido poder ser sempre outro, a ideologia, marcada pelos modos de produção capitalista e pelos efeitos de uma moral social-cristã, assegura a manutenção e a tutela dos sentidos, cristalizando modos de dizer a prostituta/prostituição.

Pela análise dos cadastros policiais, das décadas de 60 e 70, pudemos compreender, então, como a prostituição se constituiu na cidade de Cáceres-MT, sendo afetada por condições que intervêm na forma como a prostituição se dá, uma vez que, apesar de se tratar de uma região de fronteira, distante dos centros econômicos do país, desenvolve uma prostituição que se equipara a que é praticada em outras regiões, estados e países, o que nos

possibilita afirmar que os sentidos produzidos sobre a prostituta/prostituição se colocam como efeito de um controle estabelecido pelo poder econômico e social.

Payer (2005) mostra-nos como a condição do sujeito foi mudando ao longo da história, de acordo com as condições de produção da sociedade em cada momento. Assim, ressalta os modos de assujeitamento às leis da religião, a partir da qual o sujeito devia ser obediente e teria como punição para os seus erros a perdição eterna. O deslocamento histórico que se processa, com o passar do tempo, é o de que o sujeito coloca em latência os ditames religiosos para assumir os do Estado. Assim, passa a assujeitar-se a este, devendo-lhe obediência, através das leis jurídicas, que lhe assegura a prisão como punição, ou seja, o padecimento se faz sobre o corpo que passa a ser objeto de privação. De todo o modo, os efeitos da moral social-cristã continuam a se produzir.

Desse modo, a autora nos fala dos textos que marcam o sujeito contemporâneo: “[...] o livro sagrado [que] constitui-se como o Texto fundamental da prática discursiva religiosa, [...] a Constituição (códigos de leis) figura como o Texto fundamental do Estado, na Modernidade” (PAYER, 2005, p. 15). Esses dois grandes textos configuram um outro texto que marca as relações entre a linguagem e a sociedade, entre os sujeitos e a produção dos sentidos: “[...] *Este grande texto da atualidade, [...] consiste da Mídia, daquilo que está na mídia, em um sentido amplo, e em especial no marketing, na publicidade*” (op.cit, p. 15-16, itálico da autora).

Dessa forma, vemos como os sentidos em torno da prostituta/prostituição foram sendo construídos, através de uma moral religiosa, marcada pelo assujeitamento do homem à Igreja, e através dos modos de produção capitalista, que assujeitou o indivíduo ao Estado, através do Direito, pelas leis jurídicas. Nessas condições, os discursos da moral e da sociedade passaram a relacionar-se com os sentidos que atualmente são produzidos para a condição da mulher. Inclusive, esse novo sujeito, do qual fala Payer (2005), o Mercado, propicia e ainda propiciará o modo como se dá as relações referentes à condição feminina, sem apagar, contudo, os efeitos da moral social-cristã.

Nessa direção, poderíamos dizer que, atualmente, os sentidos são os mesmos e são outros, como deveriam ser. Ou seja, no batimento entre a paráfrase e a polissemia, a prostituição alcançou status de ocupação, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), mas ainda não se coloca como profissão, no Brasil, apesar de haver, já há muito tempo, vários projetos de lei com tal finalidade. Mas, mesmo esse funcionamento moroso tem uma razão de ser, pois o trabalho com o corpo deve dignificar o homem e não produzir-lhe prazer. Assim, a

negação do status de profissão à prostituta funciona como um castigo, uma punição, pois as regalias conquistadas pelas profissões não devem alcançar as mulheres que usam o corpo para sentir/dar prazer. Assim, há avanço e há retrocessos, há o mesmo e o diferente, há sentidos novos e sentidos recorrentes em relação às prostitutas/prostituição, pois a sua força de trabalho não pode/deve ser considerada como dignificante, mesmo com tantas ONG's, mesmo com tantos projetos de lei do legislativo, mesmo com tanta luta pela causa.

Os modos de funcionamento capitalista de lidar com as situações sociais poderiam até elevar a prostituição à condição de profissão, uma vez que, nesses modos de produção, o lado econômico é o que tende a prevalecer. Contudo, é importante assinalar que o discurso que prevalece sobre a prostituta/prostituição é o da moral, o da religião, principalmente pelo poder legislativo do país que, ainda hoje, interpelado por essas discursividades moralizantes, vota contra a legalização da prostituição adulta como profissão.

A colocação da prostituição como profissão asseguraria formas legitimadas à prostituta de estar no social, pelos modos de produção capitalista, o que seria um ganho para a categoria, uma vez que passaria a se constituir pelo mercado. Contudo, por mais avanços que essa situação econômica pudesse assegurar à classe, do ponto de vista da aceitação social, a sua atividade continuaria a ser considerada motivo de rechaço, pois, muito pouco ou nada se avançou em relação ao funcionamento que a prostituta tem para o social. Ou seja, a sua simples presença macula a imagem da mulher honesta, dona de casa, mãe, esposa, tornando-se necessário mantê-la afastada de qualquer forma de convívio.

Esse mesmo entendimento é corroborado pelas fichas que compõem os cadastros policiais das décadas de 60 e 70, em Cáceres-MT, conforme mostrou nossa análise:

- seu funcionamento é contraditório, pelo fato de o registro da prostituta ser feito em um cadastro policial (órgão repressor e regulador) e, ao mesmo tempo, haver uma lei que assegura que a sua atividade não é crime.
- a prostituição ora é marcada como profissão ora não, produzindo uma dualidade que é constitutiva dessa atividade, pois pela ordem do mercado a prostituta é produtiva, mas pela ordem da moral social-cristã, ela não pode alcançar o status de profissão.
- ao dizer que se está na prostituição “voluntariamente” produz-se como efeito uma desresponsabilização do Estado sobre a prostituta/prostituição, ao mesmo tempo em que produz um rechaço ainda maior sobre a prostituta, pois a assunção desse modo de estar na prostituição se faz pela necessidade

de sentir/dar prazer e não pela necessidade.

- o vulgo e a aparência constituem-se como modos de marcar a dualidade feminina, colocando, pela aparência e pelo apagamento do nome de família, a meretriz/puta de um lado, e a mulher honesta/mãe, de outro.
- o corpo constitui-se, pelo apelo à aparência, como o espaço de visibilidade da condição de prostituta à mulher, pois se marca como o lugar de escape da sensualidade, da beleza, do prazer.
- a interdição da prostituição como profissão se faz sobre a relação trabalho x corpo, pois o corpo que trabalha “honestamente” sofre e por essa razão é dignificado, por outro lado, o corpo que trabalha na prostituição produz-se como um espaço de sentir/dar prazer.
- o aparente paradoxo de papéis que a prostituta desempenha (o de mãe e o de devassa) é subsumido, nas fichas, pois não se concede à prostituta a assunção do papel de mãe. Assim, quando se afirma como mãe, o efeito que produz é o de irresponsabilidade para com sua prole, pois os papéis de mãe e de prostituta não se conciliam, ou seja, ou se é prostituta ou se é mãe.

Desse modo, mostramos como os sentidos em relação à condição da prostituta se atravessam de uma divisão/oposição constitutiva entre a mulher boa e a mulher má, entre a pecadora e a submissa. Assim, é principalmente a instituição histórico-ideológica dessa divisão/oposição que produz, nos cadastros, um estranhamento quando a prostituta diz ter filhos. Dessa maneira, essa maternidade é discursivizada pelo escrivão de modo a produzir efeitos de sentido de que a maternidade não se produz da mesma forma entre a mulher da vida e a mulher honesta. Ou seja, há, nos modos de inscrevê-la nas fichas, um funcionamento atravessado pela moral social-cristã, por uma ideologia que põe em evidência sentidos que incompatibilizam a sua atividade com a maternidade.

Nessa direção, os efeitos de sentido produzidos não são novos, pois repetem o que a moral social reservou à prostituta, restringindo sua atividade a sua condição de estar no mundo, assim, os efeitos produzidos se fazem por sentidos histórico-ideologicamente marcados, funcionando na ficha pelo efeito imaginário de unidade – à prostituta não é reservado o direito à maternidade.

A dualidade constitutiva da imagem feminina, que une e que separa em categorias as mulheres, produz efeitos de uma apartação inconciliável entre a mulher-mãe e a mulher-prostituta, produzindo sobre a prostituta-mãe um rechaço, pois ela se traduz como um ninho

de contradições que afronta sentidos que instalaram a própria condição feminina.

Essa contradição intransponível nos propiciou compreender que, nos cadastros,

- o lugar do discurso jurídico barra no social a sexualidade/prazer, confrontando-a com os sentidos instalados pela moral social-cristã.
- a aparência feminina faz reverberar o discurso da sexualidade/prazer, de um lado, pela aparência que se confere à prostituta, ou o discurso da moral social-cristã, de outro, pela aparência da mulher casta.
- a relação constitutiva do homem, marcada pelo princípio do prazer e o princípio da realidade (FREUD, 1930), interdita ao próprio homem, pelos ditames da civilização, a vivência plena do prazer. Assim, a produção de sentidos em relação à prostituição produz efeitos de que a prostituta se regula pelo prazer, o que já a coloca como fora da civilidade, da sociedade.
- o sentido não é único, sempre pode vir a ser outro, mas, segundo Orlandi (2002), a divisão entre a mulher honesta e a mulher puta permanecerá, enquanto as relações sociais forem as mesmas.
- a interdição do uso do corpo na relação com o trabalho, visando a sentir/dar prazer, produz uma contradição permanente para a prostituta, pois ela constitui-se na contramão dos valores morais e mesmo do sistema capitalista, uma vez que ela produz, mas a sua forma de produção não é aceita.

Nesse sentido, a contradição, que se colocou presente em todos os dizeres sobre a prostituta nesse trabalho, instala-se por uma oposição constitutiva da imagem da mulher como boa e como má e estende seus efeitos sobre as relações que ela estabelece: com o trabalho opondo-o ao prazer, pois a imagem da meretriz está associada a necessidades primitivas de prazer, de devassidão e de luxúria, consideradas pecado (pelo viés cristão) e transgressão (pelo viés da moral social); com a atividade de prostituição opondo-se frontalmente ao papel de mãe, assegurado às mulheres; com os modos de comportar, de aparentar e de se nominar.

Ser prostituta, tanto na época dos cadastros quanto na atualidade, é colocar-se na visibilidade da contradição, é colocar-se na esfera primitivista, é confrontar permanentemente as relações sociais, as relações de trabalho, os modos de uso do corpo, fazendo dele um espaço de prazer, é negar-se como mulher-mãe, uma vez que lhe é negada a maternidade. Ou seja, a prostituta se constituiu e se constitui como o lugar do silenciado, do interdito, do

proibido pela sociedade, mas que, ao mesmo tempo, escapa como um subproduto social, através do deslize, da contradição. Assim, ela se institui como parte da sociedade, mas pelo avesso dela, pois seus modos de estar no mundo confronta-se com o que é da ordem da sociedade/civilidade, que se marca pelos valores morais, cujo funcionamento configura-se pelo incessante apagamento do prazer, como se ele não existisse ou não fizesse parte constitutiva do ser humano. É, então, o sentir/dar prazer que mais confronta a atividade da prostituta com tudo aquilo que insere o homem na ordem do social: o trabalho, a família, a aparência. São seus modos de colocar-se em sociedade que fere, avilta, afronta o social, conferindo à prostituta/prostituição um modo de inserção no social pela permanente contradição e equívoco.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes – 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- ALENCAR, J. **Lucíola**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ARRUDA, S. A.R.; OLIVEIRA, M. E. N.; SOUZA, C. P. M. “O feminino: articulação do social como regime de verdade”. In: **III Fórum de Educação e Diversidade**: educação em contexto intercultural, Pontes e Lacerda, UNEMAT, 2008. Acessado em http://need.unemat.br/3_forum/artigos/18.pdf, em 10 de maio de 2010.
- AZEVEDO, A. **O Cortiço**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- BATISTA, E. “Que país é este?”: *O Cortiço* revisitado. In: **Revista Alêre**. Revista do Núcleo da Literatura de Mato Grosso *Wladimir Dias-Pino*. Nº 3, 2011. Acessado em <http://www2.unemat.br/literaturamt/revista-ale/docs/terceiro/Que-pais-e-esse.pdf>, em 10 dezembro de 2011.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. A experiência vivida. v 2. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BUENO, M. **A origem curiosa das palavras e/ou dos significados**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- CHAUÍ, M. **Repressão sexual**: essa nossa (des) conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHEVALIER, J. ; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). 17ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- COURTINE, J.J. ; HAROCHE, C. **A história do rosto**: exprimir e calar suas emoções (do século XVI ao início do século XIX). Tradução de Ana Moura. Lisboa: Teorema Editorial LTDA, 1988.
- DEL PRIORE, M. **História do Amor no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- DHOQUOIS, R. “O direito do trabalho e o corpo da mulher (França: séculos XIX e XX) Proteção da produtora ou da reprodutora?” In: MATOS, Maria. Izilda S, SOLHET, Rachel. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA, J. C. V. **Mato Grosso e Seus Municípios**. Cuiabá, MT – Secretaria de Estado da

Educação: Editora Buriti, 2001.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 18ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. tradução Raquel Ramallete. 35ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

FREUD, S. (1930). “O mal-estar na civilização”. In **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1974.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. 2ª ed. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Editora RG, 2010.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi com a colaboração de Freda Indursky e Marise Manoel. São Paulo: Editora HUCITEC, 1992.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

_____. “Análise de discurso: a materialidade significativa na história”. In: DI RENZO (et. al.) **Linguagem, História e Memória: discursos em movimento**. Campinas, SP: Pontes, 2011.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. “Texto e Autoria”. In: ORLANDI, Eni P. LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (org). **Introdução às ciências da linguagem**. Discurso e textualidade. 2ª ed.: Campinas, SP: Pontes, 2010.

LEITE, G S. **Filha, mãe, avó e puta: A história da mulher que decidiu ser prostituta**. Em depoimento a Márcia Zanelatto. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEITE, L. P. P. **Vila Maria dos meus maiores**. São Paulo, 1978.

MALUF-SOUZA, O. **As condições de produção dos laudos periciais de indivíduos com suspeição de indivíduos com suspeição de insanidade mental**. Campinas, SP, 2000. Dissertação de Mestrado.

MARSARO, F. P. **Análise do verbete “meretriz” em dicionários de Língua Portuguesa**. Língua, Literatura e Ensino – Maio/2007 – Vol. II. (www.iel.unicamp.br/revista/index.php/le/article/view/43/36, acessado em março de 2010).

MENDES, N. F. **História de Cáceres**: história da administração municipal. Tomo I. Cáceres, 1973.

MURPHY, E. **História dos grandes bordéis do mundo**. Tradução de Heloísa Jahn. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

ORLANDI, E. P. “Lexicografia Discursiva”. In: ORLANDI, E. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias do Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. “Preconceito”. In: ORLANDI, E. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias do Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7ª ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2007a.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007b.

_____. “A linguagem em revista: a mulher-fêmea”. In: **A Linguagem e seu Funcionamento**: as formas do discurso. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

_____. “Análise de Discurso”. In: **Introdução às ciências da linguagem**. Discurso e textualidade. Suzy Lagazzi-Rodrigues e Eni P. Orlandi (orgs.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. “Paráfrase e Polissemia: A Fluidez nos Limites do Simbólico”. In: **RUA**: Revista do Núcleo do Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUCREDI, Campinas, SP, n.º. 4, março 1998.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007c.

PAYER, M. O. **Memória da língua**: imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.

_____. “Linguagem e sociedade contemporânea. Sujeito, mídia e mercado”. In: **Rua**: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUCREDI. Campinas, SP, n.11, março 2005.

PÊCHEUX, M. “Análise automática do discurso (ADD -69)”. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. ed. Trad. Bethania S. Mariani et alii. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi (et al.). 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** 5ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. “Delimitações, inversões, deslocamentos” In: **Caderno de Estudos Lingüísticos.** Traduzido por José Horta Nunes. Campinas, 7-24, jul/dez, 1990.

PERROLT, M. “Os silêncios do corpo da mulher”. In: MATOS, Maria. Izilda S, SOLHET, Rachel. **O corpo feminino em debate.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar.** Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade em São Paulo (1890-1930).** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história.** Tradução de Magda Lopes. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

RODRIGUES, M. T. “O Sistema de Justiça Criminal e a Prostituição no Brasil Contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão”. In: **Sociedade e Estado,** Brasília, v.19, n. 1, p.151-172, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v19n1/v19n1a07.pdf>, acessado em Abril de 2010.

_____. “A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?” In: **Revista Katálysis.** Florianópolis, v.12 n.1 p. 68-76 jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/09.pdf>, acessado em 10 de fevereiro de 2010.

ROSSIAUD, J. **A Prostituição na Idade Média.** Tradução: Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SCHLINDWEIN, A. F. **Páginas da Vida.** Um gesto analítico discursivo sobre a prostituição. Campinas, São Paulo, 2009. Dissertação de Mestrado. Disponível em: libdigi.unicamp.br/document/?view=000446921, acessado em julho de 2010.

SOUZA, A. F. C. **O percurso dos sentidos sobre a beleza através dos séculos: uma análise discursiva.** Campinas, SP: 2004. Dissertação de Mestrado.

SOUZA, C. N. “Entre o escritório bar e o bar Lago das Rosas: Palcos das paixões e ilusões de putas, soldados, seringueiros, motoristas e servidores públicos na cidade de Cuiabá (1950-2003)”. In: CEREZER, Osvaldo Mariotto et. al. **Escrita da História.** João Edson de Arruda Fanaia; Osvaldo Mariotto Cerezer; Renilson Rosa Ribeiro (Org.). Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2010. Disponível em <http://www.unemat.br/reitoria/editora/downloads/eletronico/escrita_da_historia.pdf>. acessado em 10 de abril de 2010.

VEYNE, P. **O inventário das diferenças: história e sociologia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.